

Daniel da Mota Carvalho

CASAS SENHORIAIS DE CELORICO DE BASTO

**O ENTENDIMENTO PARA A ESTRATEGIA DE REABILITAÇÃO DE
UMA CASA NOBRE**

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARQUITETURA, ARTES E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Arquitetura e Urbanismo

Porto, 2013

Daniel da Mota Carvalho

CASAS SENHORIAIS DE CELORICO DE BASTO

**O ENTENDIMENTO PARA A ESTRATEGIA DE REABILITAÇÃO DE
UMA CASA NOBRE**

**Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto para obtenção do
grau de Mestre em Arquitetura**

Orientador científico: Professora Doutora Arq.^a Edite Rosa
Universidade Lusófona do Porto

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARQUITETURA, ARTES E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Arquitetura e Urbanismo

Porto, 2013

Agradecimentos

Para a realização desta Dissertação final de Mestrado contribuiriam os conhecimentos adquiridos ao longo da formação académica fornecidos pelos professores da Universidade Lusófona do Porto assim como da Universidade Lusíada do Porto.

Agradeço a Prof. Doutora Arquiteta Edite Rosa pela sua disponibilidade, orientação, críticas e sugestões, fundamentais para a realização deste trabalho;

Aos meus pais e irmãos, assim como a toda a minha família, pelo apoio e compreensão inestimáveis, pelos enormes sacrifícios suportados e pelo constante encorajamento no decorrer da vida académica.

Aos funcionários da Biblioteca Municipal Marcelo Rebelo de Sousa, Nomeadamente ao Sr. João Vasconcelos, pela ajuda nas pesquisas efetuadas assim como as longas conversas sobre a nobreza e arquitetura de Basto.

À câmara municipal de Celorico de Basto e aos seus funcionários, nomeadamente ao Dr. Peixoto de Lima, pela disponibilidade que teve para comigo assim como pela possibilidade de consulta e de disponibilização de alguma bibliografia importante para o tema em causa;

Ao Engenheiro Tiago Carvalho pela transmissão de conhecimentos sobre estruturas e estratégias construtivos utilizadas esses tipos de casas;

Aos meus amigos que me ajudaram na escolha e levantamento do caso de estudo e que me acompanharam nas viagens, algumas bem longas, com especial realce para a Sra. Maria do Ceu pela companhia no levantamento fotográfico das casas nobres de Celorico de Basto, e para o David, Tiago, Xiko, Sérgio e José por perderam tardes com a fita métrica.

A todos os meus amigos que me apoiaram ao longo de todo este processo, aceitando as minhas ausências em particular a Susana, Rosa e Narciso pela enorme amizade e encorajamento;

Finalmente quero agradecer as grandes amizades que fiz na vida académica, aos "A (Tiago Areias, Manuel Neiva, Manuel Casanova, Fred, Joana Inês Nogueira, Diana Francisco Cidade, Leonor Roseiro, João Taxa, Jorge Sardo, Rui Alvarenga e Tiago Fr minha "2ª Universidade"

Índice:

Índice de Figuras:	15
Resumo	21
Abstract	23
Lista de abreviaturas	25

Introdução	29
Objeto de Estudo e Estado da Arte	29
Solares Portugueses - Carlos Azevedo	30
Objetivos e Metodologia	31
Estrutura	32

Capítulo I

A Casa Nobre Portuguesa	37
1 Introdução	39
1.1 A origem da casa Nobre Portuguesa	41
1.2 Renascimento	49
1.3 Época de Transição	53
1.4 Época Barroca	57
1.4.1 Período Barroco nas Terras de Basto	59
1.4.2 Estruturas Componentes de uma Casa Nobre	65

Capítulo II

Turismo em Espaço Rural em Portugal	71
2 Introdução	73
2.1 Turismo	73
2.2 Definição de Turismo	73
2.3 Tipos de Turismo	74
2.3.1 Turismo cultural	74
2.3.2 Turismo rural	75
2.3.3 O Ecoturismo	75
2.3.4 Turismo desportivo e de aventura	76
2.3.5 Turismo gastronómico	76
2.4 Turismo em espaço rural	76
2.4.1 Casas antigas	77

2.4.2	Casas Rústicas	79
2.5	Reabilitação de Edifícios para Fins Turísticos.....	79
2.5.1	Legislação para a atividade turística.....	79
2.5.2	Os Números do TER em Portugal	81

Capítulo III

	Historia e Teoria do Restauro.....	83
3	Introdução.....	85
3.1	Renascimento	85
3.2	Convecção Nacional Francesa	85
3.3	Restauro Estilístico	86
3.4	Restauro Romântico	86
3.5	Teorias do Restauro Italiano	87
3.5.1	Restauro de Conservação	87
3.6	Carta de Atenas - 1931	87
3.7	Congresso de Veneza - 1964.....	88
3.7.1	ICOMOS	89
3.8	Carta Europeia do Património Arquitectónico e Declaração de Amsterdão - 1975.....	89
3.9	Plano de Preservação do Património Arquitectónico de Celorico de Basto	90

Capítulo IV

	Projeto de Referência.....	93
4	Introdução.....	95
4.1	Reabilitação do Convento de Santa Maria do Bouro	97
4.1.1	Localização.....	97
4.1.2	Cronologia do convento	97
4.1.3	Evolução arquitectónica do Mosteiro.....	101
4.1.4	Caracterização por Eduardo Souto Moura	103
4.1.5	Intervenção	105

Capítulo V

	Casa de Cabo de Vila.....	119
5	Introdução.....	121
5.1	Localização	121
5.2	Área envolvente	121

5.3	Intenções.....	123
5.5	Análise e caracterização	123
5.5.1	Características do edifício.....	123
5.5.2	Descrição.....	127

Capítulo VI

	Programa de reabilitação para Pousada Rural.....	133
--	--	-----

6	Introdução.....	135
6.1	Programa	135
6.2	Proposta.....	137
5.2.1	Análise dos materiais.....	137
6.2.2	Adequação do programa	137
6.2.3	Acessos para Casa de Turismo	139
6.2.4	Reformulação da casa de Cabo de Vila para turismo de habitação	141

Capítulo VII

	Conclusão	145
--	-----------------	-----

Bibliografia

Anexo I

Anexo II

Índice de Figuras:

Figura 1: Casa de Travassinhos - Arnoia, Celorico de Basto	38
Figura 2: Planta da Praça de Melgaço	40
Figura 3: Planta de Entre Douro e Minho	40
Figura 4: Torre de Menagem, Castelo de Melgaço	40
Figura 5: Castelo de Santa Maria da Feira.....	42
Figura 6: Castelo de Arnoia, Celorico de Basto.....	42
Figura 7: Castelo de Chaves.....	42
Figura 8: Torre de Quintela, Vila Real	44
Figura 9: Corte de uma Torre Nobre	44
Figura 10: Plantas de pisos de uma Torre Nobre	44
Figura 11: Planta de cobertura do Paço de Gielas.....	46
Figura 12: Alçado principal.....	46
Figura 13: Paço de Gielas.....	46
Figura 14: Alçado Lateral	46
Figura 15: Solar de Pinheiros, Barcelos.....	48
Figura 16: Paço do Curutelo, Ponte de Lima	48
Figura 17: Paço dos Duques de Bragança, Guimarães	48
Figura 18: Solar dos Távoras, Pinhel	50
Figura 19: Torre dos Azevedos, Braga.....	50
Figura 20: Torre de Aborim, Barcelos	50
Figura 21: Colunata da Quinta da Bacalhoa	50
Figura 22: Vista aérea da Quinta das Flores.....	52
Figura 23: Planta da Quinta das Flores.....	52
Figura 24: Fachada principal da casa de Vale das Flores.....	54
Figura 25: Planta de rés-do-chão da casa de Vale das Flores.....	54
Figura 26: Casa do Fidalgo, Marco de Canaveses	56
Figura 27: Solar de Mateus, Vila Real.....	56
Figura 28: Entrada do Palácio do Freixo, Porto.....	56
Figura 29: Portão da Quinta da Prelada, Porto	56
Figura 30: Planta do piso Nobre da Casa de Bertiandos, Ponte de Lima	58
Figura 31: Casa de Bertiandos, Ponte de Lima.....	58
Figura 32: Brasão da casa da Loureira, Gondarém	58
Figura 33: Fontanário da casa dos Biscainhos, Braga.....	58
Figura 34: Casa de Concelho de Cima, São Romão do Corgo.....	60
Figura 35: Planta de implantação da Casa da Boavista, Veade.....	60
Figura 36: Perspetiva da Casa da Boavista	60
Figura 37: Fachada principal da casa da Portela, Gagos.....	62
Figura 38: Perspetiva posterior da casa da Portela, Gagos	62

Figura 39: Escadaria exterior da casa do Reguengo, Vale de Bouro.....	62
Figura 40: Casa da Cerdeirinha, Ourilhe	64
Figura 41: Brasão da casa de Travassinhos, Arnoia.....	64
Figura 42: Escadaria e brasão da casa do Telhô, Arnoia.....	64
Figura 43: Perspetiva da casa do Campo, Molaes.....	64
Figura 44: Capela da casa do Melhorado, Vale de Bouro.....	66
Figura 45: Portão e capela da casa de Travassinhos, Arnoia	66
Figura 46: Casa da Eiras, Molaes	66
Figura 47: Casa do Souto, São Clemente de Basto.....	66
Figura 48: Torre da casa da Cerdeirinha, Ourilhe	68
Figura 49: Torre da casa de Gandarela, São Clemente de Basto.....	68
Figura 50: Jardim da casa do Outeiro, Veade	68
Figura 51: Topiaria, característica, dos jardins de Basto.....	68
Figura 52: Fonte da casa de Gandarela.....	68
Figura 53: Convento em Ruínas, 1985.....	94
Figura 54: Convento após reabilitação.....	94
Figura 55: Pátio das Laranjeiras.....	94
Figura 56: Planta de implantação sem escala, 1985.....	96
Figura 57: Convento de Santa Maria do Bouro em 1946	96
Figura 58: Convento em 1962.....	96
Figura 59: Pátio, 1962	98
Figura 60: Cozinha, 1984	98
Figura 61: Claustro. 1984.....	98
Figura 62: Claustro, 1946.....	98
Figura 63: Evolução construtiva	100
Figura 64: Planta de rés-do-chão, 1985 _ sem escala.....	102
Figura 65: Planta de rés-do-chão após intervenção _ sem escala.....	102
Figura 66: Planta de implantação.....	104
Figura 67: Planta de piso -1	106
Figura 68: Planta de rés-do-chão	106
Figura 69: Planta de primeiro piso.....	108
Figura 70: Planta de segundo piso.....	108
Figura 71: Alçados	110
Figura 72: Cortes.....	112
Figura 73: Vista traseira do convento.....	114
Figura 74: Pátio	114
Figura 75: Claustro.....	114
Figura 76: Piscina.....	114
Figura 77: Escada em "bloco monolítico" de granito	116
Figura 78: Restaurante.....	116

Figura 79: Escada em "bloco monolítico" de granito vermelho	116
Figura 80: "móvel" da casa de banho dos quartos	116
Figura 81: Sala de Jantar	116
Figura 82: Planta de Localização, sem escala	120
Figura 83: Planta de implantação.....	122
Figura 84: evolução das plantas da Casa de Cabo de Vila.....	124
Figura 85: Pátio de Entrada.....	126
Figura 86: Escada "Nobre"	126
Figura 87: Portão Brasonado	126
Figura 88: Celeiro.....	128
Figura 89: Capela.....	128
Figura 90: Passagem da habitação para a capela	128
Figura 91: Pormenor da Abobada em Granito e cozinha	130
Figura 92: Planta de Localização	134
Figura 93: Plantas de Pisos.....	136
Figura 94: Cortes.....	138
Figura 95: Alçados	140

Resumo

Esta dissertação aborda o tema da reabilitação de casa nobres como instrumento que contribui para a manutenção de uma memória passada que importa transpor para o futuro.

Apresenta-se inicialmente a história e evolução das casas nobres portuguesas e a importância que tiveram noutros tempos, seguindo-se princípios e critérios de conservação, reabilitação e restauro de edifícios histórico.

Neste sentido explora-se a questão de requalificação de usos como meio de intervir no património construído, possibilitando a reutilização de antigas estruturas edificadas na sociedade atual.

O estudo recaiu sobre o caso das casas nobres do concelho de Celorico de Basto que, embora seja rico nesse tipo de arquitetura, poucos são os exemplares que chegaram aos nossos dias sem serem "desfigurados" com as sucessivas intervenções de requalificação ou que caíram no abandono devido aos elevados custos necessários para as suas obras. Com isso procura-se comprovar que, através de um processo de reabilitação e consequente modernização, ainda possam ser uma mais valias para o desenvolvimento do concelho.

O desenvolvimento do trabalho procura perceber a evolução histórica da casa nobre desde os primórdios até aos dias de hoje através da análise de vários casos existentes. Seguidamente, após um levantamento das casas nobres do concelho, foi realizada para a casa de Cabo de Vila, localizada na freguesia de Canedo de Basto, uma análise do edifício assim como uma proposta programática para a sua reabilitação.

Para obter a proposta programática foi necessário perceber o que foi feito, ao longo da história, para preservar o património e que tipos intervenções foram realizadas. Neste sentido iremos explorar a questão da reabilitação de edifícios procurando, através de uma análise realizada do projeto de reabilitação do convento de Santa Maria do Bouro do arquiteto Eduardo Souto Moura, que conceito e estratégias foram adotadas para a reabilitação e adequação do programa para o espaço.

A singularidade que constitui cada edifício histórico estende-se às ações neles realizadas, requerendo uma abordagem única de intervenção que valorize, acima de tudo, o significado inerente ao património construído, podendo-se encontrar no caso da reabilitação novas funções mas também uma forma de voltar a dar vida ao edifício e, previsivelmente, torna-lo numa mais valia para o concelho tentando manter sempre a memória do lugar.

Abstract

This dissertation addresses the issue of rehabilitation of noble house as a tool that contributes to the maintenance of a past memory that matters to transpose the future .

Initially presents the history and evolution of Portuguese noble houses and their importance in other times , followed by principles and criteria for conservation, rehabilitation and restoration of historic buildings .

In this sense it explores the issue of reclassification of uses as a means of intervening in the built heritage , enabling the reuse of old structures built in modern society .

The study fell on the case of the noble houses of the county Celorico de Basto which, although rich in this type of architecture, there are few examples that have survived to this day without being " disfigured " with successive interventions of rehabilitation or who have fallen into neglect due to the high costs required for their projects . With that seeks to demonstrate that , through a process of rehabilitation and modernization consequently , can still be an added value for the county .

The development work attempts to understand the historical evolution of the noble house from the early days until the present day through the analysis of several existing cases . Then, after a survey of the noble houses of the county, was held at the house of Cape Town , located in the parish of Canedo de Basto , an analysis of the building as well as a programmatic proposal for their rehabilitation .

For programmatic proposal was necessary to understand what was done , throughout history , to preserve the heritage and types interventions were performed . In this sense we will explore the issue of rehabilitation of buildings looking through an analysis of the rehabilitation project of the convent of Santa Maria do Bouro architect Eduardo Souto Moura , concept and strategies that have been adopted for the rehabilitation and fitness program for space .

The uniqueness is that each historic building extends the actions performed on them , requiring a single intervention approach that values , above all, the inherent built heritage significance and can be found in the case of rehabilitation new functions but also a form of again give life to the building and , predictably , makes it an asset to the county trying to always keep the memory of the place .

Lista de abreviaturas

CTT - Correios de Portugal

D. - Dão

DL - Decreto de Lei

DR - Decreto Regulamentar

Ed. - Edição

ENATUR - Empresa Nacional de Turismo

GPP - Grupo Pestana Pousada

ICOM - International Council of Museums

ICOMOS - Concelho Internacional dos Monumentos e Sítios

IGESPAR - Instituto de Gestão de Património Arquitetónico e Arqueológico

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico

IPPC - Instituto Português do Património Cultural

nº - Número

pág - Página

PDM - Plano Diretor Municipal

PO - Plano de Ordenamento

Séc - Século

TER - Turismo em Espaço Rural

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Vol - Volume

cm - Centímetro

m - Metro

Km - Quilometro

Estruturação da Dissertação Final de Mestrado

Introdução

A presente dissertação final de mestrado do curso de arquitetura da Universidade Lusófona do Porto tendo como estudo fundamental as casas nobres das Terras de Basto, mais especificamente as casas de Celorico de Basto, propondo o estudo de reabilitação de um edifício e a análise de caso paradigmático do que poderiam ser os critérios adotados para uma intervenção no edifício.

As Terras de Basto são, depois de Ponte de Lima, os concelhos mais ricos neste tipo de arquitetura. Podemos dizer que, de certa forma, as casas nobres e solarengas de Basto acabam por marcar a paisagem local uma vez que existem mais de 100¹ exemplares no concelho de Celorico de Basto.

A casa nobre é um edifício que pela sua arte, pela sua arquitetura, pela sua história ou pelas pessoas que lá residiram dão um grande contributo para a história da região ou, até mesmo, do país.

Infelizmente, com o passar do tempo, estes edifícios foram caindo no esquecimento, em parte, devido aos custos para assegurar uma boa manutenção. Muitos deles chegam aos nossos dias em muito mau estado de conservação tendo alguns chegado ao estado de ruína.

O tema aborda a atual requalificação das casas nobres indo, portanto, centrar-se na importância do património arquitetónico de Celorico de Basto como instrumento para assegurar a manutenção da memória; memória essa que marca uma época da região e que importa conservar e entender no futuro e no presente.

Neste sentido iremos explorar a questão da reabilitação ou requalificação/ renovação de edifícios nobres procurando, através de uma análise realizada sobre o que foi, e está a ser, feito sobre o tema, procurando entender a reabilitação de antigos edifícios através da análise de novos conceitos que vão auxiliar a intervenção arquitetónica do concelho, do seu património, da sua história e da sua cultura.

Objeto de Estudo e Estado da Arte

A presente dissertação tem, como objeto de estudo, a arquitetura das casas nobres das Terras de Basto cuja degradação é cada vez mais notória, o que nos leva a perder peças importantes da história, memória do local e da estrutura edificada. Através do presente tema procura-se o entendimento dos conceitos teóricos associados a reabilitação para de forma a conseguir entende-

¹ Carvalho, António Alves, "Concelho de Celorico de Basto", Monografia, 1992, pág. 157-201

lo e, posteriormente, com base num projeto de referência, formular uma estratégia de reativação dos espaços rurais assim como recuperar património arquitetónico da região.

Para tal foi necessário abordar alguns assuntos relacionados com a problemática da degradação do património arquitetónico de forma a ter uma melhor compreensão do problema e obter estratégias que visaram a recuperação do edificado que, de certa forma, é imagem da região de Basto. Assim delineou-se os seguintes parâmetros:

- Como ponto de partida para o estudo foi necessário fazer um levantamento das casas nobres de Basto assim como uma análise a sua arquitetura e estado de conservação, assim como as suas possíveis potencialidade turísticas, através da sua história, localização, distancia de infraestruturas e natureza envolvente.

- Consequentemente, estudando os conceitos relativos á problemática da reabilitação, perceber o que se tem feito para preservar e/ou reabilitar o património arquitetónico em Portugal e na Europa, através dos vários conceitos de património que foram surgindo ao longo da história, assim como saber quais os conceitos aplicados na sua requalificação e novos tipos de materiais empregues;

- Num terceiro ponto escolher um edifício e realizar o seu levantamento assim como tentar descobrir todo o tipo de intervenção que tem sofrido ao longo da sua historia de forma a entender os elementos e dados estruturantes para a sua requalificação. A seleção deste terá de se enquadrar nos parâmetros definidos no primeiro ponto.

De forma generalizada, no que diz respeito à casa nobre o pretendido é, através de uma análise feita no local identificando todas as potencialidades do edificado, bem como no caso de estudo como suporte de possíveis estratégias de intervenção de forma a convertê-lo num espaço privado (ou público) obtendo, assim, a requalificação de um edifício em mau estado de conservação e promover o património arquitetónico, cultural e paisagístico da região.

Assim, para a elaboração da investigação da presente dissertação é isso é necessário mencionar algumas obras de referências que irão ajudar a perceber a casa nobre e o que se fez, e faz, para a sua preservação.

Solares Portugueses - Carlos Azevedo

Com esta obra pretende-se abordar a casa nobre portuguesa desde a sua origem, onde desempenhava uma função mais militar do que habitacional, ate ao seu auge no período barroco. Assim, procuramos compreender a sua evolução ao longo dos tempos procurando bem como analisar, identificar e explicar o porquê das diversas etapas evolutivas que a torre nobre teve de sofrer para se adaptar as comodidades que a vida exigia em varias épocas.

Ou seja pretendemos formar uma base solida para a analise evolutiva do caso de estudo, enquadro-o numa determinada época de forma a perceber a sua evolução arquitetónica

L'allégorie du Patrimoine - Françoise Choay

Françoise Choay escreve sobre o que foi feito para a preservação do património para chegar aos nossos dias. Podemos dizer que conceito de património é bastante recente, onde só a partir do renascimento é que se começou a ter consciência do passado procurando preservar e recuperar obras que marcavam uma determinada época.

Embora, como cita a autora *"La consécration du monument historique ne mériterait pas son nom si elle se limitait à la reconnaissance de contenus et de valeurs nouveaux. Elle est, en outre, fondée sur un ensemble de pratiques dont l'institutionnalisation a été catalysée par la puissance de forces destructives, non plus délibérées et idéologiques, mais inhérentes à la logique de l'ère industrielle, qui menacent désormais les monuments historiques"*² ou seja, com as novas necessidades que surgiram com a era industrial era necessário adaptar o espaço para a população. Isso levou a que se destruísse muito património sendo necessário criar regras para preservá-lo.

Santa Maria do Bouro, construir uma pousada com as pedras de um mosteiro - Roberto Collová

O projeto realizado na reabilitação do convento de Santa Maria do Bouro será a referência para a estratégia de adaptação do caso de estudo em pausada.

Com o estudo do projeto de referência, nomeadamente do seu processo de reconversão de uma ruína para pousada, pretende-se perceber as várias fases do projeto assim como quais as várias estratégias adotadas pelo arquiteto Souto de Moura na intervenção criando um ponto de partida para a elaboração do programa para o caso de estudo.

Objetivos e Metodologia

A dissertação tem como objetivo estudar um elemento fundamental da arquitetura das Terras de Basto, a casa Nobre, entendendo o porquê da sua genealogia arquitetónica bem como as atuais estratégias para a requalificação de edifícios nobres, que se encontram em mau estado de conservação, de modo a contribuírem para o conhecimento e evolução desta região constituindo-se, assim, como referência.

Assim surge a pergunta de partida: **Como se pode intervir, atualmente, em edifícios históricos, património ou simplesmente cultural?**

Para responder a esta pergunta será necessário fazer várias abordagens; numa primeira abordagem será necessário saber **o que é constituinte de uma casa nobre** de forma a perceber a história e evolução da casa nobre assim como entender a sua identidade arquitetónica.

² Choay, Françoise, "L'allégorie du patrimoine", 1999, pág. 110

Seguidamente surge a pergunta **"Quais os conceitos associados a reabilitação?"** ou seja, é necessário perceber quais os conceitos que podem ser utilizado para uma estratégia de abordagem, projetivas, para possível reabilitação deste caso de estudo tentando sempre não descaracterizar o conjunto edificado.

Por fim, através do projeto de referência selecionado, procura-se perceber **quais foram as estratégias adotadas pelo arquiteto Eduardo Souto de Mouro na reabilitação do convento de Santa Maria do Bouro para pousada.**

Após encontrado o edifício que melhor retrata uma certa época da região, a nível da sua arquitetura, espaço envolvente e infraestruturas próximas, é pretendido e estudo, análise e levantamento da sua genealogia arquitetónica nos seus aspetos funcionais e construtivos.

Para isso, desenvolveu-se uma metodologia da seguinte forma:

- Houve uma pesquisa, assim como uma revisão de literatura sobre os temas: arquitetura nobre, turismo rural, requalificação de património, história da arquitetura militar em Portugal, reabilitação de património arquitetónico e edifícios nobres e técnicas de recuperação e reabilitação de edifícios antigos ;

- Em várias visitas feitas a casas nobres de Celorico de Basto, foram feitas recolhas de dados sobre o edifício e espaço envolvente bem como uma recolha de elementos fotográficos dos edifícios, anexada ao processo;

- Após a recolha de todo o material necessário para a elaboração da presente dissertação foi feita uma matriz onde é possível observar, assim como formular, qual o edifício que melhor se adequa ao tema proposto.

- Depois de reunir todos os elementos necessários para a elaboração de uma proposta é feita, então, uma aplicação prática como forma conclusiva e justificativa de todas as opções tomadas para a realização do projeto de reabilitação.

Estrutura

A presente dissertação encontra-se dividida em duas partes, a parte teórica e a parte prática.

Na parte teórica encontramos três capítulos que abordam a estrutura da dissertação, a casa nobre portuguesa e o conceito de reabilitação;

Numa primeira parte aborda o problema, os objetivos e a metodologia utilizada para sua elaboração.

Capítulo I aborda o tema das casas nobres portuguesas, onde se pretende sublinhar a linhagem da casa nobre bem como os diversos estilos arquitetónicos que a definiram ao longo da sua

historia. Iremos, também, abordar a casa nobre do concelho de Celorico de Basto, caracterizando a sociedade do século XVII e XVIII, passando pela arquitetura barroca e acabando na estrutura tipo da casa nobre de Basto.

Capítulo II aborda o tema do turismo. através de uma análise a história, desde a sua origem ate aos tempos atuais, vamos definir qual o melhor que se adapta aos nossos objetivos. Será também abordado, em termos estatísticos, dados sobre a procura de turismo em espaços rurais bem como o tipo de turista que mais o procura.

Capítulo III aborda o tema da historia e teoria do restauro onde, através dos conceitos que foram surgindo ao nível da intervenção em edifício históricos/patrimonial procuramos perceber que tipos de intervenção foram surgindo de forma a conseguir manter a memoria dos edifícios.

Capítulo IV aborda o projeto de referência selecionado, convento de Santa Maria do Bouro, que vai ajudar a compreender melhor os conceitos de reabilitação de antigos edifícios em pousadas criando boas bases para a realização de um programa para uma proposta de reabilitação.

A segunda parte da dissertação diz respeito a parte do trabalho pratico. Divide-se em quatro capítulos onde os temas abordados são; a analise e caracterização da Casa de Cabo de Vila, os critérios de seleção, projeto de reabilitação e, por ultimo, a conclusão.

Capítulo V esta relacionado com a analise e caracterização da Casa de Cabo de Vila, iniciando no seu enquadramento e historia concluindo com uma analise mais aprofundada ao edifício onde se vão abordar os temas do tipo de tipologia, característica do edifício e materiais utilizados para a sua construção assim como, também, das possíveis intervenções de manutenção que foi sofrendo ao longo dos anos.

Capítulo VI aborda o programa para a requalificação de uma casa nobre, caso de estudo. Ira ser iniciado pelo programa escolhido para o projeto proposto seguido uma proposta programática com todos os elementos necessários para a sua realização.

Capítulo VII - Conclusão

Capítulo I

A Casa Nobre Portuguesa



Capítulo I

A Casa Nobre Portuguesa

1 Introdução

O tema que se segue pretende abordar a casa nobre portuguesa desde a sua origem assim como a sua evolução ao longo dos tempos identificando os vários tipos existentes em Portugal. Para isso iremos começar pelo início da história do país desde os tempos da independência e reconquista até ao final da monarquia em Portuguesa de forma a entender a influência que o clima político, social e cultural teve na evolução dos estilos arquitetónico adotado das casas brasonadas ao longo dos tempos e a influência que tiveram na história de Portugal que, como cita Camilo Castelo Branco;

*"Os fidalgos de terras de Basto vão-se acabando. Tenho pena e saudades, aqui há trinta anos, com os brasões e apelidos das famílias heráldicas de entre Vizela e Tâmega recomponha-se a história lendária de Portugal."*³

e Carlos de Azevedo;

*"A casa é um documento autêntico da vida do homem - documento de pedra e cal, mas de extraordinária importância para estudarmos os costumes, a evolução do gosto e da vida social. neste sentido, o estudo da arquitectura domestica tem um alcance que transcende o de genealogia. na casa está resumido todo um estilo de uma vida, por isso ela é um elemento importantíssimo para o estudo duma sociedade, em qualquer época que considere."*⁴

Iniciaremos, portanto, com a torre militar, berço da casa senhorial; seguindo a idade média onde o conceito de habitação começou a ter uma maior relevância; seguindo-se a arquitetura clássica e chã. Finalizando com a arquitetura barroca que marcou a fase final da arquitetura nobre no século XVIII e XIX.

³ Camilo Castelo Branco em *"Novelas do Minho"*

⁴ Carlos de Azevedo, "Solares portugueses: Introdução ao estudo da casa nobre", 1988; página 13.

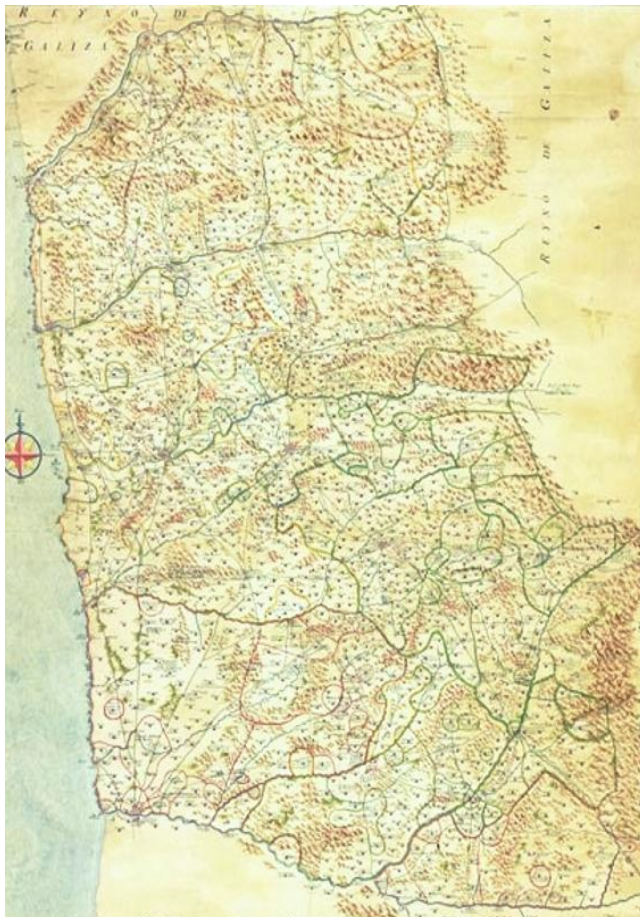


Figura 2: Planta de Entre Douro e Minho



Figura 3: Torre de Menagem, Castelo de Melgaço

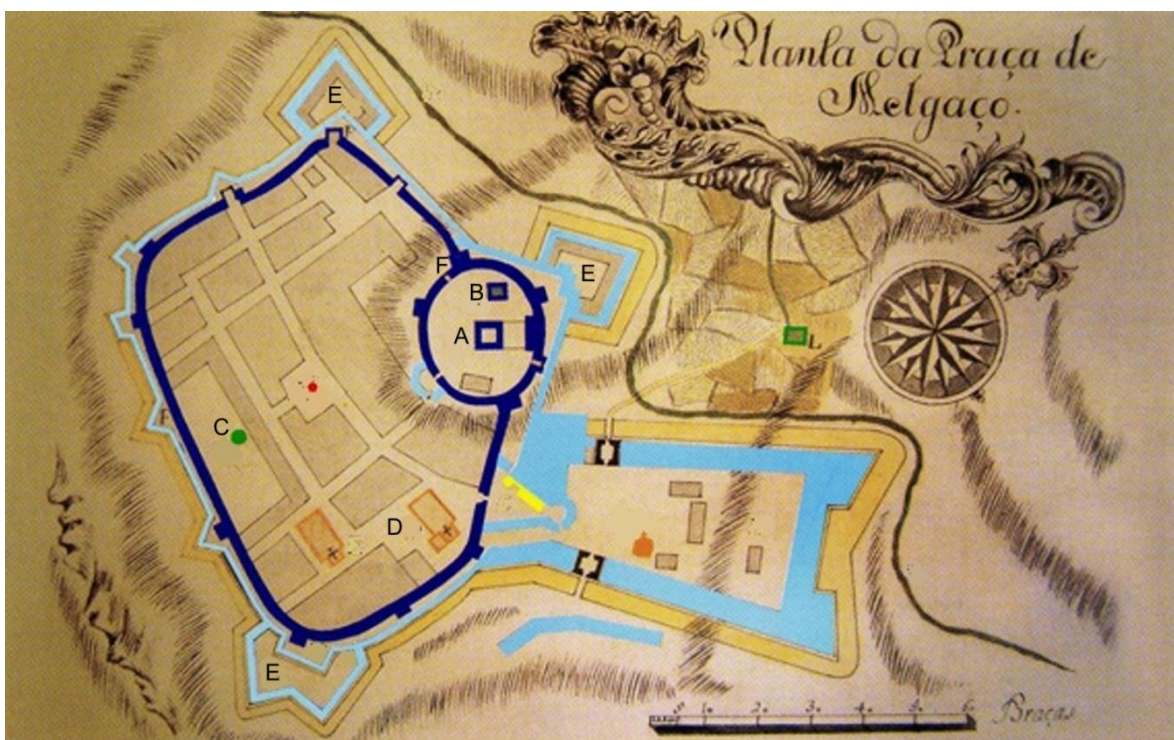


Figura 4: Planta da Praça de Melgaço

Legenda:

A: Torre de Menagem B: Poço C: Praça de Armas D: Igreja Matriz E: Baluarte F: Muralha

1.1 A origem da casa Nobre Portuguesa

No princípio do século XII, com o surgimento das formações nacionais no espaço ibérico cristão, assistiu-se a várias mudanças que viriam a ter uma imensa importância tanto a nível económico como a nível político, social e cultural.

Assim, a casa nobre, ou casa senhorial, tem a sua origem no norte de Portugal. É na região de Entre Douro e Minho (figura 2), berço da nacionalidade, que surgem as primeiras construções deste tipo.

A organização política que se vivia na época Medieval exigia um núcleo forte onde o rei e os seus senhores se pudessem reunir e abrigar. O Castelo, construção real ou nobre, surgiu para corresponder a essa necessidade. Tratava-se de uma estrutura militar, já que exercia funções de defesa, *domus fortis* (figura 3), mas também tinha a função habitacional. A habitação nobre constituía um elemento vital da defesa das cidades ou vilas; uma vez que era a habitação do nobre, ou alcaide da vila, mas também seria o último local de refúgio para a população em caso de invasão.

Logo, as primeiras casas nobres, que eram identificadas pelos brasões de família, seguiam os ideais defensivos tratando-se mais de uma construção militar do que habitacional;

*"(...) la maison forte, si elle ne se confondait pas avec un véritable château, se distinguait des maison paysannes. D' une part, des détails de son architecture et de son plan étaient empruntés aux forteresses qui assuraient prestige et puissance aux seigneurs les plus importants: si l'efficacité de certains organes était discutable sur le plans militaire, ils n'en avaient pas moins une valeur symbolique"*⁵

A necessidade de defesa influenciou a sua disposição e, consequentemente, as suas características arquitetónicas (figura 4),

Geralmente eram constituídas por muralhas altas e espessas, torres salientes e poucas aberturas que, segundo Jean Marie Pesez:

*"Ce qui sépare la maison seigneurial de la demeure paysanne, c'est moins les matériaux et les modes de construction, souvent identique, que les dimensions et l'environnement: nécessairement plus vaste et plus complexe, la domus seigneuriale s'isole par des fossés, s'élève parfois sur une plate-forme et se dote de quelques éléments défensifs, relativement modestes (...)"*⁶

⁵ Gabriel Fournier citado por Mário Barroca, "Em torno da residência fortificada", 1987, pág. 15

⁶ Jean Marie Pesez citado por Mario Barroca, op. cit, pág. 11

Tradução:

O que separa a casa senhorial da casa camponesa, não serão tanto os materiais e técnicas construtivas, por vezes idênticas, do que a dimensão e ambiente: necessariamente mais vastos e complexos, os *domus senhoriais* são isolados por fosses, onde por vezes são elevados sobre plataformas e são dotados de alguns elementos defensivos, relativamente modestos



Figura 5: Castelo de Santa Maria da Feira



Figura 6: Castelo de Arnoia, Celorico de Basto



Figura 7: Castelo de Chaves

Inicialmente as construções eram bastantes simples mas, com o passar do tempo, começaram a tirar partido da sua implantação; ou seja, já que os edifícios eram construídos, por norma, em pontos elevados, que ofereciam uma visão ampla a sua volta, e em locais bastante acidentados com difícil acesso (onde só existia um caminho e uma entrada para o castelo), começaram a aproveitar os declives e obstáculos naturais, multiplicando torres e atalaias, desenvolveram e ampliaram as construções no interior das suas muralhas onde o Castelo de Santa Maria da Feira (figura 5) é considerado uma referência dos avanços da arquitetura militar medieval, uma vez que nele se encontram representados uma grande variedade de elementos defensivos utilizados nesse período.

No século XI surge a torre de menagem⁷, que, não era mais do que uma estrutura militar mas já com algumas preocupações habitacionais.

A torre desempenhava um papel de defesa, segurança e, em caso de invasão, de habitação do nobre e da sua família; era o seu ultimo lugar de defesa.

*"As torres eram, efetivamente, o centro polarizador das novas residências senhoriais e o elemento que melhor as caracterizava. Apresentavam planta quadrangular, geralmente com dois ou três andares em madeira, e eram portadoras de elementos primários de defesa (figuras 6). Por vezes eram rodeadas de fosso - uma solução que no Entre Douro e Minho parece ter sido sempre excecional - e na maior parte dos casos tinham acesso facultado pelo 1.º andar, sendo o térreo maciço ou sem aberturas. O acesso era, nestes casos, móvel, podendo ser recolhido em caso de ameaça. Apresentava um numero reduzido de aberturas, frestas mais ou menos estreitas, e, muitas vezes, ostentavam na fachada principal uma janela "nobre". Esta, rasgada no andar superior, exteriorizava maiores requintes decorativos e, não raro, possuía dois pequenos bancos afrontados embutidos no vão dos seus muros."*⁸

A sua construção tinha varias características defensivas específicas; os muros eram muito espessos, geralmente tinha dois ou três pisos e a sua entrada encontrava-se mais alta onde, o acesso entre pisos, era feito através de uma escada de madeira de fácil remoção, existiam poucas aberturas e eram coroadas por ameias⁹ (figura 7).

A torre de menagem, geralmente, era a mais alta o que permitia uma visão ampla dos arredores e do perímetro da muralha. O coroamento por ameias serviria, em caso de invasão, como base de tiro direto com alcance em todo o perímetro da torre.

⁷ A sua origem, supõe-se, esta relacionada com as torres fortificadas denominadas de motas, são estruturas defensivas, em pedra, do castelo medieval. Foram construídas, inicialmente, em Franca. O conceito de Torre de Menagem só foi introduzido em Portugal na segunda metade do século XII, época da reconquista cristã, pelos cavaleiros templários.

⁸ Mário Jorge Barroca, op. cit., pág. 23

⁹ As ameias eram aberturas situadas nos altos das muralhas, ou dos edifícios, para que, por elas, se poder atirar sobre o inimigo.



Figura 8: Torre de Quintela, Vila Real

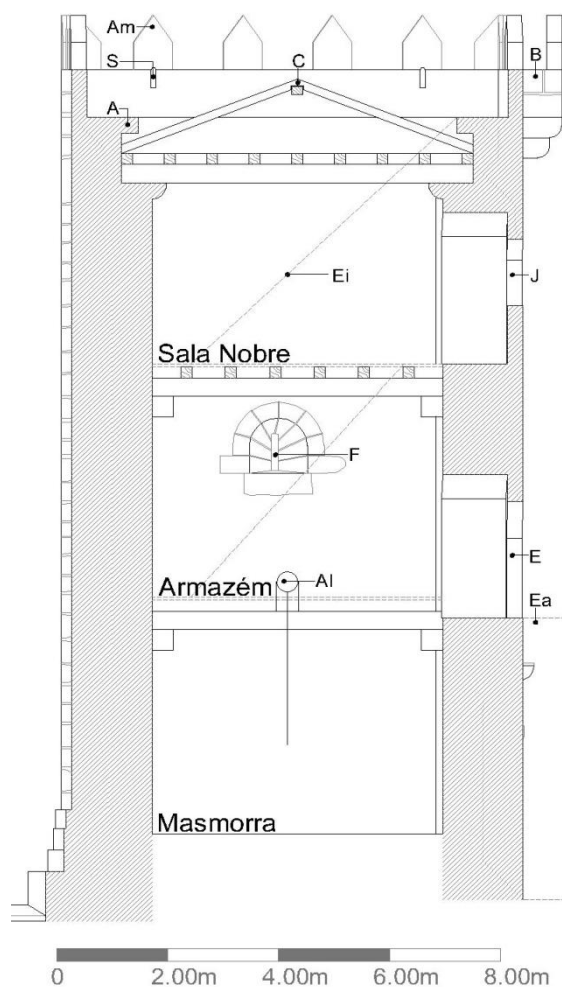
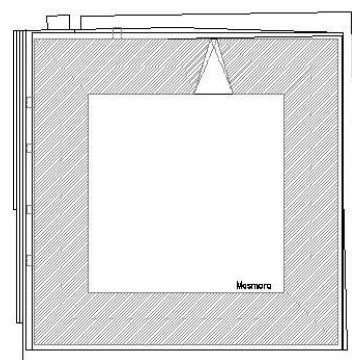
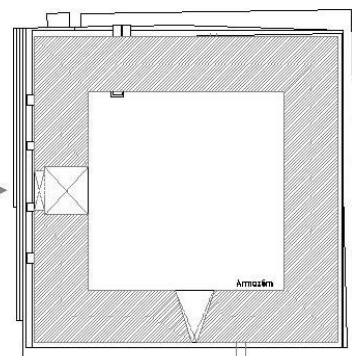


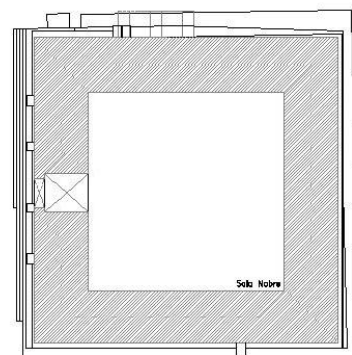
Figura 9: : Corte de uma Torre Nobre



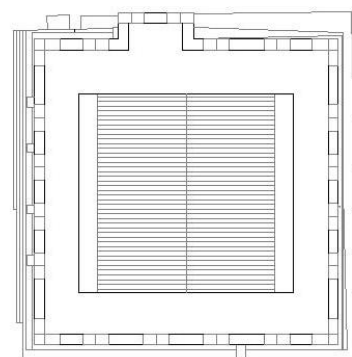
Planta de piso 0_ Masmorra



Planta de piso 1_ Armazém



Planta de piso 2_ Sala Nobre



Planta de Cobertura



Figura 10: Plantas de pisos de uma Torre Nobre

Legenda:

A - Adarve Al - Alçapão Am - Ameia B - Balcão de mata-cães C - Cobertura E - Entrada Ea - Escada amovível Ei - Escada interior F - Fresta J - Janela nobre S - Seteira

Podemos dizer que o conceito utilizado na torre de menagem se assemelha ao, que atualmente designamos, de *bunker*; ou seja, tinha um papel de refugio e proteção já que era lá que os alcaides da época se refugiavam.

Como vimos, na época da Reconquista Cristã, as habitações tinham de ser fortificadas mas, ao contrário do que seria de esperar, com o seu fim, continuaram a ser construídas torres solarengas só que, desta vez, a sua função iria ser diferente. Na época medieval a torre de menagem tinha uma função mais defensiva do que habitacional; tratava-se de uma estrutura militar. A partir do século XIV a torre medieval estava mais destinadas a habitação da nobreza passando, assim, a ser um importante símbolo do poder feudal.¹⁰

No final da idade média era cada vez mais importante a aplicação domestica da torre mas esta manteve as suas características militares, talvez como símbolo; temos como exemplo disso o fosso que era um elemento de estratégia militar mas que continuou a manter-se nas novas torres. A torre apresentava três pisos, sem divisórias, em que o piso térreo era utilizado como armazém, o piso intermedio era o espaço social (sala), e o piso superior eram os aposentos (quarto). A entrada, a semelhança das torres de menagem, era feita pela porta existente no piso intermedio, que se situava a alguns metros do solo, e acedida por uma escada amovível de madeira ou ferro.

A casa-torre não eram mais do que um sinal de posse sobre as terras férteis que as rodeavam e demonstrava a busca de prestígio e ascensão social pela pequena nobreza.

*"Implantadas sistematicamente em zonas de vale(...), mas escolhendo nessas terras baixas e férteis, pequenas elevações para nelas se apoiarem, as Torres senhoriais do século XII refletem uma dupla opção: por um lado uma implantação rural, normalmente arredada dos grandes centros urbanos e na orla de pequenos núcleos de povoamento rural, conscientemente pautada pelas Honras e pela necessidade crescente de o senhor se aproximar dos seus domínios, mas, por outro lado, uma escolha criteriosa que, apesar de tudo, não ignora a necessidade de se preservarem as condições mínimas de defesa."*¹¹

Só a partir do século XVI é que se concluiu que a torre só por si não era suficiente para servir de habitação e isso explica porque, junto delas, se tenham desenvolvidas outras dependências que tornaram a casa senhorial mais complexa.

Diz-nos Michel de Bouïard que:

*"Uma residência senhorial de alto nível compreendia três elementos fundamentais: aula (ou, mais raramente, sala), a habitação privada (camara) e a capela"*¹².

¹⁰ O poder feudal foi um modo de organização social, político e económico nas relações servo contratuais. Os senhores feudais conseguiam as terras porque o rei lhes havia concedido. Eram camponeses, vassalos, cuidavam d agropecuária e, em troca, recebiam o direito a um pedaço de terra para morar e também recebiam a proteção contra ataques bárbaros.

¹¹ Mário Jorge Barroca, op . cit, pág. 19

¹² Michel de Bouïard citado por Mário Barroca, op. cit, , pág. 83

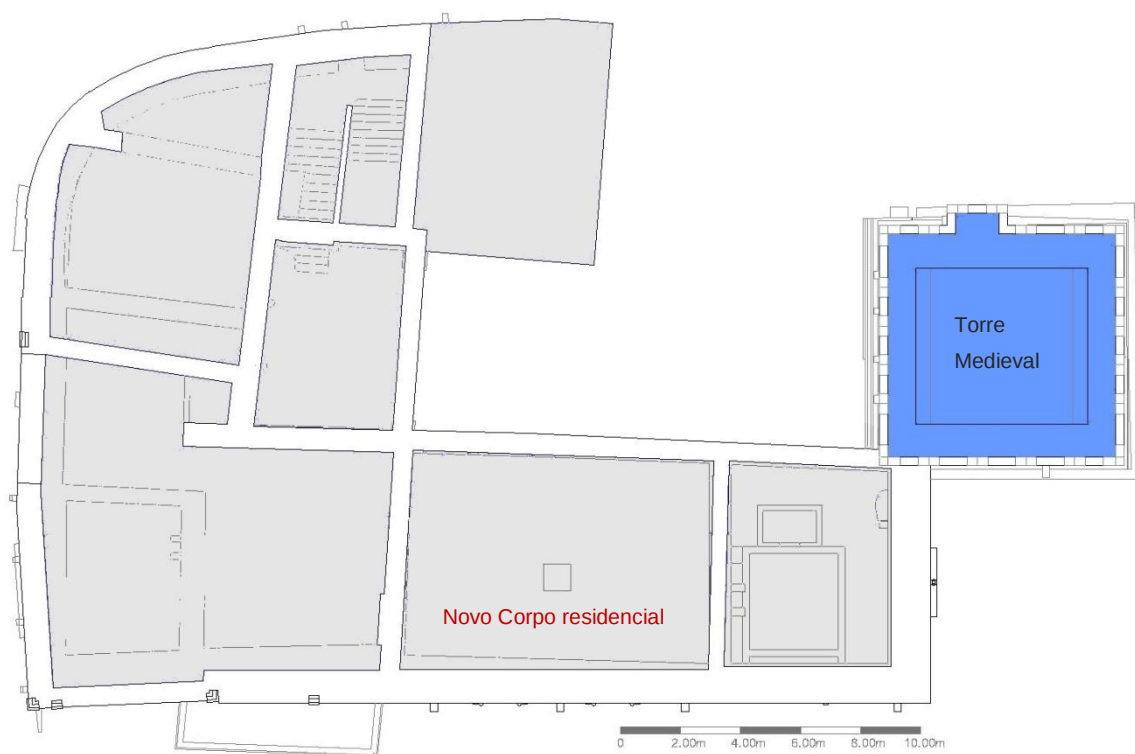


Figura 11: Planta de cobertura do Paço de Gielas

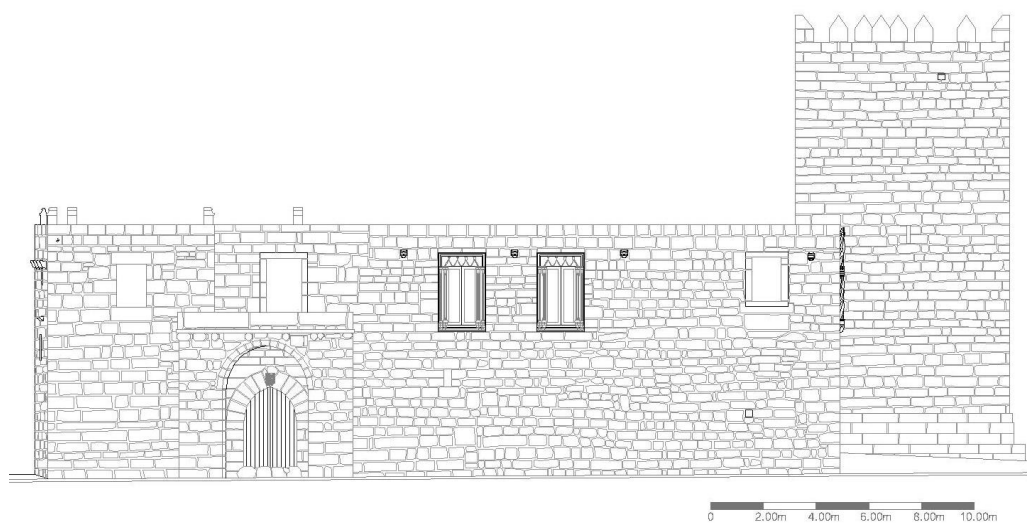


Figura 12: Alçado principal



Figura 13: Paço de Gielas

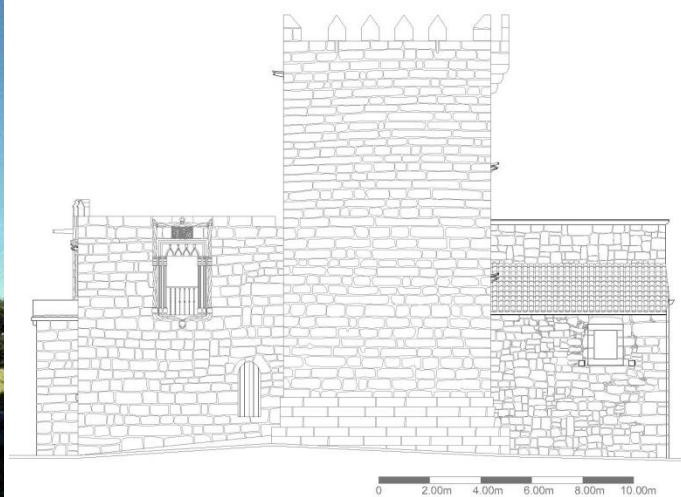


Figura 14: Alçado Lateral

Assim começaram a surgir novos tipos de casas em que a torre continuava a ser o elemento dominante mas começamos a observar ampliações realizadas de diversas formas.

A casa senhorial passaria a ser reformulada da seguinte forma: existência de uma ala residencial junto a torre; com duas torres e um corpo de ligação entre elas; ou a torre ocupava uma posição central na habitação.

O estilo predominante em Portugal era a casa senhorial mais simples constituída por uma ala residencial junto a sua torre (figura 11). É provavelmente a primeira e mais genuína casa nobre rural de Portugal, atingindo o seu ponto mais alto no final do período medieval.

Em Arcos de Valdevez encontramos o Paço de Giela¹³ (figura 13) que é um dos melhores exemplos da conjugação da torre medieval com o corpo residencial. Esta casa senhorial é constituída por dois corpos distintos: a torre medieval, que data do século XIV, e da residência quinhentista. A torre revela-se provida de seteiras e de um balcão de mata-cães o que demonstra o abandono do uso da torre como estrutura militar assim como a falta de comunicação com a ala residencial uma vez que não existem acessos interiores da habitação para a torre. Da época medieval apenas a torre resiste que é comparável a torre de menagem.

*"Entre as casas deste tipo, uma das mais importantes é a do Paço de Gielas, (...), a qual combina a torre medieval com o corpo residencial já quinhentista, da época manuelina. Embora este corpo não seja de planta muito regular, é já de tais dimensões que não deixa dúvidas sobre a sua importância doméstica, sobeja e ricamente assinalada pelas janelas manuelinas, particularmente pela maior, que é encimada pelo brasão dos Limas. As ameias são também já características da época manuelina. A torre, por outro lado, embora altaneira e de boas proporções, perdera já tanto a sua função inicial que nem sequer comunica com o paço manuelino. De facto, não existe qualquer porta para facilitar o acesso pelo interior, A que lá existe ao alto da torre, (...), comunicava, sim, com outra construção de época precedente."*¹⁴

Mais tarde, e saindo da tradição medieval, as casas adotam outro estilo; surgem duas torres e um elemento residencial de ligação que, geralmente, era mais baixo que as torres. Este tipo de construção já tinha um planta mais arrojada e muito rara em épocas mais recuadas.

O solar dos Pinheiros, em Barcelos (figura 15), data do século XV "(...) que, apesar de ter sofrido reformas importantes no período manuelino, preserva nos seus muros o testemunho da sua primitiva estrutura, (...). Na sua primeira fase ele era integrado apenas pela torre Norte e por um anexo retangular que ocupa, hoje, o andar térreo do corpo residencial que mais tarde se ergueu entre duas torres."¹⁵ é, portanto, uma residência de planta mais complexa, onde as duas torres se

¹³ O Paço de Giela teve, em 1662, uma importante função na história, militar, portuguesa uma vez que foi lá que o governador de armas de Castela, D. Baltazar de Roxas Pantoja, estabeleceu o seu quartel general numa ofensiva sobre o Minho.

¹⁴ Carlos de Azevedo, *op. cit.*, pág. 28

¹⁵ Mário Jorge Barroca, *op. cit.*, pág. 26



Figura 15: Solar de Pinheiros, Barcelos



Figura 16: Paço do Curutelo, Ponte de Lima



Figura 17: Paço dos Duques de Bragança, Guimarães

encontram ligadas por um corpo central. Este edifício é testemunho da arquitetura civil da aristocracia, símbolo de senhorio e de poder militar mas que entretanto, no final do século XV, já teria perdido a função como moradia habitual devido as suas reduzidas dimensões. Este estilo arquitetónico volta a ser, no século XVIII, o modelo escolhido por muitas das mais belas casas que se edificaram.

No século XVI surge outro estilo arquitetónico; neste último estilo temos a torre a ocupar uma posição central na casa. Este estilo de construção é o mais raro de todos mas encontramos-lo no Paço do Curutelo em Ponte de Lima (figura 16). A casa apresenta uma planta retangular e ao centro emprega uma torre, de planta quadrada, mais elevada. A semelhança de muitos Paços solarengos edificados no Alto Minho, no início do século XVI, este também conjuga a torre de menagem medieval que, já na altura, não possuía um papel defensivo, com a simetria e regularidade da arquitetura civil renascentista.

Como vimos a influencia medieval na casa nobre de Portugal prolonga-se por todo o século XVI, principalmente no norte do país. Os edifícios eram bastantes simples, modestos e de dimensões reduzidas onde a torre deixava de ter utilização militar e passava a simbolizar a nobreza e o poder dos seus proprietários.

Este tipo de casa é mais visível no norte do país e, pontualmente, no centro enquanto no sul, como iremos ver, a influencia de Coimbra, Lisboa e Évora foram fontes importantes de dinamização e apropriação do movimento renascentista.

*"As grandes residências senhoriais que surgem nos finais da Baixa Idade Média e que denunciam não só a difusão de novos conceitos de habitar e de viver o conforto como, também, a forte influencia da arquitetura de além-Pirenéus, de que podemos apontar como exemplo os Paços dos Duques de Barcelos, os Paços dos Duques de Bragança (Guimarães) (figura 17) ou os dos Condes de Ourem, porque não se tratavam de modelos autóctones, resultantes das respostas aos condicionamentos regionais, nunca conseguiram deixar um traço tao forte na paisagem e na arquitetura portuguesa."*¹⁶

1.2 Renascimento

No século XV surgiu, em Itália, um novo movimento cultural e social; o renascimento. Este movimento, que marcou a transição da idade média para a idade moderna, trazia consigo uma nova conceção do homem e do universo. Sob ponto de vista artístico tratava-se de uma redescoberta e reinterpretação da cultura clássica Greco-Romana. Essas mudanças vão refletir-se em vários ramos da atividade humana sendo mais marcantes nas artes e ciências.

Sendo um movimento artístico nascido em Itália, não se propagou por toda a Europa ao mesmo tempo. Em Portugal chegou numa fase mais tardia, só no século XVI é que começamos a ver

¹⁶ Mário Jorge Barroca, op.cit, pág. 29



Figura 18: Solar dos Távoras, Pinhel



Figura 19: Torre dos Azevedos, Braga



Figura 20: Torre de Aborim, Barcelos



Figura 21: Colunata da Quinta da Bacalhoa

indícios do renascentistas que surge de uma mistura entre o estilo Gótico e as inovações do século XV, aparecendo como forma ornamental associada a arquitetura da última fase do gótico (figura 18).

Este movimento é caracterizado pelo uso da racionalidade, a razão científica, o ideal humanista e a reutilização das ordens clássicas.

Em Portugal, como já referimos, a arte renascentista surge no século XVI através de escultores franceses, Nicolau de Chanterenne¹⁷ e João de Ruão. Os construtores portugueses, inicialmente céticos, depressa aceitaram as novas formas, ficando fieis da estabilidade estrutural da arquitetura renascentista. No que respeita à arquitetura doméstica, os arquitetos preferiram continuar com a tradição da casa nobre medieval, *"(...) as casas continuaram durante o século XVI bastante presas às concepções medievais, empregando repetidamente as torres (figura 19) e outros elementos tradicionais, servindo-se dos novos motivos apenas de maneira acessória."*¹⁸

*"(...) os arquitetos e construtores continuaram ainda pelo século XVI presos às tradições da casa nobre medieval, e a princípio utilizaram o novo estilo apenas como forma de ornamentação. (...) Na arquitetura doméstica, porém, a decoração mostra-se sempre muito sóbria, e a casa nobre portuguesa só mais tarde, na época barroca (...) vai empregar fachadas com uma decoração exuberante (...). Os novos elementos arquitetónicos que surgem também no século XVI em Portugal são as colunas clássicas e a pilastra e, em combinação com as colonatas, o arco de volta perfeita, tão característico já na antiga arte romana."*¹⁹ (figura 20)

Embora, com a mudança de espírito e mentalidades, sentisse uma necessidade de regularização e simetrias das plantas tentando, de certa forma, sair da sua tradição medieval procurando criar plantas mais ambiciosas e complexas.

*"(...) no Norte do País, e se o exame atento da planta da casa nem sempre é possível ao visitante, a composição de certos alçados, o agrupamento das massas e a sobrevivência de certas características fazem dessas casas um exemplo notável do espírito conservador português. No Sul, pelo contrário, o Renascimento motivou novas experiências e a arquitetura revela melhor a nova corrente, o que se deve em grande parte à influência de Lisboa e Évora, que, no século XVI, adquirem grande importância e que foram verdadeiros centros de irradiação artística."*²⁰

Ou seja; enquanto que no Norte do País a arquitetura nobre vai ser mais conservadora e fiel às suas origens da casa medieval (figura 21), passando diretamente da idade média para o barroco, no Centro e Sul iremos verificar uma evolução mais significativa na habitação, revelando um novo estilo mais italianizante.

¹⁷ Nicolau de Chanterene, nasceu em 1470 na Lorraine e faleceu em 1551. Foi um escultor que desenvolveu grande parte das obras renascentistas em Portugal

¹⁸ Carlos de Azevedo, *op. cit.*, pág. 51

¹⁹ *idem*; pág. 40

²⁰ *idem*; pág. 41



Figura 22: Vista aérea da Quinta das Flores

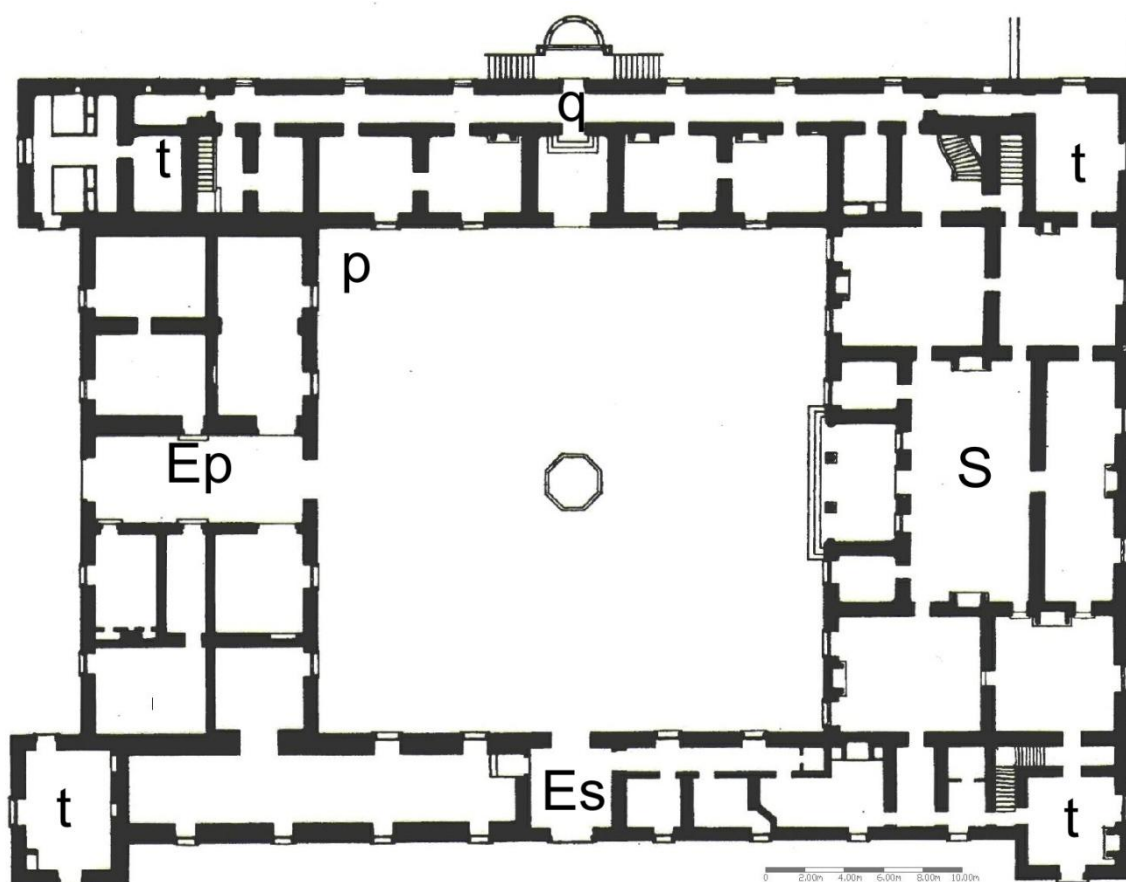


Figura 23: Planta da Quinta das Flores

Legenda:

Ep - Entrada principal **Es** - Entrada de serviço **q** - Zona de quartos **P**- Pátio **S** - Zona de Salas e salões
t - Torres

A Casa da Quinta das Torres (figura 21), situada no distrito de Setúbal, representa uma das primeiras manifestações do renascimento italiano em Portugal "(...) apresenta uma planta nitidamente italiana (figura 22), com grande pátio retangular fechado, tentativa ousada para reproduzir algum palácio romano! São vários os elementos que caracterizam esta casa como obra italianizante, desde a planta ao pórtico palladino, às pirâmides que corroam o telhado e que lembram desenhos de autores italianos só século XVI, ao pátio fechado, ao pequeno templo circular no meio do lago e a certos pormenores de arquitetura ou de decoração. (...) Na Quinta das Torres o que há de novo é a mais perfeita integração do pátio e a grande regularidade que a planta revela e que podemos atribuir as preocupações renascentistas com a harmonia e simetria."²¹

Ou seja, uma das inovações introduzidas e que marcou a arquitetura daquela época foi o aparecimento das varandas característica essa que nunca mais abandonou a casa portuguesa.

Esta nova solução arquitetónica representa uma procura de abrir a casa para o exterior e para permitir a contemplação e usufruto da natureza o que ira levar a construção dos pavilhões ou casas de frescos junto de grandes lagos.²²

Como podemos ver nos séculos XVI e XVII, com a era dos descobrimentos e com o consequente contacto com outras civilizações, o estreitamento de relações com o Norte da Europa e com o Mediterrâneo e as novas possibilidades da nobreza e burguesia, abriram-se novos horizontes a arquitetura e, de uma forma muito particular no que diz respeito a arquitetura solarenga. Esta deixa de se limitar ao estritamente necessário para abrigo dos seus utilizadores e passa a ter outras exigências não só de conforto como de arte.

O apego ao passado é notório com a continuação do uso da torre que, desta vez, figura como elemento decorativo ou de representação da nobreza do edifício que, aliada a escadaria e ao brasão em cantaria, na fachada, dão ao edifício um ar de dignidade que os diferencia em relação aos outros.

Na arquitetura doméstica a decoração da casa nobre portuguesa continua a revelar-se sempre muito sóbria, despida de ornamentos ou requintes.

1.3 Época de Transição

No final do século XVI Portugal viveu uma profunda crise política e social. Com a morte do rei D. Sebastião e a ausência de descendência, o país cai no reinado do rei D. Filipe I que, como já era rei de Espanha, tem como consequência a perda da independência de Portugal. Perda essa que

²¹ Carlos de Azevedo, op.cit, pág. 50

²² Solução aproveitada, sob ponto de vista pratico, para introduzir jardins e hortas alem de construir refugio para as temperaturas quentes de verão.



Figura 24: Fachada principal da casa de Vale das Flores

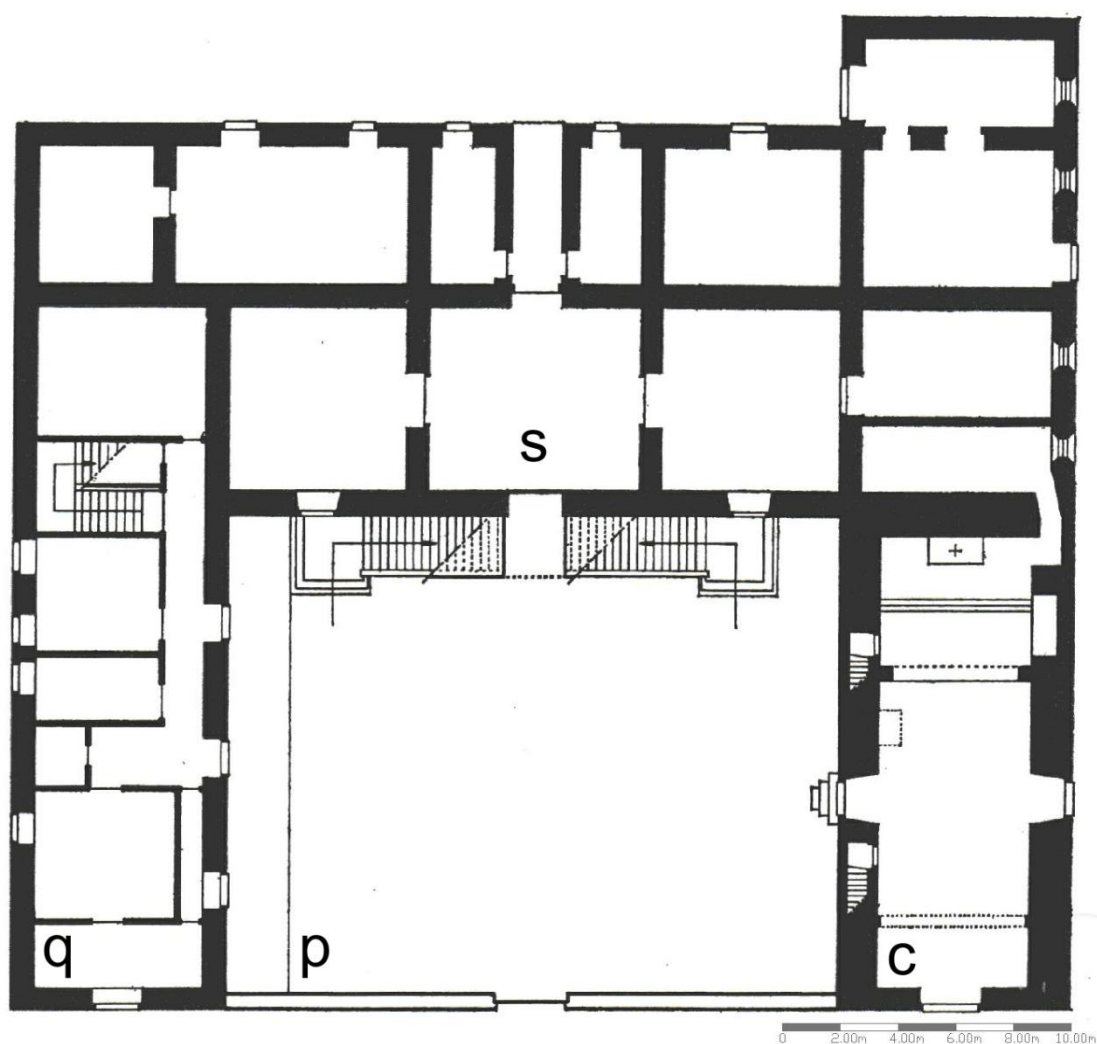


Figura 25: Planta de rés-do-chão da casa de Vale das Flores

Legenda:

Rés-do-chão:

c - Capela q - Zona de quartos dos empregados p- Pátio s - Cavalariças e zonas de serviço

Andar Nobre

c - Capela q - Zona de quartos dos nobres p- Pátio s - Salas e Salões

vai originar uma barreira fechando o país às influências espanholas e isolando-o do resto do mundo.

A economia restrita que se vivia originou uma arquitetura mais pura e sóbria que contrastasse com os excessos ornamentais da era manuelina. Surge então a arquitetura Chã ou, como a designou George Kubler²³, "Plain Architecture".

*"A arquitectura portuguesa chã corresponde à atitude experimental dos arquitetos formados na Teoria do Renascimento, que se atreveram a desrespeitar os seus preceitos a fim de obterem uma construção útil e económica."*²⁴

A arquitetura chã é de influência clássica, que era representada pelas suas proporções áureas, métricas, geometria clássica e pelo uso do retângulo de ouro. Este estilo arquitetónico é caracterizado pelo desornamento geral dos programas decorativos, e a linha é utilizada para definir quase tudo o que torna os edifícios baixos e largos, com aspeto fortificado. Os edifícios são bastante práticos, o que permitiu que fossem construídos por todo o país.

A falta de ornamentos davam aos edifícios chãos um aspeto frio e muito racional. Contudo, a partir do fim do século XVII começaram a surgir decorações com a telha dourada nos interiores e, no exterior, festões e volutas de pedra.

Na segunda metade do século XVII, acabando o domínio espanhol, vamos assistir ao aparecimento de um novo estilo de arquitetura nobre que vão por em prática alguns

conhecimentos e filosofias da época renascentista de forma a adaptar a casa as novas exigências.

As casas nobres deste século não são muito abundantes. No Norte do País preferiu-se aproveitaram as construções de épocas anteriores para restaurar e ampliar o edifício. A torre de Aborim, situada no concelho de Barcelos é um exemplo da reconstrução e adaptação de uma torre medieval aos novos conceitos de habitação da época.

As casas nobres deste século não são muito abundantes mas as que subsistem permite-nos fazer algumas afirmações; A planta do edificado apresenta uma maior regularidade, desenvolvendo-se em comprimento tendo alçados muito regulares onde a repetição de vãos acaba por dar uma certa monotonia a composição. A capela agregada a casa que, como aconteceu com a torre medieval, surge como um novo elemento da arquitetura nobre tornando-se num dos elementos mais característicos desse tipo de arquitetura.

No entanto também verificamos que outras características desta época encontra-se na planta em U (figura 25) onde vamos encontrar uma conceção ordenada e lógica e um rigor que até agora era desconhecida. Esta planta, que é de inspiração francesa, vai manter-se durante o século XVIII.

²³ George Kubler foi um historiador de arte norte americano que definiu o estilo chão como *"uma arquitectura vernácula, mais relacionada com as tradições de um dialecto vivo do que com os grandes autores da Antiguidade Clássica."*

²⁴ George Kubler, "A arquitetura chã: Entre as especiarias e o futuro", 2005, pág. 197



Figura 26: Casa do Fidalgo, Marco de Canaveses



Figura 27: Solar de Mateus, Vila Real



Figura 28: Entrada do Palácio do Freixo, Porto



Figura 29: Portão da Quinta da Prelada, Porto

A casa de Vale de Flores (figura 24), situada em Braga, retrata bem este tipo de arquitetura onde verificamos o uso da planta em U perfeitamente realizada que, como é caracterizada por Carlos de Azevedo, *"sendo do tipo "fechada", visto serem as alas laterais unidas por um alto muro no qual se abre o portão nobre. Fica deste modo a casa inscrita num grande retângulo e o espaço entre o muro e o edifício constituindo um pátio (...) o andar térreo era destinado a serviços indispensáveis, arrecadações, etc., e o primeiro andar - o "andar nobre" - reserva para a família habitar. No conjunto a capela desempenha um papel cada vez mais importante, (...), a sua integração é realizada de tal forma que não perturba a simetria e equilíbrio do todo, pois ocupa, como é fácil de ver, uma das alas laterais."*²⁵

Como já referimos a arquitetura nobre em Portugal inspirava-se fundamentalmente na arquitetura militar onde a casa-torre, que foi o primeiro tipo de residência nobre, se vai manter ao longo dos séculos.

1.4 Época Barroca

No início do século XVII surge na Europa o estilo Barroco. Este novo estilo arquitetónico é caracterizado pelo movimento, pelo drama e pelo exagero (figura 26). Ou seja, é um movimento que, ao contrário do que se viveu no renascimento, era mais ótico e sensorial. São, segundo Wölfflin, os seus princípios fundamentais: "um forte sentido de movimento", "uma preferência pelas formas maciças", "o gosto pela sua monumentalidade" e "a preocupação com efeitos dramáticos e teatrais"²⁶.

Em Portugal a arte Barroca surge mais tarde, na segunda metade do século XVII, e coincide com uma época de difícil situação política, social e económica²⁷. No entanto, a partir do final do século XVII, no reinado de D. João V, foram tempos de grande riqueza graças às importações de ouro e diamante provenientes do Brasil. Com estas descobertas Portugal passa a usufruir de uma grande riqueza da qual o rei vai aproveitar para alimentar uma "rivalidade" com o rei francês Luís XIV mandando vir arquitetos italianos para desenhar grandes palácios numa tentativa de se superiorizar aos palácios franceses. Com isso barroco iria atingir o seu máximo esplendor no início do século XVIII.

O barroco implementou-se com mais força no Norte de Portugal através das suas igrejas e casas nobres. Na habitação nobre verifica-se um grande contraste entre as fachadas decoradas e os interiores muito simples onde o andar nobre, piso onde residia a família, é realçado, na fachada, pela sua qualidade de linguagem arquitetónica e decorativa (figura 27). Outro elemento característico é a importância dada à entrada nobre que se caracteriza pelo eixo vertical central,

²⁵ Carlos de Azevedo, op. cit, pág. 58

²⁶ idem; pág. 68

²⁷ O século XVII foi marcado por vários acontecimentos negativos, a nível internacional pela peste que surgiu em 1619, e a nível nacional pelo fim da dinastia filipina, pela guerra da restauração, pela perda de algumas colónias para Inglaterra e pela crise da dinastia de Afonso VI e Pedro II.

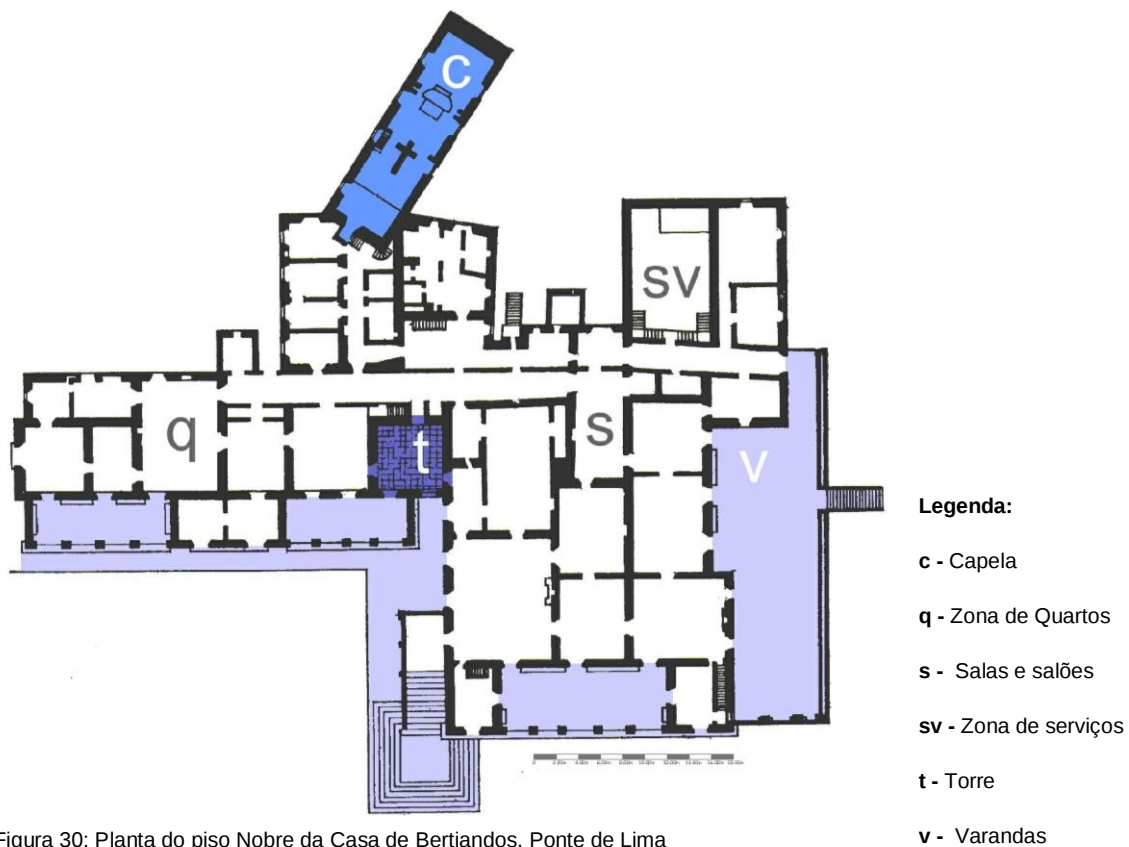


Figura 30: Planta do piso Nobre da Casa de Bertandos, Ponte de Lima



Figura 31: Casa de Bertandos, Ponte de Lima



Figura 32: Brasão da casa da Loureira, Gondarém



Figura 33: Fontanário da casa dos Biscainhos, Braga

formado pela portada, janela de sacada, pela pedra de armas e pelas grandes escadarias exteriores (figura 28). A pedra de armas aparece, também a rematar grandes portadas que dão acesso a algumas casas nobres, como se pode ver na Casa da Prelada (figura 29), constituindo, por vezes, o melhor elemento arquitetónico da casa.

As características do barroco evidenciam-se, também, na expressão da distribuição de volumes, no esquema de conjunto e nas pesadas relações de proporção. Este estilo arquitetónico recorre a decoração através da talha dourada, já utilizada na era de transição, baixos relevos, pinturas, mosaicos e mármore.

A capela e a torre são os elementos mais significativos da linguagem barroca; a capela será o elemento que vai ocupar sempre um lugar de destaque enquanto que a torre é a estrutura que caracteriza a casa nobre uma vez que a acompanha desde o seu início.

Os elementos decorativos mais exuberantes só começam a aparecer na arquitetura nobre portuguesa no barroco do século XVIII. Ai vemos o desenvolvimento das fachadas principais, assistimos ao enriquecimento da decoração envolvente de portas e janelas de cantaria (figura 31) e o aparecimento de frontões para exibir o brasão de família, rico em decoração no seu paquife e com o seu escudo de forma abaulada (figura 32).

Nesta época o jardim também tem um papel importante uma vez que este está relacionada com a casa. Embora o jardim português não tenha atingido a expressão monumental dos jardins italianos, é fácil perceber as conceções e tendências da época onde se procurava subordinar a natureza a um plano conjunto a partir da casa. Os jardins eram caracterizados pelos terraços, escadarias, esculturas, pavilhões e o grande arvoredo envolvente.

Outro elemento muito importante, bastante explorado, foi o uso da água onde, no jardim barroco, era empregue em efeitos mais complexos, como as cascatas que o caracterizaram, embora não ponha de parte o tanque tradicional.

1.4.1 Período Barroco nas Terras de Basto

Como já referimos anteriormente o Norte do país não teve período renascentista, passa diretamente da idade média para o Barroco.

Os solares são imensos e espalham-se por todo o concelho, especialmente na sua metade situada a Nascente. De fachadas normalmente corrida, por vezes com torre, estas casas desprovidas de fortificações não tem uma função defensiva mas sim uma carga simbólica, pois procuram transmitir a antiguidade da casa, ou seja, da família que a habita dando-lhe um maior estatuto social, possuindo deste modo, a casa nobre, algum interesse artístico do ponto de vista arquitetónico.



Figura 34: Casa de Concelho de Cima, São Romão do Corgo

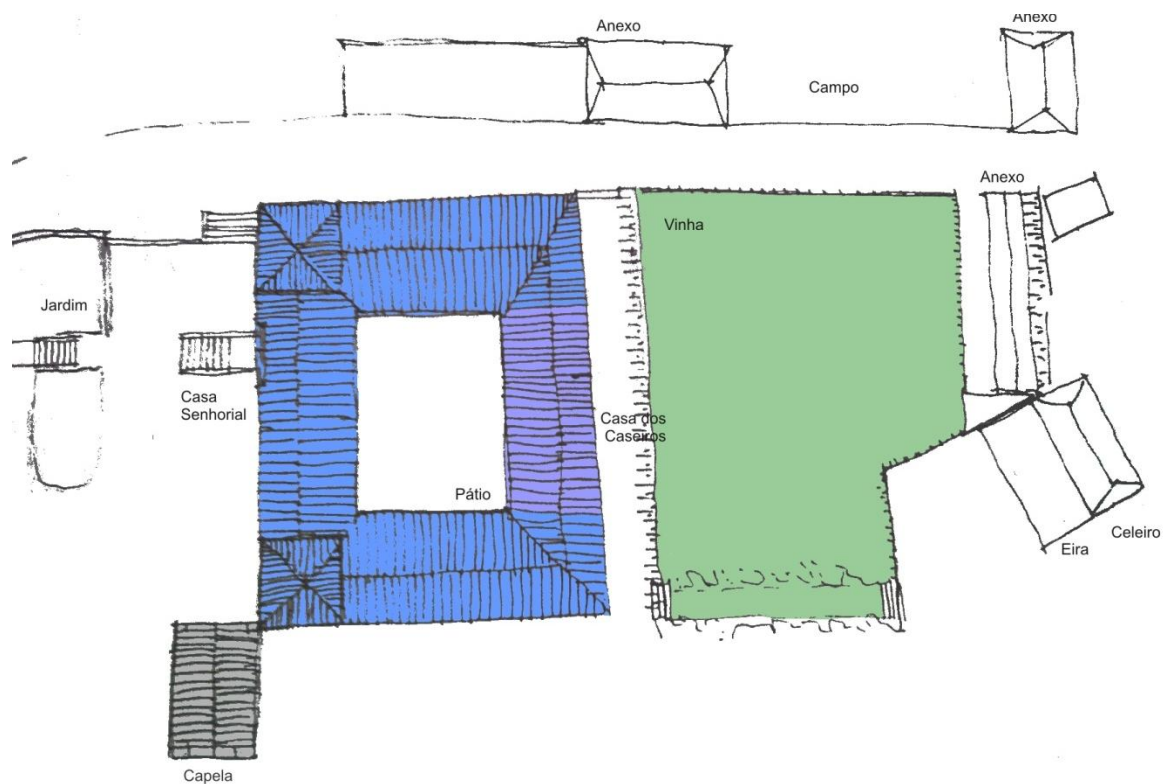


Figura 35: Planta de implantação da Casa da Boavista, Veade



Figura 36: Perspetiva da Casa da Boavista

A feição agrícola da região de Basto determinou, ao longo dos tempos, o carácter da habitação. O solar do antigo nobre, edifício que, por vezes, era um edifício muito vistoso, exemplo típico da presença de ostentação como critério importante na conquista de um estatuto social, mas geralmente de péssima construção, havendo no entanto exceções. São modestas habitações construídas pelo mesmo sistema, algumas com vestígios do século XVII, não havendo praticamente vestígios dos séculos anteriores, sendo a fachada normalmente corrida, sobressaindo por vezes a torre, e com alguns pormenores exteriores e interiores de interesse.

Na região de Basto já só encontramos solares construídos no período barroco, decorrido nos séculos XVII e XVIII, que correspondem a um período de apogeu económico bem patente na construção e ou reconstrução dos solares deste concelho. No século XVIII não se alteraram as tendências da arquitetura civil do século anterior mas, assistiu-se ao seu aprofundamento e a sua gradual precisão tipológica, em que a planta em forma de U continua a proporcionar bons exemplos arquitetónicos e os jardins sofrem um progressivo alargamento e uma crescente geometrização do seu traçado. No solar a casa, "mãe" de uma família nobre e antiga e que constituía o morgado, em geral associada a posse fundiária, a composição acentua nas linhas horizontais e uma decoração com uma certa sobriedade (como se pode verificar na figura 34). Os solares, que são posteriores ao século XVIII, do século passado e até em outros arranjos do presente, conservam ainda a linha do estilo de setecentos, verificando-se ainda a persistência do barroco setecentista nos séculos seguintes.

O solar, sendo aqui, obra de exploração agrícola, construía-se de preferência nos sítios de cultura, quase sempre em vales abrigados dos ventos de Norte, verificando-se que havia o cuidado da plantação de uma pequena zona florestal a Norte do solar para a proteger das nortadas. São poucos os casos de solares antigos que se edificavam em lugares de cota relativamente elevadas, sendo este caso exemplo as casas do Outeiro e Boavista (figura 35 e 36), situadas na freguesia de Veade, ou mesmo a casa do Paço em Basto Sta. Tecla.

O barroco que surge nas Terras de Basto não é de carácter ostentoso nem muito rico. Do século XVII ficaram algumas casas distintas, mas de proporções modestas, com ornamentos simples no emolduramento dos cunhais ou no desenho dos cachorros e mísulas das janelas e varandas, que eram usadas para o suporte de vasos, com sóbrias escadarias, onde elegantes volutas rematam as guardas e o corrimão. Em algumas casas temos tetos de maceira em talha, frequentemente pintado com diversas cores.

Dois períodos delimitam a construção destes solares: o pós Restauração e o Liberal, tendo este último provocado a decadência da casa nobre através da extinção dos morgadios o que levou à subdivisão da propriedade. A decadência política da nobreza que se verificou, ainda esta hoje patente no facto de a maioria das quintas e solares pertencer a proprietários estranhos, que vivem nas cidades ou em outras localidades, estando o cultivo das terras e a guarda das propriedades nas mãos de feitores e caseiros. Daí estas apresentarem um aspeto de abandono e de alguma



Figura 37: Fachada principal da casa da Portela, Gagos



Figura 38: Perspetiva posterior da casa da Portela, Gagos



Figura 39: Escadaria exterior da casa do Reguengo, Vale de Bouro

degradação precoce. As poucas casas "antigas" que ainda se conservam em bom estado é porque são, ainda hoje, habitadas pelos proprietários mantendo-se algumas delas na posse das famílias originais.

Normalmente disposto em dois pisos, o solar apresenta-se com o piso do rés do chão destinado a arrecadação das alfaías e produtos agrícolas. O primeiro andar, andar nobre, é destinado a residência da família, sendo raras as escadas interiores. A comunicação faz-se, geralmente, por uma escada exterior. É também frequente existência de uma varanda dando para as traseiras da casa e que forma por baixo desta uma espécie de alpendre que era usado para a secagem dos produtos e sementeiras agrícolas. Quando a casa tem um maior desenvolvimento, os seus corpos laterais ora esboçam um pátio interior, ora constituem-no completamente. Noutras situações, verificam-se irregulares acrescentos quanto ao plano primitivo, formando na parte traseira do solar um terreiro ou também chamado de pátio, apresentado estas casas geralmente corpos diferentes, fruto das varias construções ou reconstruções ao longo dos tempos.

O contraste entre o aspeto exterior das frontarias das melhores casas e o dos seus pátios ou traseiras é muitas vezes impressionante. Na verdade, se a casa se distingue pela sua fachada principal, pelos seus brasões, talhados no granito da região, pela sua escadaria, sendo que, se a capela alguma vezes se encosta ao solar (figura 37), a parte posterior da casa apresenta-se com um aspeto desleal e empobrecido. Sendo o aparelho das alvenarias de pedra grosseiro e imperfeito, com as pedras mal assentes e de aspeto irregular e com dimensão demasiada pequenas fazendo transparecer que o material nela utilizado resultaria dos restos da obra da casa, sendo as madeiras, traves, caixilhos ou portas muito mal trabalhadas (figura 38).

O mais trabalhado que estes solares apresentam são as partes de cantaria, em granito da região, recebendo as portas principais, ou das capelas, os seus emolduramentos, os cunhais as suas molduras, as escadas os seus remates em estilo barroco (figura 39), repetindo-se muito um modelo com pequenas variantes que se foi transformando á medida que se avançava pelo século XVIII. É porem no século XVIII que pertence o maior número de solares deste concelho. A casa desenvolveu-se mais desafogadamente no sentido horizontal, mantendo muitas delas os ornamentos e decorações típicos do século anterior, Os portais, principalmente os das capelas, adquirem também um emolduramento interno, sobrepondo-se-lhe frontões interrompidos de volutas, com conchas ou cruzeiros no centro. Os portões das quintas são encimados pelos brasões dos senhores mas as pilastras, no entanto, são de sóbria molduragem. A habitação solarenga caracterizou-se aqui por certa reserva exterior, mostrando abastança, sem duvida, mas sem luxos nem sobrecarrego de efeitos. Os solares geralmente sóbrios, equilibrados, unem-se, sob ponto de vista estilístico, com certa graça ornamental sem aventuras construtivas, sendo também acompanhados pelos jardins, típicos das terras de Basto, de feição setecentista e oitocentista, que são ainda hoje numerosos nesta região.



Figura 40: Casa da Cerdeirinha, Ourilhe



Figura 41: Brasão da casa de Travassinhos, Arnoia



Figura 42: Escadaria e brasão da casa do Telhõ, Arnoia



Figura 43: Perspetiva da casa do Campo, Molares

1.4.2 Estruturas Componentes de uma Casa Nobre

Ao longo dos tempos cada geração vai acrescentando elementos que procuram manter a sua antiguidade e a posição social que ocupa na sociedade. Assim, com o passar dos anos, a casa acaba por adquirir os atributos indispensáveis à sua categoria tais como o largo portal, que se destinava a ostentar o brasão de família, a capela, a característica torre e os jardins com os tradicionais caramanchões de japoneiras e as esculturas de formas complexas. Por isso, é natural que a parte principal da decoração fosse reservada ao portal e a capela com decoração esculpida, já que o brasão e a capela correspondem aos dois elementos mais importantes atribuídos ao senhor, segundo a legislação da época, consideradas obras de prestígio e que fazem parte integrante do conjunto habitacional (figura 490)

A pedra de armas (brasão) surge como um dos principais emblemas indispensáveis de uma categoria social, em portais monumentais que lhe serviam de suporte ou num dos cunhais da casa. Geralmente, correspondem ao portal armoriado situado à entrada da propriedade que apresenta um grande impacto decorativo através do frontão brasonado e utilizando remates como a cruz central, pirâmides e merlões, de entre todos destaca-se o brasão da casa de Travassinhos (figura 41), situada na freguesia de Arnoia, pela sua monumentalidade e qualidade de execução. Quando o brasão deixa de ser considerado o emblema indispensável de uma categoria social é colocado ao lado da porta principal de acesso ao piso nobre, como é o caso na casa de Telhó (figura 42), situada na freguesia de Arnoia, e tal verifica-se principalmente no século XIX. Os portais quando não apresentam brasão são rematados por uma cruz latina, muito frequentemente usado no Norte do país.

A capela é outra tipologia de grande difusão nestas casas e surge como um elo de ligação entre os antepassados e os descendentes. A capela aparece geralmente ao lado da habitação e é um elemento quase constante nas casas solarengas abordadas. Ela desempenha um papel vital na casa nobre sendo local de oração para os vivos e de repouso para os mortos. A capela não é apenas pertença dos donos da casa, é um elemento semipúblico, possuindo uma porta que abre para a rua (figura 43), condição essa, exigida pelo arcebispo de Braga para autorizar a sua construção e o exercício do culto em pleno acordo com a paróquia do lugar e visitada regularmente pelo elemento eclesiástico para assegurar as condições fixadas. Dada a exigência do carácter semipúblico, por parte dos poderes eclesiásticos, veio a configurar duas situações típicas de localização das mesmas em relação ao conjunto. Assim, é situada num plano mais avançado da casa relacionando-se com o muro e o portal, como é exemplo a casa do Melhorado (Figura 44), ou acompanhando a fachada da residência senhorial. No primeiro caso, tanto se apresenta no plano do muro, como se pode observar na casa do Campo, situada na freguesia de Molares (figura 41), e da casa de Travassinhos (figura 45), ou formando um ângulo entre os dois elementos (casa e capela) que geralmente é perpendicular, como é exemplo a casa do Outeiro, situada na freguesia de Veade, e a casa das Eiras (figura 46, situada na freguesia de Molares. Quando a disposição da capela se liga a fachada principal da casa, também produz algumas



Figura 44: Capela da casa do Melhorado, Vale de Bouro



Figura 45: Portão e capela da casa de Travassinhos, Arnoia



Figura 46: Casa da Eiras, Molaes



Figura 47: Casa do Souto, São Clemente de Basto

situações particulares por se encontrar algo adossada a esta, formando um plano único de fachada que se mostra a quem passa, como é disto exemplo a casa do Outeiro ou mesmo da casa do Souto (figura 47), situadas na freguesia de S. Clemente de Basto.

Dentro desta situação é ainda possível encontrar alguns exemplos de subgrupos com algumas especificidades, que se prendem com a maneira como a imagem da capela é integrada na restante fachada ao nível dos elementos formais ou da sua posição relativa. Inserida nas variantes em que a capela se coloca no extremo de uma fachada relativamente comprida, temos alguns exemplos na casa abordada; a casa do Souto (figura 47) onde se verifica na que a imagem da capela destaca-se ao ponto de se adiantar ou salientar ligeiramente em relação ao plano da fachada. A outra situação que se encontra, quando a capela se coloca na proximidade imediata da casa é a desta formar um ângulo de 90 graus tendo, neste caso, os cunhais dos dois corpos uma função de charneira e causa um efeito de segurança estrutural e de imagem forte que pretende descomprometer as intromissões dos dois planos de fachada e, numa outra instância, configura um espaço social de chegada, que isola o terreiro agrícola, sendo caso típico a casa da Eira (figura 46), situada na freguesia de Molares.

Outro símbolo de uma certa categoria social que sobressai no conjunto habitacional é a presença da torre. A torre medieval tornou-se, assim, um sinal que simboliza o senhorio sobre uma terra, mas nem por isso deixou de ser aproveitada para a habitação, conservando um certo grau de fortificação, claramente definidos pelas linhas de ameias e com poucas aberturas nas paredes de alvenaria de granito. Todas as torres edificadas são constituídas por grossos muros mas de entrada difícil, composta por dois ou três andares e de planta retangular ou quadrada. Pela sua verticalidade e morfologia este é o elemento com mais impacto na projeção da imagem da casa (figuras 48 e 49). De facto, há uma identificação profunda desta classe social com a torre, símbolo de posse, de poder, de uma sociedade em grande parte feudal. Assim, durante o período Filipino e, principalmente, nas décadas imediatas à Restauração da Independência, em 1640, assiste-se ao arranjo, restauro, melhoramento e mesmo construção de raiz de uma nobreza que fora, entretanto, deslocada para o mundo rural.

Os tradicionais jardins de Basto assumiram logo, a partir do século XVI mas principalmente a partir de finais do século XVIII, um importante estatuto na casa nobre como sala de visita desta, de recolhimento e espaço lúdico. A tradição da topiaria (figura 52) foi introduzida nos jardins da região nos inícios do século XIX e conservada até hoje. Os jardins abrem-se para a natureza e são, nalguns casos, monumentais, já que as plantas fornecem a estrutura e a decoração através das várias esculturas vegetais: arcadas, caramanchões, sebes, casas de fresco. São utilizadas várias espécies que facilitam estes efeitos tais como o cedro, as japoneiras, o teixo, o mirto, o loureiro, e aristolóquia. Os jardins apresentam-se como um conjunto coerente de construções de verdura, de formas redondas ou retangulares de folhas e flores formando todo o género de topiarias geométricas. A expansão da japoneira, ou camélia, verificou-se devido à natureza do solo e às condições climáticas particularmente favoráveis onde as suas flores serviam para ornamentar capelas e casas para acolhimento da tradicional visita pascal. Surgem também jardins com dois



Figura 48: Torre da casa da Cerdeirinha, Ourilhe



Figura 49: Torre da casa de Gandarela, São Clemente de Basto



Figura 50: Jardim da casa do Outeiro, Veade



Figura 51: Topiaria, característica, dos jardins de Basto



Figura 52: Fonte da casa de Gandarela

patamares, um mais baixo e outro em forma de esplanada mais alto, acompanhando as curvas de nível, sendo disso exemplo a casa do Outeiro, situada na freguesia de Veade (figura 50), e a casa da Boavista, também ela situada na freguesia de Veade.

As casas eram anteriormente constituídas no andar nobre, por varias divisões compostas por salas e salões, quartos e cozinhas. As salas de visitas tinham, muitas vezes, tetos octogonais compostos por caixotões²⁸, a sala de jantar constituía o lugar tradicional de reunião para as famílias, as várias salas e quartos eram estruturados a partir de um corredor, a cozinha tinha como particularidade o chão em pedra granítica com uma lareira e ampla chaminé que se destaca do edifício, bancas e armários embutidos na própria parede residente. O interior é quase sempre de madeira de castanho, fazendo parte deste material, para além da estrutura que compõem o pavimento, os tetos e armários de parede. A principal divisão, correspondente á mais ampla, é a sala de jantar decorada com florões no teto e por vezes com paredes pintadas a fresco.

²⁸ Os tetos de Caixotões são tetos em masseira decorados florões esculpidos.

Capítulo II

Turismo em Espaço Rural em Portugal

Capítulo II

Turismo em Espaço Rural em Portugal

2 Introdução

O presente capítulo aborda as definições de turismo bem como os diferentes tipos existentes. Nesta breve e fundamentada síntese baseamo-nos, ainda, na evolução do turismo tal como as atividades subjacentes a este sector. Acabando com uma breve análise sobre a legislação em vigor para o turismo em espaço rural assim como as principais vantagens para a sua realização.

2.1 Turismo

*"Pressupõe uma rutura espaço temporal em relação ao mundo do trabalho, apresentando-se como uma forma cultural alternativa, diferencial e complementar, que contribui para a restauração psíquica."*²⁹

2.2 Definição de Turismo

O Turismo não é considerado uma ciência, mas sim uma área das Ciências Sociais Aplicadas, tem servido como objeto de estudo a várias disciplinas e em cada uma delas está sujeito a determinadas influências. Também é considerado uma área de atuação profissional, um setor crescente da economia e por isso usa uma dinâmica peculiar. Para uma definição próxima do turismo é necessário uma pesquisa interdisciplinar em várias áreas, destacando-se assim a Antropologia, Ciências Políticas, Geografia, Psicologia, História, Direito e Sociologia.

O turismo é uma atividade de lazer que pressupõe uma rutura espácio-temporal em relação ao mundo do trabalho. Desta forma apresenta-se como uma forma cultural alternativa, diferencial e complementar, que contribuiu para a restauração psíquica.

Recuando por breves momentos na história até ao ano de 1910 obtemos uma definição de turismo dada por Von Schullard, um economista austríaco. Este defendia que *"a soma das operações, principalmente de natureza económica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região."*³⁰

Luiz Ignarra, tornou-se um grande estudioso do fenómeno turístico, e através dele obtemos várias tentativas de definições de turismo dadas por inúmeros autores. Hunziker e Krapf, conceituaram o turismo como *"o conjunto de inter-relações e dos fenómenos que se produzem como consequência das viagens e das estadas de forasteiros, sempre que delas não resulte um*

²⁹ Ignarra, Luiz Renato, "Fundamentos do turismo", 1998; pág. 12

³⁰ Wahab, Salah-eldir Abde, "Introdução ao turismo", 1991; pagina 59

assentamento permanente nem que se vinculem a alguma atividade produtividade."³¹ Ou seja, na sua prestativa, o turismo define-se na soma dos fenómenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória.

Já Robert McIntosh diz que *"Turismo pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los cortesmente, satisfazer suas necessidades e desejos."*³² No entanto Jafer Jafari define turismo como *"estudo do homem longe do seu local de residência, e da indústria, que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre o ambiente físico, económico e sociocultural da área recetora."*³³

Encontramos ainda mais uma definição de turismo em que, de um lado temos conjunto de turistas e de outro, os fenómenos e as relações que essa massa produz em consequência de suas viagens, esta defendida por Fuster, ou então que o turismo é um *"fenómeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura e saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem renumerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, económica e cultural."*³⁴

Esta última defendida por Óscar de La Torre. Outro estudioso do turismo. Já Andrade via o turismo como um *"conjunto de serviços que tem por objetivo o planeamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de receção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais."*³⁵

A definição oficial de turismo da Organização Mundial de Turismo, OMT: *"o turismo compreende as atividades de viagens de pessoas e alojamentos em locais fora do seu ambiente usual durante não mais do que ano consecutivo, por lazer, negócios e outros motivos"*³⁶.

2.3 Tipos de Turismo

2.3.1 Turismo cultural

Caracteriza-se por uma permanência prolongada e um contato mais "íntimo" com a comunidade, ocorrendo viagens menores e suplementares dentro da mesma localidade com o intuito de aprofunda a experiência cultural. É motivado pela busca de informações, de novos conhecimentos, de interação com novas pessoas, comunidades e lugares, da curiosidade, dos costumes, da tradição e da identidade cultural.

³¹ Ignarra, Luiz Renato, op. cit, pág. 23

³² idem; ibidem

³³ idem; ibidem

³⁴ idem; ibidem

³⁵ Andrade, José Vicente, "Turismo: fundamentos e dimensões", 1992; pág. 14

³⁶ <http://www.estig.ipbeja.pt>

A definição de Turismo Cultural está relacionada com a motivação do turista, principalmente com a de vivenciar o património histórico e cultural e de determinados eventos culturais de modo a viver e preservar a sua integridade. Viver eventos e património implica, essencialmente, duas formas de relação do turista com a cultura ou algum especto cultural. A primeira refere-se ao conhecimento, aqui entendido como a busca em aprender e entender o objeto da visita, já a segunda corresponde a experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do objeto de visita.

A cultura, a história, os monumentos, arquitetura, gastronomia, as tradições e costumes garantem a Portugal uma grande diversidade neste segmento do turismo.

2.3.2 Turismo rural

O Turismo rural é uma modalidade do turismo que tem como objetivo um contato mais direto e genuíno com a natureza, agricultura e tradições locais, através de um alojamento em ambiente rural e familiar.

É um serviço de alojamento prestado em casas rústicas particulares onde um determinado estilo arquitetónico e os materiais de construção respeitam a arquitetura típica de região, e são exploradas pelos proprietários do imóvel e residentes.

Os serviços oferecidos são amplos e variados, contemplam a hospedagem, a alimentação, atividades recreativas e de lazer (incluindo o ecoturismo que abordaremos mais adiante) e a comercialização de produtos típicos da região, tais como doces e artesanatos.

O turismo rural pode transformar-se numa importante alternativa de rendimento da propriedade rural, desde que implantada com critérios e de forma planeada.

No início de atividade pode começar com baixos investimentos, o proprietário pode começar por abrir as suas portas para um almoço típico, ou para venda dos seus subprodutos da atividade agropecuária (doces, mel, derivados do leite) ou ainda para atendimento diário com passeios de cavalo, por trilhos e pelas instalações rurais.

O Turismo Rural caracteriza-se pela valorização do património cultural e natural como elementos da oferta turística no meio rural.

2.3.3 O Ecoturismo

O ecoturismo é uma forma de turismo que se encontra voltado para a natureza, para as vivências em ecossistemas naturais, para a vida selvagem no seu estado natural e a sua população nativa.

Logo, o ecoturismo é um segmento de atividade turística que utiliza o património natural e cultural como meio de promoção e incentiva a sua conservação, proporcionando a formação de uma

consciência ambientalista através da interpretação do ambiente. Contribui para a preservação dos mesmos, sendo um dos principais meios de educação ambiental.

Deve considerar os seguintes aspetos:

- Promover e desenvolver o turismo, com bases culturais e ecologicamente sustentáveis;
- Promover e incentivar investimentos na conservação dos recursos naturais e culturais utilizados;
- Fazer com que a conservação beneficie materialmente com unidades envolvidas, pois, somente servindo de fonte de renda alternativa, estas se tornarão aliadas de ações conservadoras;
- Educar e motivar as pessoas para que percebam a importância de se conservar a cultura e a natureza.

2.3.4 Turismo desportivo e de aventura

Turismo desportivo de aventura é um segmento do sector turístico onde o atrativo principal do turista é a prática de atividades de aventura de carácter recreativo. Pode ser realizado em qualquer espaço (natural, construído, rural, urbano, estabelecido como área protegida ou não). Procura explorar os limites físicos e psicológicos de seus praticantes.

São as atividades recreativas que envolvem desafio e riscos avaliados e que proporcionam sensações diversas e novidade.

Destacam-se o ciclismo, atividades equestres, percursos fora de estrada, bungee jump, canionismo, caminhadas, escaladas, montanhismo, rapel, canoagem, mergulho, rafting, asa delta, parapente, paraquedas, golfe, futebol, canoagem, ...

2.3.5 Turismo gastronómico

A Gastronomia é uma manifestação cultural e uma grande atração turística. O Turismo Gastronómico está relacionado com a estimulação do paladar, do prazer e da saciedade adquirida através da junção da comida e da viagem.

2.4 Turismo em espaço rural

O Turismo no Espaço Rural divide-se em três tipos: “Turismo de Habitação”, “Turismo Rural” e “Agroturismo”. O seu conceito geral é preservar as casas, a tradição, a cultura, a arquitetura quer erudita quer rústica e os modos de vida tradicionais de uma determinada região. Proporciona um alojamento para os turistas, nas regiões rurais e tem como particularidade o facto de os

proprietários residirem nas casas, proporcionando aos visitantes uma visão dos costumes e modos de vida locais.

As casas integram-se nos estilos arquitetónicos típicos locais, e os proprietários interagem com os turistas dando a conhecer a história local, bem como a da casa procurando promover a sua região. A procura do sossego do campo é um fator que, cada vez mais, é procurado pelas pessoas citadinas onde, o contacto com a natureza, a paz do campo e as paisagens naturais proporcionam aos viajantes sensações que não podem obter no seu dia a dia.

Turismo de Habitação foi o primeiro dos três géneros de alojamento a ser introduzido em Portugal, começou há cerca de duas décadas em quatro zonas – piloto: Ponte de Lima, Vila Viçosa, Castelo de Vide e Vouzela. Contudo, estando num estado mais desenvolvido em Ponte de Lima.

"As casas de classificação Turismo de Habitação são, atualmente, identificadas como Casas Antigas – abrangem casas com arquitetura erudita de grandes dimensões. A legislação governamental impõe que as casas devem ter um máximo de dez quartos, cada um com uma casa de banho privativa. A classificação das casas contempla os seguintes detalhes:

- *O estilo arquitetónico do edifício e a localização;*
- *Decoração interior, mobiliário e preservação;*
- *Valor histórico da casa;*
- *Infraestruturas/facilidades, ex.: piscinas, courts de ténis, campos de golfe, pesca, etc.;*
- *Proprietários afáveis: conhecimentos locais, de línguas, etc.;*
- *Atmosfera, hospitalidade, tranquilidade;*
- *Serviço: pessoal bem treinado;*
- *Qualidade: refeições bem apresentadas, mudança diária de lençóis, toalhas, etc."*

2.4.1 Casas antigas

As casas antigas representam a memória e a história do país, tal como a arquitetura erudita, geralmente dos séculos XVII e XVIII. O alojamento e o mobiliário são, muitas vezes, obras de épocas e movimentos da história, da cultura, dos usos e tradições das regiões onde se localizam, o que alerta a uma iniciativa de conhecimento do lugar. Com jardins românticos, áreas de lazer, muitas destas casas, tem também piscina, tanques e levas de água que convidam o turista ao encantamento e a saber desfrutar de todos os momentos. Quer fique alojado em quartos na casa principal ou em pequenos apartamentos adjacentes, usufrui sempre do conforto, bom gosto e hospitalidade.

Turismo de Habitação	“Serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas antigas particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e as casas apalaçadas, devendo ser habitadas por quem faz a sua exploração durante o período da mesma” (Artigo 4.º).
Turismo rural	“Serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas rústicas particulares que, pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integrem na arquitectura típica regional, devendo ser habitadas por quem faz a sua exploração durante o período da mesma” (Artigo 5.º)
Agroturismo	“Serviço de hospedagem de natureza familiar prestado em casas particulares integradas em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável, devendo ser habitadas por quem faz a sua exploração durante o período da mesma” (Artigo 6.º).
Turismo de Aldeia	“Serviço de hospedagem prestado num conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de uma forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores”, devendo, pela “sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitectura típica local” (Artigo 7.º).
Casas de Campo	“Casas particulares situadas em zonas rurais que prestem serviço de hospedagem, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores”, devendo, pela “sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitectura e ambiente rústico próprio da zona e local onde se situem” (Artigo 8.º).

Quadro 1: Modalidades de Hospedagem TER

2.4.2 Casas Rústicas

As Casas Rústicas, como o nome indica, encontram-se classificadas, maior parte das vezes, em turismo rural. Localizam-se no campo, caracterizando-se pelo acolhimento familiar e pelo valor etnográfico da sua arquitetura simples de pequenas dimensões, usando materiais e processos construtivos locais. Nos interiores o mobiliário é simples mas confortável e prático. O alojamento disponível para o turista é geralmente na casa principal, rodeada de jardins, piscina e percursos que atraem o contacto com a natureza e à prática do turismo ativo.

2.5 Reabilitação de Edifícios para Fins Turísticos

2.5.1 Legislação para a atividade turística

Inicialmente, o turismo de habitação era visto como uma modalidade de alojamento particular que se encontrava regulada pelo nº 41 do Decreto Regulamentar nº 14/87 de 12 de Maio, no qual se previa o lançamento no mercado turístico de quartos particulares, moradias e apartamentos. Posteriormente, a expressão “Turismo de Habitação” passou a estar prevista na lei, aquando da publicação do Decreto-Lei nº 423/83 de 5 de Dezembro, em cujo artigo 3º nº 1 é prevista a possibilidade de atribuição de utilidade turística às casas afetas a turismo de habitação. Sendo uma atividade turística de natureza experimental não se esgotava na exploração do alojamento, o cliente era recebido pelo proprietário como um amigo. Foi dada prioridade á recuperação de casas antigas de reconhecido valor arquitetónico, sem esquecer as habitações modernas de caráter unifamiliar que disponham de adequado enquadramento ambiental.

Com a publicação do Plano Oficial do Turismo e do Decreto-Lei nº 256/86 de 27 de Agosto (cujo preambulo refere: “o turismo deverá contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população portuguesa, mediante entre outras medidas, o fomento do turismo rural e o incremento do turismo de habitação nas zonas rurais, modalidades, que simultaneamente deverão visar a proteção e valorização do património cultural, de que a arquitetura regional é expressão de grande interesse político”), definem-se novas formas de Turismo no Espaço Rural (TER), mas vai ser com a publicação do Decreto-Regulamentar nº 5/87 de 4 de janeiro que se definem concretamente o que é o Turismo de Habitação, Turismo Rural e Agro – Turismo.

O termo TER³⁷ define “o conjunto de atividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados (...) em zonas rurais”,³⁸ ou seja, o serviço de hospedagem encontra-se dividido em varias modalidades sendo elas, legalmente definidas³⁹ por: Turismo de Habitação, Turismo Rural, Agroturismo, Turismo de Aldeia, Casas de Campo, Hotéis Rurais e Parques de Campismo Rurais.

³⁷ TER - Turismo em Espaços Rurais

³⁸ Decreto-lei nº. 54/2002

³⁹ idem

Ano de referência	Nº estabelecimentos	Nº quartos	Nº dormidas
1990	223	1811	60979
1994	456	3973	97785
1998	569	5162	146103
2002	866	8533	497500
2006	1010	10842	517100
2010	1186	1334	781900

Quadro 2: Evolução do TER

	Total de Respostas
Divulgação da Região/País	21,8%
Desenvolvimento do Comércio e Serviços	5,6%
Criação de Postos de Trabalho	11,3%
Desenvolvimento Económico	12,9%
Preservação de Património Natural/Edificado/Natural	12,9%
Dinamização do Artesanato	16,1%
Atração de Visitantes	25,8%
Combate a Desertificação	28,2%
Intercâmbio Cultural	30,6%
Viabilização da Economia	41,9%
Outros	48,4%

Quadro 3: Contributo do TER para o desenvolvimento local

Como podemos ver no Quadro I⁴⁰; o turismo de habitação oferece a estadia numa casa senhorial onde existe um convívio com os donos do edifício, geralmente membros da nobreza da província. O agroturismo oferece um contacto direto com a vida do campo, ou seja, existe uma relação direta com o quotidiano de uma quinta de lavoura. O turismo de aldeia, turismo rural e casas de campo oferecem uma estadia numa casa típica de uma aldeia onde a coabitação entre hóspedes pode ser, ou não, existente.

2.5.2 Os Números do TER em Portugal

Neste ponto será feita uma breve análise à evolução do TER em Portugal, de referir no entanto, que apenas existem dados comparáveis desde 1989, altura em que se procedeu à reclassificação das unidades do Turismo Rural. Esta análise terá por referência o ano de 2010, e os dados estatísticos são os disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e Turismo de Portugal (última atualização em 28.12.2011).

O Quadro 2 mostra de forma sintética a evolução que ocorreu de 1990 a 2010 no turismo rural, nomeadamente no nº de estabelecimentos, nº de quartos e nº de dormidas.

De referir ainda que por zonas geográficas o Norte lidera nos pontos acima referidos, Lisboa lidera apenas na taxa de ocupação dos estabelecimentos.

Assim, com o crescente aumento da procura dos espaços rurais com refúgio ao stress citadino e locais de descontração abre-se uma janela para o reaproveitamento e valorização do património existente nas aldeias.

Segundo os dados recolhidos por inquéritos a proprietários de TER (Quadro 3), verificamos que existe uma contribuição para o desenvolvimento rural de várias formas transformando-se numa mais valia para o desenvolvimento das regiões onde se encontra implantado trazendo benefícios económicos e culturais.

⁴⁰ Decreto-lei nº. 54/2002

Capítulo III

Capítulo III

Historia e Teoria do Restauro

3 Introdução

*"A preservação do património surge como necessidade no momento de desaparecimento dos traços urbanos do passado. Os países europeus, ao enfrentarem processos de industrialização acelerada que desacreditava, demolia e alterava as conformações das antigas cidades, foram os primeiros a proclamarem a necessidade de «proteger» edifícios e regiões do desmedido crescimento da cidade que demandava mais e mais espaço."*⁴¹

Com isso podemos concluir que o conceito de património é um dado relativamente recente. Embora o seu conceito surge na antiguidade clássica, estando mais associada a uma vertente privada foi só a partir da época renascentista que este conceito surge com um carácter mais publico, associado a valorização herança artística da antiguidade clássica.

3.1 Renascimento

O Renascimento foi um movimento cultural e artístico que surge, em Itália, no século XIV que se caracterizava por ser uma imitação da antiguidade greco-romana. Foi nesta época que se começa a ter consciência do passado e que se adotam algumas medidas para tentar recuperar ou preservar amostras daquele tempo.

O seu fascínio pela arquitetura clássica, aliado a convicção que, com o conhecimento do perfeito equilíbrio das formas e dos volumes, a arquitetura renascentista seria superior aos estilos anteriores, levou a um desprezo da arquitetura gótica. O espírito de conservação de edifícios como testemunho cultural e histórico não se impõe e os monumentos de épocas anteriores são considerados mitos do passado, *"Alguns são espoliados para a construção de palácios ou para formas parte das primeiras coleções de homens de culto."*⁴²

3.2 Convecção Nacional Francesa

Em 1789, com Revolução Francesa, muitos monumentos e documentos do passado foram destruídos. Essas perdas levaram a que se procurasse promover o interesse publico pelos monumentos e a intervenção do estado na sua salvaguarda. Com isso surge, em 1794, a Convenção Nacional Francesa que promulgou o decreto *"Os cidadãos são os depositários de um bem, do qual a Comunidade tem direito a pedir contas. Os bárbaros e os escravos detestam a ciência e não respeitam as obras de arte. Os homens livres as amam e conservam."*

⁴¹ Meneguello, Cristina, "A preservação do património e o tecido Urbano", parte 1, 2000

⁴² Javier Rivera, 1997

3.3 Restauro Estilístico

O Restauro Estilístico surge em meados só século XIX pelo arquiteto Viollet-le-Duc⁴³. O restauro consistia na devolução da autenticidade estética do edifício. Defendia a destruição de todos os acrescentos de épocas anteriores de modo a reconstruir fielmente o original o que levava o arquiteto, responsável pela restauração, a colocar-se na pele do projetista original e perceber quais seriam as suas ideias para continuar a obra. Para isso consultavam registos iniciais da obra, desenhos e documentos, ou, caso não existissem, usavam a regra dos edifícios circundantes.

*"Restaurar um monumento não é apenas reconstruí-lo, repará-lo ou apenas refazê-lo, mas sim repor na sua totalidade a sua forma antiga, mesmo que nunca tenha existido. É necessário uma descrição religiosa, uma completa renúncia a todas as ideias pessoais, e nos novos problemas, quando seja necessário acrescentar novas partes ainda que nunca tenham existido, é necessário situarmo-nos no lugar do arquiteto primitivo e supor o que ele faria se voltasse ao mundo e tivesse diante de si o mesmo problema."*⁴⁴

A igreja de Notre-Dame, em Paris, é um exemplo prático e concreto desta metodologia. Viollet-le-Duc e Lassus foram os arquitetos responsáveis pela restauração da igreja onde procuraram levar a catedral ao seu estado inicial reconstruindo a fachada com a restituição das duas torres e do pináculo central.

3.4 Restauro Romântico

O restauro romântico surge como uma oposição, vindo de Inglaterra, ao restauro estilístico de Viollet-le-Duc. Para Ruskin⁴⁵ *"En postulant la possibilité d'une restauration fidèle et d'une copie que se perfectionne rendre indécélable, les français érigent en vérité le mensonge. (...) et révèle le privilège qu'ils accordent aux valeurs de la mémoire historique par rapport à celle de la mémoire affective et de l'usage des pieux."*⁴⁶, ou seja, considerava-se que qualquer intervenção no monumento provocava a sua perda de autenticidade e apenas considerava a conservação estrita que seria apoiada em operações de manutenção do original tendo como objetivo a sua conservação.

Para os românticos *"um monumento quando esta em ruínas, não adquire a imagem acabada, "limitada" e passa a adquirir uma figura "infinita" da natureza e deve ter direito a tornar-se fatalmente em pó; a ruína assume, para Ruskin, importância moral, atribuindo-lhe uma maior dignidade, (visto que esta está carregada de significado), que ao edifício reconstruído".* Ou seja, a ruína passa a ser a "expressão da idade" e o estado de maior glória do edifício.

⁴³ Eugène Viollet-le-Duc nasceu em Paris em 1814 e faleceu em Lausanne, Suíça, em 1879. Foi um arquiteto do século XIX e um dos primeiros técnicos da preservação do património histórico.

⁴⁴ Viollet-le-Duc, Eugène-Emmanuel, "Entretiens sur L'architecture", 1977, pág. 14

⁴⁵ John Ruskin nasceu em Londres, em 1819, e faleceu na mesma cidade em 1900. Foi escritor destacando-se o seu trabalho como crítico de arte. Os ensaios de Ruskin sobre arte e arquitetura foram influentes na definição de restauro do património histórico.

⁴⁶ Choay, Françoise, op. cit, pág. 124

3.5 Teorias do Restauro Italiano

3.5.1 Restauro de Conservação

Camilo Boito⁴⁷ desenvolve um conjunto de conceitos sobre restauro que, ainda hoje, se mantêm atuais.

Boito defende, a semelhança de Ruskin, que o edifício deve sofrer obras de manutenção ao longo do tempo de modo a evitar restauros com acrescentos e renovações pois eles vão atentar a autenticidade do edifício, "(...) Boito emprunte le meilleur de chacune pour en tirer, dans ses écrits, une synthèse subtile qu'il n'appliquera d'ailleurs pas toujours dans ses propres restaurations."⁴⁸ Quando é necessário intervir deves existir uma diferenciação entre a obra antiga e a obra moderna, acabando por se afirmar contra o restauro estilístico.

Assim, de Ruskin e Morris, "(...) ils doit sa conception de la conservation des monuments, fondée sur la notion d'autenticité. On ne doit pas seulement préserver la patine des édifices anciens, mais les additions sucessives dont les chargea le temps (...) Le respect de l'autenticité doit également faire récuser la conception «paléontologiste», selon laquelle Vollet reconstitue les partis disparues des édifices."⁴⁹

3.6 Carta de Atenas - 1931

Durante a história assistiu-se a diversas ideias sobre restauro sendo necessária encontrar/estabelecer regras que fossem aceites internacionalmente. Para isso, em Outubro de 1931, deu-se na cidade de Atenas uma conferência, organizada pelo Office International des Musées, onde foi elaborada a Carta de Atenas para o Restauro de Monumentos Históricos. Nessa conferência participaram vinte países europeus que definiram os princípios gerais de proteção dos monumentos considerados bens públicos.

Um dos pontos fortes da Carta de Atenas é garantir que o monumento tenha uso e ocupação de forma a assegurar a sua continuidade, contudo, deveria sempre respeitar o seu carácter histórico e artístico devendo, para isso, prevalecer o interesse público. O direito da coletividade viria a prevalecer sobre o direito privado.

"Gustavo Giovannoni⁵⁰ considera existirem cinco tipos possíveis de atuação em monumentos, os quais são capazes de uma ordenação hierárquica e sequencial, por ordem de prioridade:

⁴⁷ Camilo Boito nasceu em Roma, no ano de 1863, e faleceu em 1914. Foi escritor e arquiteto, as ideias base do restauro moderno estruturaram-se com base nas suas teorias. Camilo Boito desenvolve os princípios básicos que foram o início do alargamento da noção do monumento, que passara a ser considerado fundamentalmente como um bem cultural, como elemento essencial para a história dos costumes e da civilização.

⁴⁸ Choay, Françoise, op. cit, pág. 126

⁴⁹ idem, pág.127

⁵⁰ Gustavo Giovannoni foi um arquiteto Italiano, nascido em Roma em 1873 e falecido na mesma cidade em 1947. Foi, juntamente com Ruskin e Sitte, um dos pioneiros da intervenção e consolidação metodológica do conceito de "conservação do património urbano".

A **conservação** seguir-se-ia a **recomposição** só depois a **remoção de acrescentos ou desmontagem de partes não originais** finalmente a **contemplação** e, num significativo ultimo lugar a **inovação**."

A Carta de Atenas estabelece, pela primeira vez, princípios aplicáveis a conservação do património o que vai resultar num grande desenvolvimento de movimentos internacionais, que viriam a originar vários documentos sobre restauro, posteriormente na atividade do ICOM⁵¹ e da UNESCO⁵² e na criação de um Centro Internacional para o Estudo da Preservação e do Restauro do Património Cultural.

3.7 Congresso de Veneza - 1964

A II Guerra Mundial⁵³, que se desenrolou principalmente na Europa, arrasou com muitas cidades o que, conseqüentemente, afetou grande parte das construções existentes deixando-as com marcas de destruição profundas ou completamente arruinadas.

Perante esse cenário de destruição de vários monumentos históricos surgiu a necessidade de modernizar/reformular os princípios de conservação mínimas dos princípios da Carta de Atenas.

Cesar Brandi⁵⁴, com a enorme destruição de monumentos com valor cultural e históricos, procura um consenso entre o sentimento pelo valor artístico do monumento destruído com o seu valor histórico. Surge assim o Restauro Critico onde se defende que os valores artísticos são mais importantes do que os valores históricos, *"A consciência física da obra de arte deve ter necessariamente prioridade porque assegura a transição da imagem do futuro ... O restauro devesa restabelecer a unidade potencial da obra de arte, sempre que isto seja possível sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, e sem apagar as marcas do percurso da obra de arte através do tempo."*⁵⁵

Logo, seria necessário analisar se as partes desaparecidas teriam valor como obra de arte ou não. Caso não usufríssem desse valor poderia ser realizada a sua reconstrução mas, se fossem consideradas obras de arte, terá de se excluir a possibilidade de se reconstruir como copias.

A Carta de Veneza, ou Carta Internacional sobre Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios, é criada em 1964 em Veneza. Surge também uma organização internacional não

⁵¹ ICOM- *International Council of Museums*

⁵² UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. É uma organização fundada em 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações.

⁵³ A Segunda Guerra Mundial iniciou-se em 1939 e prolongou-se ate 1945.

⁵⁴ Cesar Brandi nasceu em Siena, no ano de 1906 tendo falecido em Vignano em 1988. Foi critico de arte e especialista na teoria do restauro. A *"Teoria del Restauro"*, publicada em 1963, tornou-se, e permanece, uma verdadeira escritura para a formulação teórica da conservação enquanto disciplina.

⁵⁵ Cesar Brandi, *"Teoria do restauro"*, 1977; pág. 6 e 8

governamental para os monumentos e sítios, o ICOMOS⁵⁶, cujo o documento fundamental é a Carta de Veneza.

Sendo um documento, que continua a ser referência no âmbito da conservação de património, a maior evolução que evidenciou foi uma alteração a abrangência e conceito de monumento, este deixa de ser apenas um elemento isolado passar a ter uma relação entre ele e a sua envolvente. Logo, a conservação teria de abranger o edifício e a sua envolvente. O monumento é considerado um testemunho de uma civilização particular, de uma fase evolutiva, ou de um dado histórico. Esta noção não se estendia apenas as grandes obras mas também as obras mais modestas que, com o passar do tempo, adquiram um grande significado cultural.

3.7.1 ICOMOS

O ICOMOS, Concelho Internacional dos Monumentos e dos Sítios, é uma organização não-governamental internacional que trabalha na conservação, proteção e valorização dos monumentos e sítios de todo o planeta.

Fundada em 1965 na cidade de Varsóvia, Polónia, surge no desenvolvimento do 2º Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, Cartas de Veneza, que é o documento fundamental do ICOMOS.

O ICOMOS é o principal consultor da Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, no que se alberga a matéria de conservação e proteção do património. A sua missão, no campo de ação da Conservação para Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, Convenção de Paris de 1972, era de aconselhar o Comité do Património Mundial e a UNESCO na avaliação das candidaturas de novos bens culturais a Lista do Património Mundial.

3.8 Carta Europeia do Património Arquitetónico e Declaração de Amsterdão - 1975

O congresso sobre Património Arquitetónico Europeu foi organizado na cidade de Amsterdão em 1975, ano do património arquitetónico europeu, pelo conselho da Europa.

A Carta de Amsterdão tem como objetivo criar uma nova política de proteção e conservação integrada, ou seja, compreendia a proteção, o restauro e a reanimação como elementos importantes para a sobrevivência do património construído. Para a introdução dessas novas medidas é uma disponibilidade de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos. Com isto estão lançados bases para a coordenação de esforços a nível europeu onde se procurava uma perspetiva comum e definições de princípios gerais que irão guiar a ação dos governos assim como dos cidadãos.

⁵⁶ ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Foi fundado em Varsóvia em 1965 sendo o principal consultor da UNESCO no que respeita a matéria de conservação e proteção do património.

O conceito de abrangência de património arquitetónico é reforçado/redefinido, que passou a integrar *"(...) não apenas os edifícios isolados dum valor excecional e a sua envolvente, mas também os conjuntos, bairros antigos das cidades e vilas, apresentando um interesse histórico ou cultural; (...) a conservação deve ser considerada como (...) um objetivo maior do planeamento urbano e do ordenamento do território. Recomenda-se uma política comum de conservação integrada que implica esforços para integrar o património arquitetónico na vida social, contrariando a deslocação das suas populações (trabalho/emprego), economizando recursos; a conservação integrada não custa necessariamente mais, permitindo manter e transmitir técnicas artísticas e artesanais tradicionais, em vias de desaparecimento."*⁵⁷

Logo o conceito de património é reforçado e mais abrangente, sendo *"formado não somente pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem as nossas aldeias tradicionais integradas nos seus ambientes natural ou construído"*.⁵⁸

3.9 Plano de Preservação do Património Arquitetónico de Celorico de Basto

A região de Basto detém valores inestimáveis de património natural, arqueológico, arquitetónicas e turísticos, valores genuínos e representativos da estrutura cultural de Basto e que se encontram desenquadrados de estratégia de valorização e reabilitação, ou mesmo em estado de abandono e degradação.

Uma das partes dos problemas e novas estratégias experimentadas pelas estruturas patrimoniais decorrem da inexistência de políticas, claramente definidas, no sentido da respetiva reabilitação ou estabelecidas a nível de viabilização de programas e atividades conducentes a aqueles objetivos. Neste sentido, os obstáculos verificados ao nível da reabilitação cultural económica dos valores patrimoniais, como via sustentada da respetiva valorização e prevenção, são o resultado da inexistência, fragilidade ou inoperância dos modelos de referencia disponíveis, bem como, no que respeita ao enquadramento, das necessidades ações e agentes.

Os atuais Planos de Ordenamento contribuem de alguma forma para a sistematização de algumas destas questões mas, dado que a sua incidência geográfica, se restringe ao território de cada concelho, não constituem instrumentos propriamente vocacionados ao enquadramento e resolução das questões de fundo abordadas. Se considerarmos que uma das principais vocações das estruturas será a respetiva evolução como suporte e corporizarão de programas turísticos, conclui-se desde logo pela contribuição parcelar e redutora dos atuais Planos de Orçamento em matéria de património.

De facto, os documentos produzidos nos processos de planeamento contemplam medidas de salvaguarda dos valores patrimoniais, propondo ainda, e em geral, ações de planeamento e

⁵⁷ Aguiar, José, "Cor e cidade historia: Estudos cromáticos e conservação do património", 2002; pagina 54.

⁵⁸ Flávio Lopes, "Património Arquitetónico e Arqueológico: Cartas, recomendações e convenções internacionais", 1996; pág. 16

outras tendentes a respetiva reabilitação e valorização, enquadramento dos necessários programas, agentes e regimes operativos de valorização.

Espera-se, no entanto, que promovam o enquadramento e articulação das referidas contribuições parcelares, adequando-as as estratégias e políticas gerais do setor do turismo, a definir para toda a região, ou mesmo para as áreas geográficas mais alargadas e que permitam operar de forma integrada as ações de reabilitação baseadas naquele sector de atividade.

Capítulo IV



Figura 53: Convento em Ruínas, 1985



Figura 54: Convento apos reabilitação



Figura 55: Pátio das Laranjeiras

Capítulo IV

Projeto de referência

4 Introdução

O Capítulo que se segue procura , através da análise de projetos de referência, perceber o tema da reabilitação de edifícios de forma a criar uma base solida para a estratégia de reabilitação de uma casa nobre para equipamento de hotelaria que se pretende também.

Com o desenvolvimento da sociedade nenhum edifício pode ser considerado "infinito" visto que, com o passar dos anos, já não se assenta nos paradigmas das sociedades atuais. Muitos edifícios podem ser caracterizados como marcos da historia do lugar ou até um ícone de um determinado estilo de arquitetura mas que como não conseguiram adaptar-se aos novos conceitos das sociedades acabam por ser substituídos por edifícios mais modernos e funcionais enquanto que os que não se adaptem são destruídos ou acabam por cair no abandono.

Em Portugal, graças aos esforços de varias associações associadas ao património alguns destes espaços acabam por encontrar uma nova vida sofrendo obras de reconversão dando-lhes funções turísticas e/ou culturais.

No nosso país existem vários exemplos de reconversão de edifícios em espaços turísticos. Edifícios estes que ganharam novos conceitos e programas diferentes da sua função inicial.

Iremos estudar um edifício que foi sujeitos a uma processo de reconversão para pousadas onde veremos estratégias adotadas pelo arquiteto Eduardo Souto Moura para recuperar, e adaptar, um edifício em ruina para pousada mas procurando não alterar a memória do lugar.

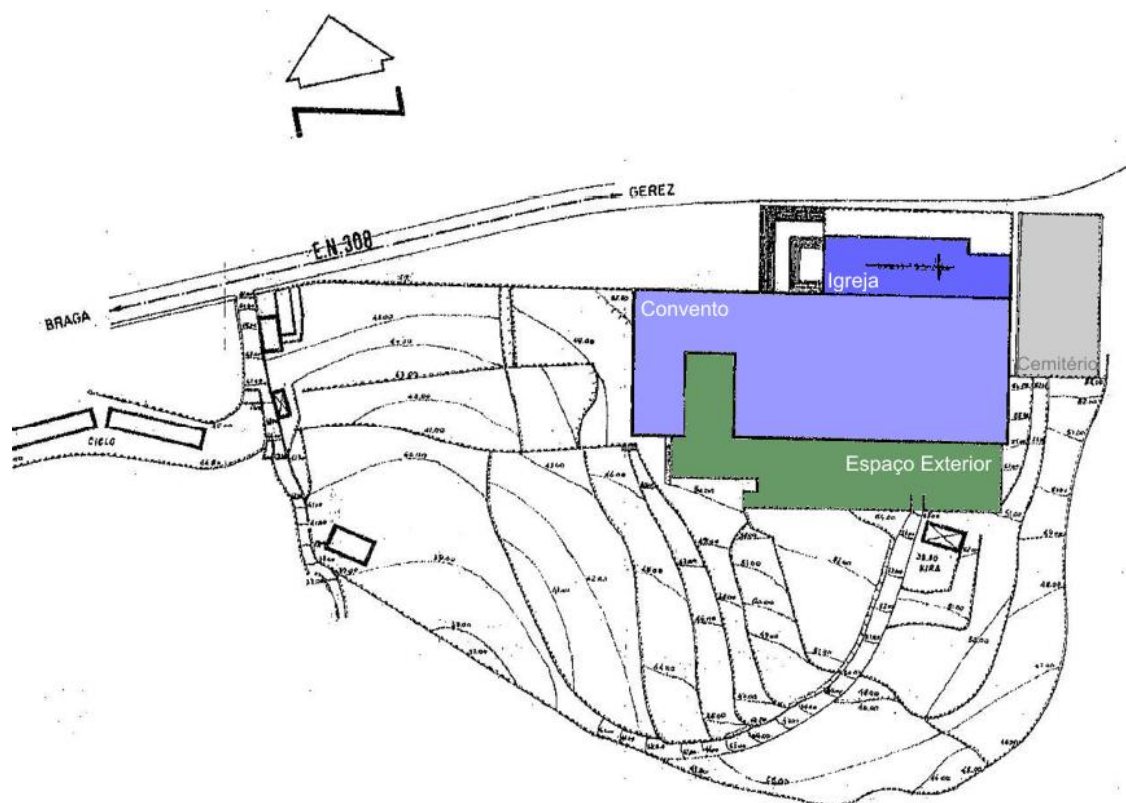


Figura 56: Planta de implantação sem escala, 1985

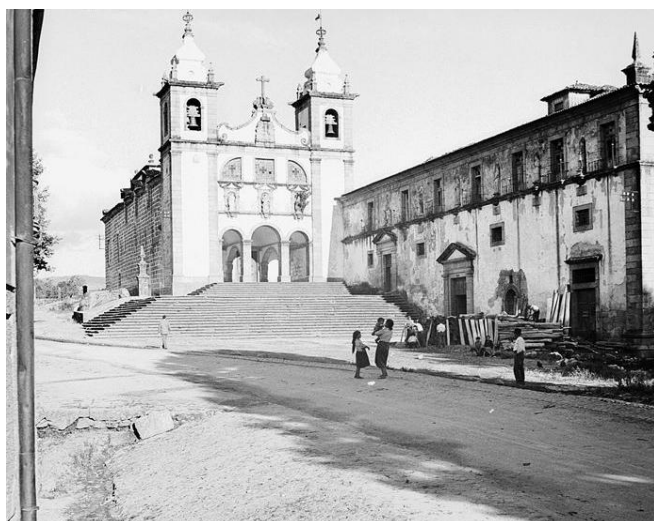


Figura 57: Convento de Santa Maria do Bouro em 1946



Figura 58: Convento em 1962

4.1 Reabilitação do Convento de Santa Maria do Bouro

4.1.1 Localização

A vila de Santa Maria do Bouro fica situada no Norte de Portugal, em plena serra do Gerês, no município de Braga.

O mosteiro de Santa Maria do Bouro encontra-se implantado numa encosta da Serra de São Mamede onde a estrada nacional funciona como uma separação entre a Vila e o convento. Durante vários séculos foi morada da ordem de Cister onde, com a abolição das ordens religiosas, caiu no abandono.

No século XX decidiu-se recuperar o edifício onde, depois de várias opções para a sua requalificação, optou-se pela sua reabilitação em pousada. O projeto foi entregue ao Arquiteto Eduardo Souto Moura que transformou um antigo convento em ruínas numa pousada e obra de referência da arquitetura nacional.

4.1.2 Cronologia do convento

A história do local, e do convento, leva-nos aos primórdios da nacionalidade quando D. Afonso Henriques, em 1148, fez a doação do couto aos monges Beneditinos.

Segundo a lenda local dois frades beneditinos terão construído uma ermida dedicada a São Miguel depois de terem visto uma luz que lhes teria indicado onde estava escondida uma imagem da Virgem Maria.

O local começou a atrair muitas pessoas o que levou a construção do santuário e do próprio mosteiro. No final do século XII o mosteiro abandonou a regia Beneditina e passa a reger-se pela ordem Cisteriana de São Bernardo de Claraval com a invocação e Nossa Senhora da Assunção.

A ordem de Cister tinha princípios de austeridade e ascetismo rígidos que se refletia na vivência dos monges e, consequentemente, no mosteiro. Os monges tinham de respeitar regras rígidas onde o silêncio e a abstinência eram obrigatórios e, para tal, precisavam que o mosteiro fosse autossuficiente onde a água e os terrenos férteis eram necessários para a sua sobrevivência, nesse aspeto o mosteiro encontrava-se numa situação privilegiada já que se encontra implantado numa zona extremamente rica.

Graças ao apoio real⁵⁹, por serviços prestados ao rei, a sua localização e à atividade dos frades o mosteiro prosperou rapidamente. No século XV entra em vigor o sistema de comanda o que irá provocar um abandono do mosteiro iniciando-se um processo de decadência chegando ao século seguinte em estado de ruínas.

⁵⁹ O abade de Santa Maria do Bouro, em 1384, juntou 600 homens para proteger e defender a fronteira portuguesa conseguindo, com isso, sustentar o avanço das tropas galegas. D. João I, como forma de reconhecimento, concedeu-lhe o título de Capitão-mor e Guarda das Fronteiras, autorizando-lhe levantar o exército sempre que fosse necessário.

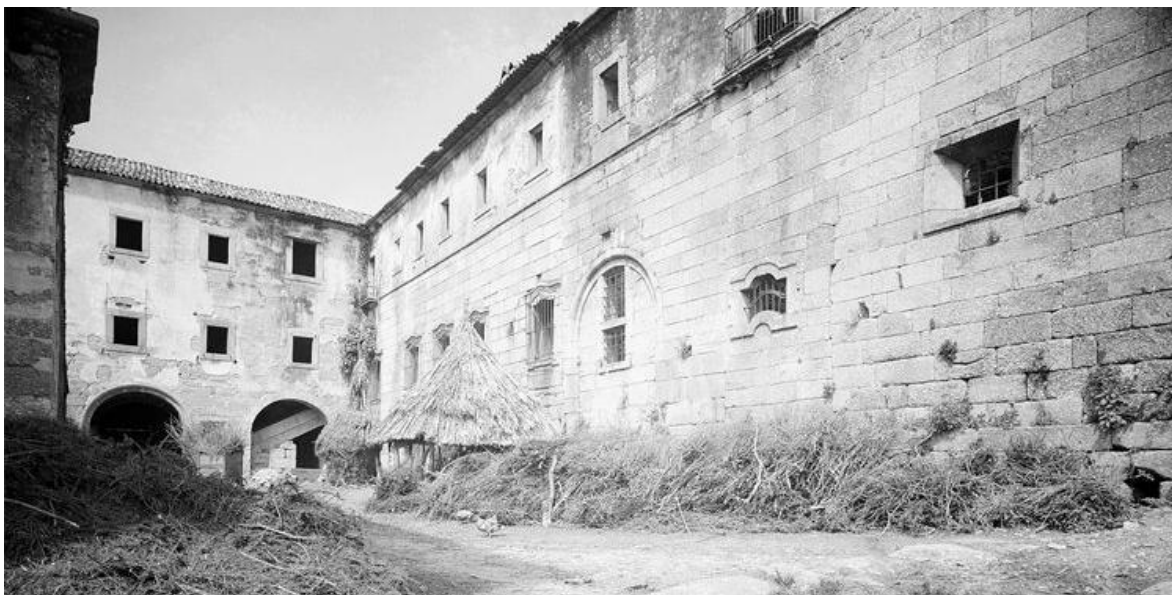


Figura 59: Pátio, 1962



Figura 60: Cozinha, 1984



Figura 61: Claustro, 1946



Figura 62: Claustro. 1984

Em 1530 os monges do mosteiro fizeram um pedido a Rui Teles, fidalgo da Casa Real, para que fizesse saber ao rei do estado de degradação do mosteiro, pedindo-lhe que resolvesse o problema. No século XVI os mosteiros voltaram a usufruir da sua autonomia voltando o mosteiro de Santa Maria do Bouro a ganhar a sua vida então perdida. Iniciaram-se obras de recuperação que incluíram novas decorações em talha e azulejos.

No final do século XVII, devido ao avançado estado de degradação da igreja, dão-se grandes obras de recuperação e ampliação. Obras essas que consistiam na ampliação da igreja, remodelação da sacristia e sala do capítulo, construção do refeitório e cozinha velha, a poente do claustro construiu-se uma nova ala dispondo mais quartos deslocando-se para aí a entrada principal do mosteiro. As obras acabam por ter um papel importante para a sua recuperação mais recente uma vez que as ruínas que chegaram aos nossos dias datam desta época.

Em 1834, com a extinção das ordens religiosas, a igreja passou a paroquial e o mosteiro caiu no abandono acabando por ser vendido em hasta pública sendo, posteriormente, adquirida pela família Pais de Aguiar. Posteriormente, em 1958, o conjunto foi classificado como Imóvel de Interesse Público⁶⁰ e em 2005 foi estabelecida uma Zona Especial de Proteção ao monumento.⁶¹

Devido ao seu avançado estado de degradação, a Câmara Municipal de Amares, decide comprar o edifício doando-o ao IPPC⁶² com a condição de se iniciar as obras de recuperação num prazo máximo de oito meses. Vários foram as ideias para a sua reconversão; a Câmara Municipal sugeriu a instalação de uma Escola Agrícola mas o IPPC ponderava a hipótese de um Centro de Estudos de Restauro, um Centro de Congressos ou uma Pousada.

Em 1978 já existiria um estudo para o aproveitamento do mosteiro para uma pousada mas, uma vez que a ENATUR⁶³ já estava a avançar com o projeto de requalificação do Mosteiro de Tibães em pousada situado relativamente perto do Mosteiro de Santa Maria do Bouro.

Em 1984 surge o impedimento do avanço do projeto de requalificação do Mosteiro de Tibães uma vez que nele se encontravam instalados os serviços do IPPAR⁶⁴ e não estavam previstos mudanças de instalações. O Mosteiro de Santa Maria do Bouro volta a ser lembrado acabando mesmo por seguir em frente com o projeto de adaptação para pousada.

⁶⁰ Decreto-Lei n.º 42007, DG 265 de 6 de Dezembro de 1958

⁶¹ Portaria n.º 1277, D.R., 2ª Série, n.º 243 de 21 de Dezembro de 2005.

⁶² IPPC - Instituto Português do Património Cultural. Que foi substituído pelo IPPAR em 1992.

⁶³ ENATUR - Empresa Nacional de Turismo. Com a privatização que foi sujeita em 2003 o grupo responsável pela exploração, por um período de vinte anos, escolhido em concurso público foi o Grupo Pestana Pousadas (GPP).

⁶⁴ IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico. Que, em 2006, se funde com o Instituto Português de Arqueologia dando origem ao Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR).

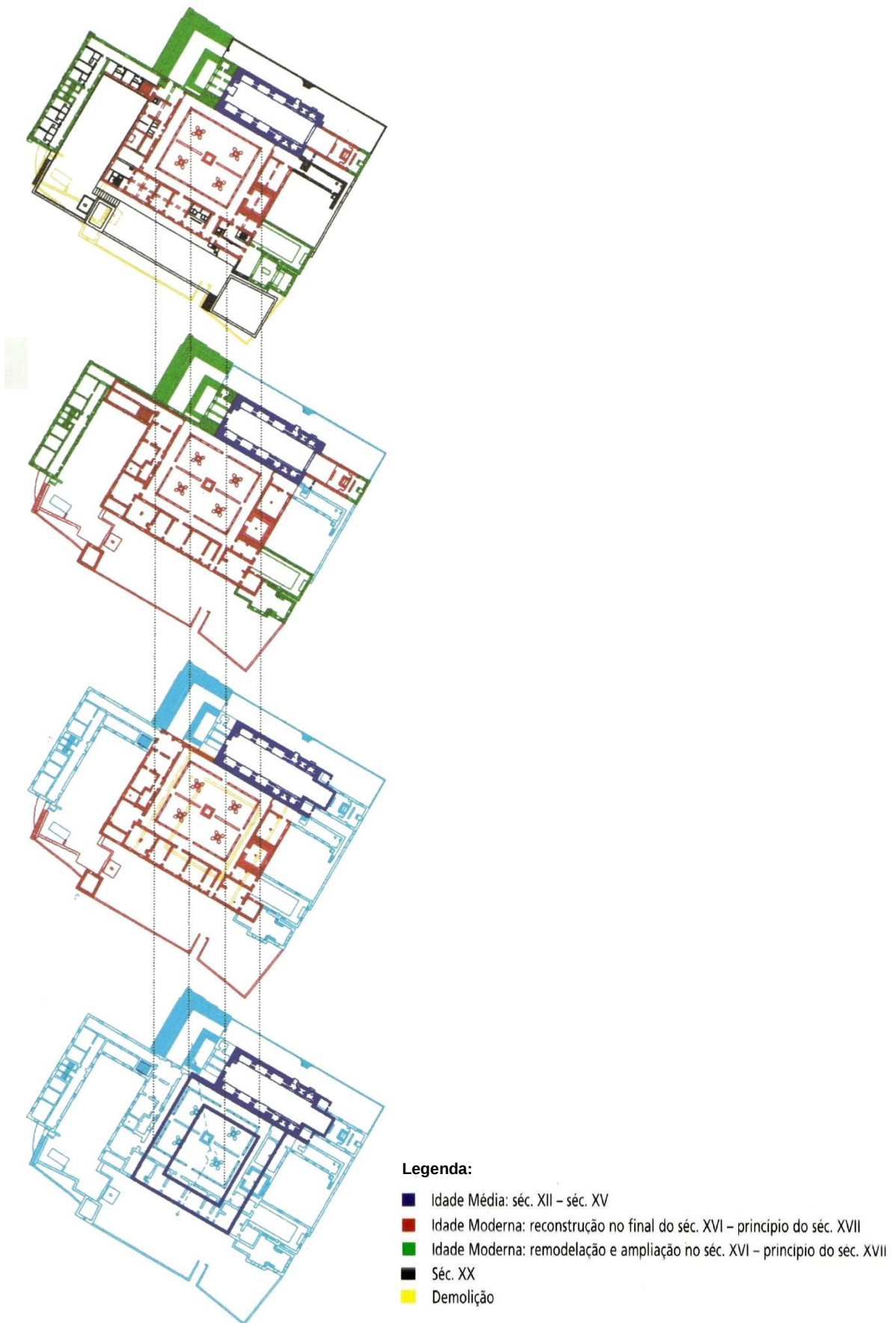


Figura 63: Evolução construtiva

O projeto foi entregue ao arquiteto Eduardo Souto Moura⁶⁵ em dezembro de 1989. As obras foram iniciadas cinco anos depois, sendo a pousada inaugurada em Março de 1997. O edifício encontrava-se em ruínas e a sua reconstrução não poderia recair sobre o edificado existente mas sim sobre o que restou dele.

Esta obra resultou em várias nomeações internacionais das quais a conquista do primeiro prémio da I Bienal Ibero Americana, em 1998, e uma menção honrosa "Pedra na Arquitetura" no ano seguinte.

4.1.3 Evolução arquitetónica do Mosteiro

Como já referido a construção do conjunto aponta para o século XI mas, os vestígios mais antigos, apontam para uma data que ronda os finais do séc. XII e os princípios do séc. XIII. Inicialmente o conjunto seria formado por uma Igreja de três naves⁶⁶ com cabeceira tripartida e planta retangular, organizando-se os restantes edifícios em torno do claustro encostado à parede meridional do templo.

Com a decadência e ruína dos finais do séc. XV e primeira metade do séc. XVI, sucedeu-se uma fase de grande reconstrução do edifício, realizada entre finais do séc. XVI e primeiro quartel do séc. XVII. Manteve-se o modelo arquitetónico original, ditado pelo posicionamento do templo, no finais do séc. XVI grande parte das obras do mosteiro já estavam concluídas.

Posteriormente a ala Oeste é concluída, fechando o claustro com arcadas de volta perfeita. O pavimento, de grandes lajes de granito, camufla as sepulturas dos monges que ali foram sepultados. Para o claustro abrir-se-ia a sala do capítulo e o refeitório. Com planta quadrangular o claustro era composto por dois andares onde a galeria superior era fechada, tendo uma série de janelas que abriam para o espaço claustral. Posteriormente foi acrescentado o corpo poente no enfiamento da ala Norte. A adição de água ao mosteiro fez-se pelo lado nascente através de uma conduta de pedra, ficando completo o sistema hidráulico com a construção da complexa rede de educação e drenagem.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII o edifício sofreu várias obras. A Igreja foi ampliada, remodelou-se a sacristia e a sala do capítulo, construiu-se uma cozinha maior e um refeitório mais amplo. Para poente do claustro construiu-se um novo corpo, sendo para aí deslocada a entrada principal do Mosteiro. Com estas transformações a austeridade cisterciense foi dando lugar ao

⁶⁵ Eduardo Souto de Moura nasceu na cidade do Porto em 1952, licenciando-se em arquitetura na faculdade de Belas-Artes do Porto em 1980. Entre os anos de 1974 e 1979 colabora com o Arquiteto Siza Vieira e, em 1980, inicia a atividade como profissional liberal. Em 2011 foi o arquiteto vencedor do Premio Pritzker.

⁶⁶ Atualmente a igreja é composta por um nave, com uma cobertura em abobada de madeira abrindo-se, nos alçados laterais, capelas ligadas entre si por arcos que assentam em pilares de pedra. Existe um falso transepto e um arco triunfal (decorado com as armas de Portugal e as da congregação) a separar a nave da capela-mor. Existe, também, um coro separado do corpo principal da igreja por uma balaustrada de madeira.

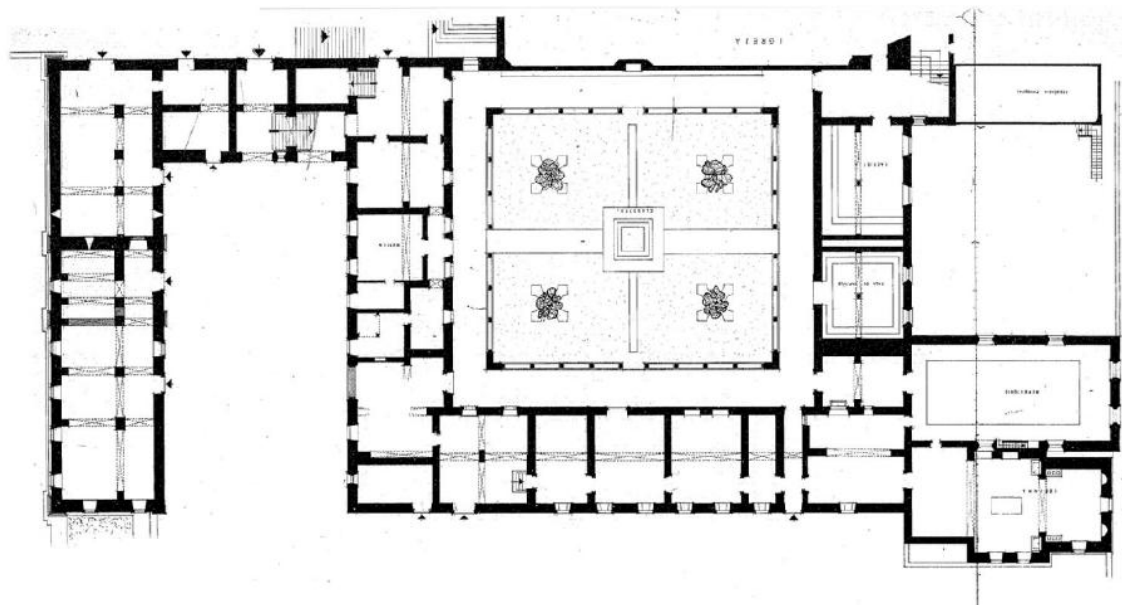


Figura 64: Planta de rés-do-chão, 1985 _ sem escala

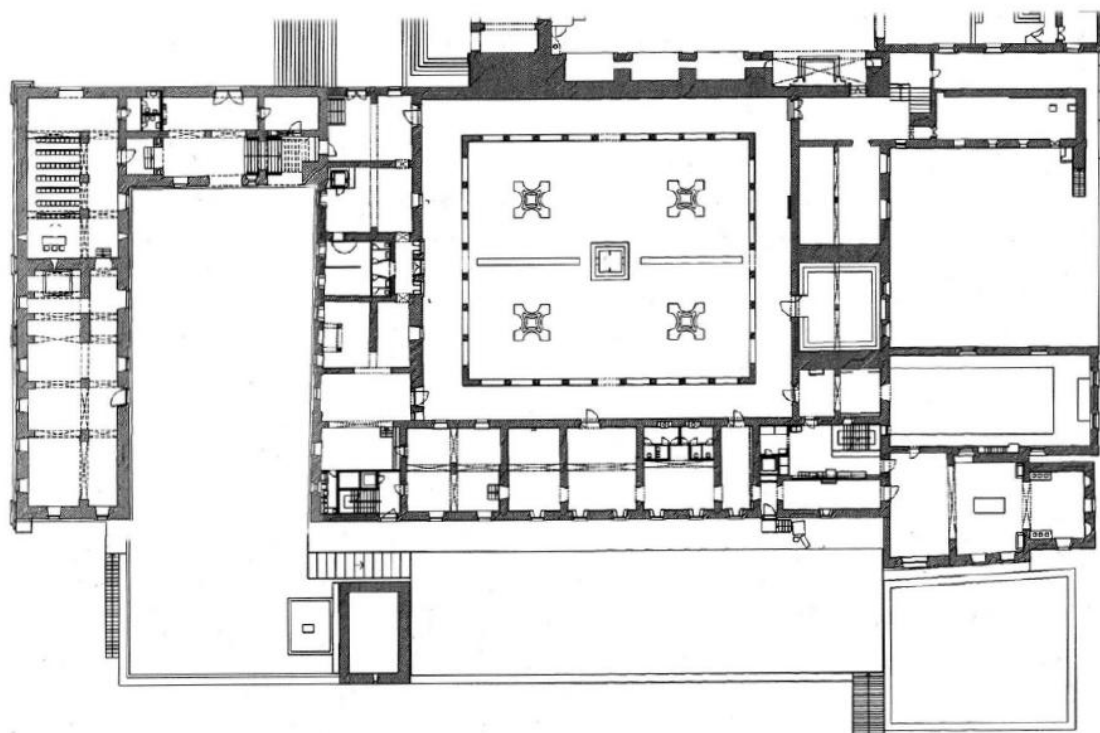


Figura 65: Planta de rés-do-chão apos intervenção_ sem escala

embelezamento do conjunto dado pelo estilo arquitetónico vivido na altura, testemunhando a passagem pelo maneirismo e barroco. Na Igreja a talha dourada dos altares, as cadeiras da capela-mor e as esculturas da fachada são os elementos que mais sobressaem. No Mosteiro a galeria de estátuas voltadas para o “terreiro da feira” é o elemento que mais se destaca embora a decoração da sacristia, os lavatórios e as fontes esculpidas na rocha também sejam elementos marcantes.

A fachada principal é marcada, no segundo piso, por janelas de sacada das antigas celas dos monges, entre estas janelas sobressaem nichos com estátuas do conde D. Henrique, do duque D. Afonso Henriques (segundo a inscrição foi nesta época que o mosteiro foi fundado), de D. Sebastião (que suprimiu a comenda no Bouro), do cardeal D. Henrique (que repôs a congregação autónoma) e de D. João (responsável pela restauração da independência de Portugal).

*"Grande parte do conjunto monumental data deste áureo período. Tal como a intervenção arqueológica veio a evidenciar, mesmo arruinado e estropeado, é a própria expressão material de todos os momentos de crise e prosperidade por que passou a instituição, revelados não tanto pela alteração do modelo planimétrico original, que se vê conservado sem grandes ruturas, mas principalmente pelas expressivas modificações na distribuição funcional dos espaços, reveladoras da hábil adaptação a novas necessidades decorrentes do crescimento da comunidade, assim como pela adoção de renovados padrões estético-decorativos."*⁶⁷

4.1.4 Caracterização por Eduardo Souto Moura

"Construi um edifício novo com paredes antigas (...). Quando comecei percebi, juntamente com os arqueólogos, que o mosteiro era feito de sobreposições, comprovando que o património acaba sempre por ser feito por atentados ao património... A partir daí foi-me mais fácil materializar a ideia: fazer renascer o mosteiro como uma estrutura do século XX, no respeito pela história(...)"⁶⁸

"A história da arquitectura está cheia de exemplos relacionados, com a vida dos edifícios: a ampliação de uma parte, acrescentos, a deslocação de uma escada, portas e janelas desmontadas e montadas em posições mais adequadas, relacionadas com alterações da utilização do edifício ou com novas necessidades representativas (...) Teremos que reavaliar toda a gama de opções, que ter em conta a continuidade entre coisas muito diferentes (...) onde até o feio é necessário. Teremos de aprender a fazer enxertos, inovações, a colocar próteses, a movimentar partes e elementos, teremos de aprender a misturar, a amputar, a planificar as demolições como planificamos as construções. (...) teremos que voltar costas à celebração da catástrofe, encontrar beleza em cada nova mudança, na própria transformação. Teremos que

⁶⁷ Raquel Vaz, "Património: intervir ou interferir?", tese de mestrado em arquitetura apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, 2009

⁶⁸ Guia de Pousadas e hotéis de sonho, Lisboa: Ed. Expresso, 2001. Vol.1, pág. 53.

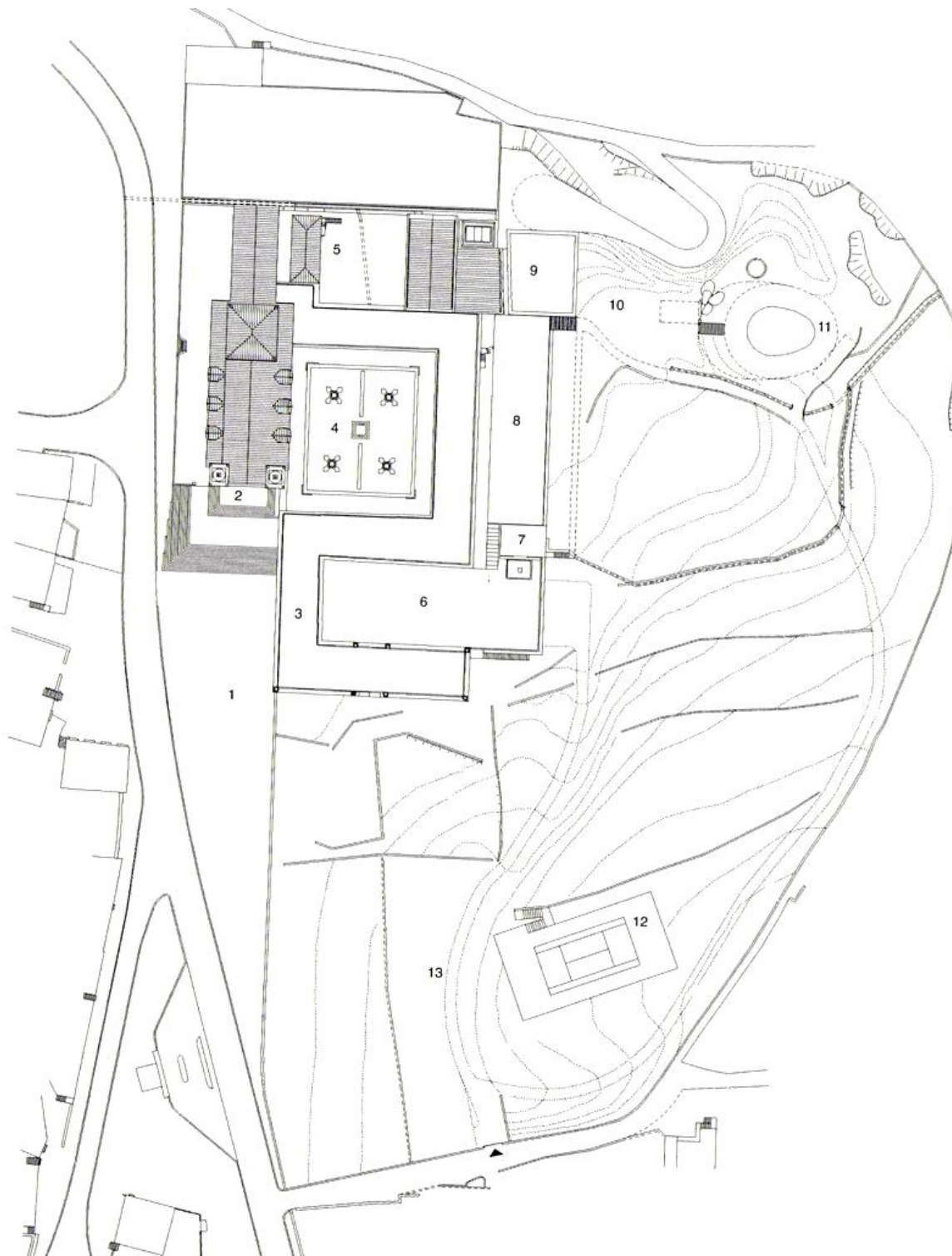


Figura 66: Planta de implantação

Legenda:

1	Átrio	6	Pátio das Laranjeiras	11	Piscina
2	Igreja de Santa Maria	7	Moinho	12	Campo de Ténis
3	Mosteiro	8	Terraço	13	Laranjal
4	Claustro	9	Espelho de agua	14	Pelourinho
5	Horta	10	Olival		

*reconhecer a metamorfose continua e que encontrar, de todas as vezes, um equilíbrio estável, instável, possível (...)*⁶⁹

4.1.5 Intervenção

A reconversão do mosteiro de Santa Maria do Bouro para pousada, inicialmente, não parecia permitir grandes possibilidades, uma vez ser necessário construir um equipamento de capacidade média que preservasse as muitas referências culturais e históricas do convento. O conjunto, com as suas dimensões reduzidas e o seu elevado grau de degradação, acabou por agradar ao arquiteto. Estavam reunidas as condições ideais para nele se intervir. Vários conceitos surgiram ao longo do processo. Inicialmente a intenção do arquiteto Souto de Moura seria a de distinguir a sua intervenção da pré-existência, *"antigo é antigo, novo é novo. Se for novo, faço coisas de certa maneira... se for antigo faço de outra"*⁷⁰ (...) *"queria experimentar novas técnicas e imagens, e marcar bem a diferença entre a minha intervenção e a parte histórica do edifício"*.⁷¹

Com a evolução do projeto a opinião foi mudando. A descoberta de novos indícios arqueológicos vieram mudar os conceitos adotados até agora, ao longo da sua história o edifício passou por várias fases, uma fusão de épocas e estilos resultante da sucessão de ocupações, demolições e ampliações. Assim, a *"história da arquitetura antiga é a história de constantes adulterações e alterações, de mudanças radicais de projeto durante a construção, ao longo do tempo e pelos vários intervenientes, da interrupção da construção, dos edifícios construídos sobre alicerces de muitos outros muito mais antigos, por razões económicas e de oportunidade, afinal sempre foi assim, cada vez que surgiam novas necessidades, realizavam-se verdadeiras operações cirúrgicas nos edifícios e nas cidades"*.⁷²

Portanto, a obra nova acabaria por ser condicionada pelo seu passado que não podia ser abolido mas era necessário reinventar. *"O projeto tenta adaptar, ou melhor, servir-se das pedras disponíveis para construir um novo edifício. Trata-se de uma nova construção, onde intervêm vários depoimentos (uns já registados, outros a construir) e não da recuperação do edifício na sua forma original."*

Para o projeto as ruínas são mais importantes que o "mosteiro", já que são material disponível, aberto, manipulável, tal como o edifício foi durante a história.

Não pretendemos com essa atitude construir uma exceção, procurando a originalidade do manifesto, mas sim cumprir uma regra de arquitetura quase sempre constante ao longo do tempo.

⁶⁹ Guia de Pousadas e hotéis de sonho, Lisboa: Ed. Expresso, 2001. Vol.1, op. cit, pág.64

⁷⁰ Eduardo Souto de Moura, citado por Roberto Collová em "Santa Maria do Bouro, uma história continua", Santa Maria do Bouro, construir uma pousada com as pedras de um mosteiro. Lisboa: White and Blue, 2001, pág. 50

⁷¹ Eduardo Souto de Moura, citado por Sérgio Andrade, "A arquitetura invisível de Souto de Moura" in Publica, 21 de Junho 1998, pág.41.

⁷² idem, pág.64.

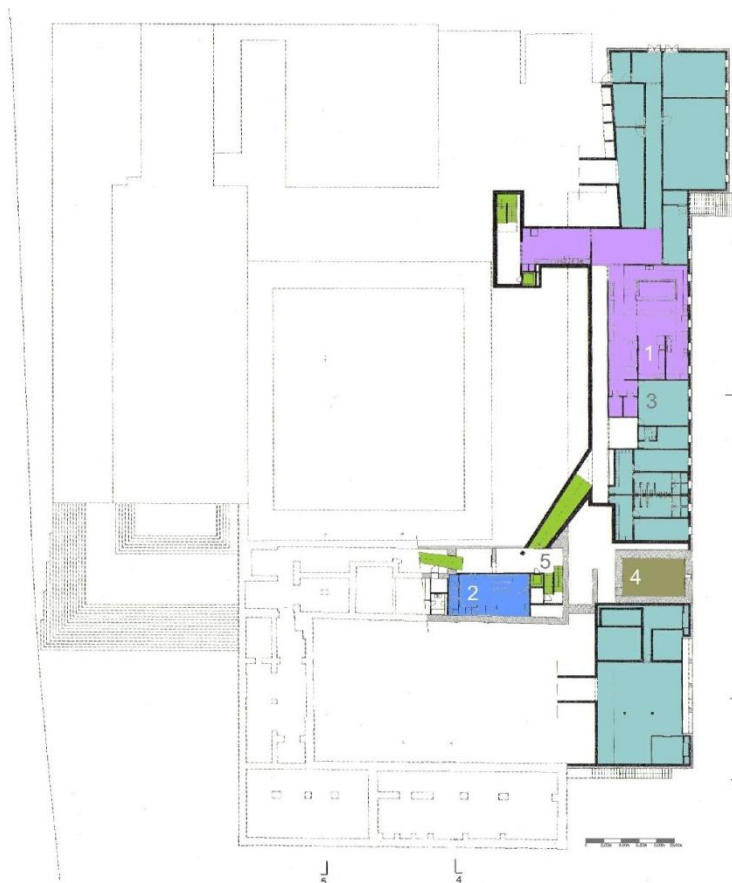


Figura 67: Planta de piso -1



Legenda:

- 1 - Cozinha
- 2 - Lavandaria
- 3 - Serviços
- 4 - Moinho
- 5 - Acessos verticais
- 6 - Sala de exposições
- 7 - Auditório
- 8 - Entrada
- 9 - Pátio das Laranjeiras
- 10 - Terraço
- 11 - Espelho de agua

Figura 68: Planta de rés-do-chão

*Durante o projeto, o "desenho" tentou encontrar a lucidez entre a forma do programa. Perante duas hipóteses optamos por recusar a consolidação pura e simples da ruína para uso contemplativo, apostando por injetar materiais, usos, formas e funções "entre Les chose", como dizia Corbusier. O "pitoresco" é uma fatalidade que acontece e não a vontade de um programa."*⁷³

Com isso, pareceu desapropriado uma intervenção onde se iria criar uma rutura com o passado, e decidiu-se criar *"uma forte imagem contemporânea, mas em continuidade com a vivência passada do edifício"*⁷⁴

À medida que o projeto foi evoluindo também a sua opinião mudou. Atitude a que não foi estranha a descoberta de novos indícios arqueológicos que confirmaram uma fusão de épocas e estilos resultante da sucessão de ocupações, demolições e ampliações, "tudo em perfeita harmonia" como nota o arquiteto.

Relembrando-lhe que a *"história da arquitectura antiga é a história de constantes adulterações e alterações, de mudanças radicais de projeto durante a construção, ao longo do tempo e pelos vários intervenientes, da interrupção da construção, dos edifícios construídos sobre os alicerces de muitos outros muito mais antigos, por razões económicas e de oportunidade, afinal sempre foi assim, cada vez que surgiam novas necessidades, realizavam-se verdadeiras operações cirúrgicas nos edifícios e nas cidades."*⁷⁵ Perante tal constatação, pareceu-lhe desapropriado uma intervenção de rutura, decidindo-se por criar *"uma forte imagem contemporânea, mas em continuidade com a vivência passada do edifício"*⁷⁶

O momento de intervenção passou a ser encarado, tal como para o arquiteto Fernando Távora, como mais uma fase evolutiva do conjunto edificado, dando-lhe a sensação de *"fazer parte da história do mosteiro. E as decisões começaram a surgir naturalmente, sem grande reflexão"*.⁷⁷ Olhando para o edifício e para a sua intervenção, verificamos que, até para os menos entendidos na matéria, a intervenção não passou de transformações estritamente necessárias para que se conseguisse converter um mosteiro numa unidade hoteleira. Os arquitetos Alcino Soutinho e Sérgio Andrade classificaram a obra como *"invisível"* e *"corajosa"* pela *"capacidade de dar voz a uma arquitetura feita de silêncio"*.⁷⁸

Embora a intervenção do arquiteto pareça *"invisível"* esta obra sofreu profundas alterações que, a primeira vista, parecem subtis mas com uma profunda análise revelam grandes transformações no mosteiro. Seguindo uma *"(...) filosofia arbitrária das deslocações [que] utiliza o edifício como uma*

⁷³ Eduardo Souto Moura in Santa Maria do Bouro, construir uma pousada com as pedras de um mosteiro, 1989, pág.4

⁷⁴ Guia das Pousadas e Hotéis de Sonho. Lisboa: Ed. Expresso, 2001. Vol.1, pág 54.

⁷⁵ Eduardo Souto Moura, citado por Roberto Collová em "Santa Maria do Bouro, uma história contínua", Santa Maria do Bouro, construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro. Lisboa: White and Blue, 2001, pág. 50.

⁷⁶ Guia de Pousadas e hotéis de sonho, Lisboa: Ed. Expresso, 2001. Vol.1, pág. 54

⁷⁷ Eduardo Souto de Moura, citado por Roberto de Collová. *op. cit.*, pág.50

⁷⁸ Eduardo Souto de Moura, citado por Sérgio Andrade, "A arquitetura invisível de Souto Moura" in Pública, *op. cit.*, pág. 42.

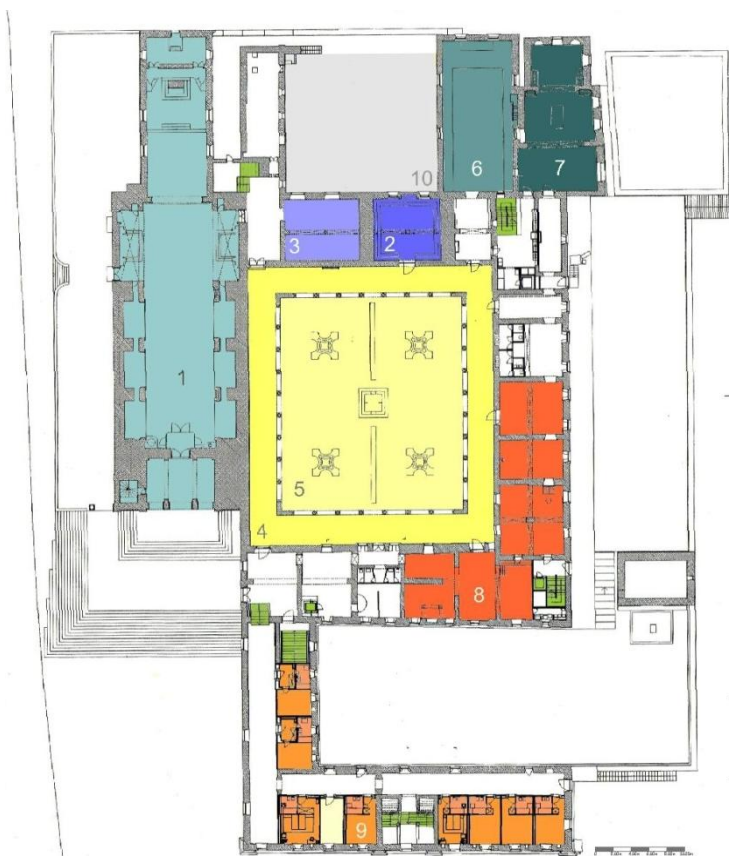


Figura 69: Planta de primeiro piso

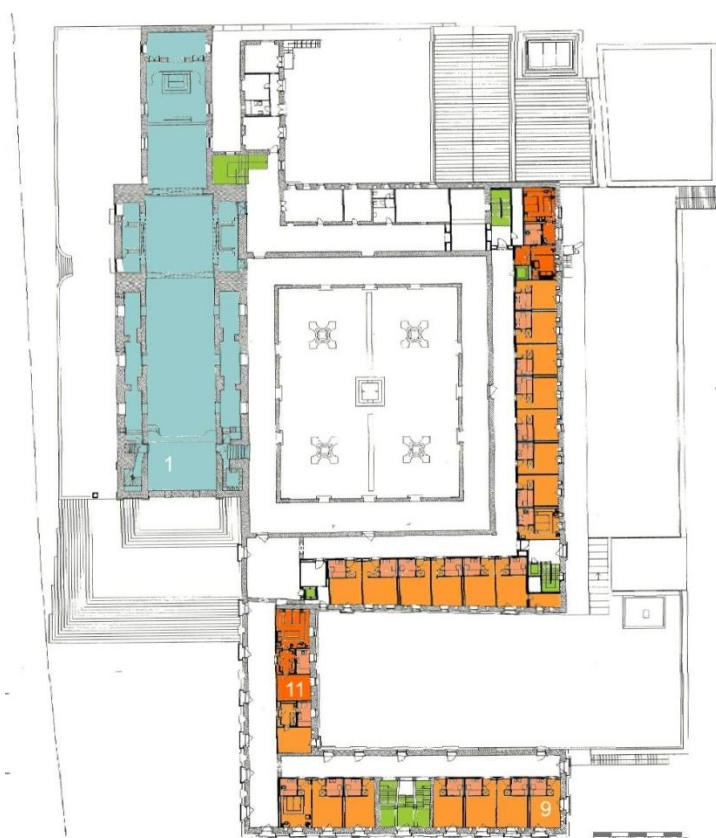


Figura 70: Planta de segundo piso

Legenda:

- 1 - Igreja
- 2 - Capela
- 3 - Sacristia
- 4 - Claustro
- 5 - Pátio
- 6 - Restaurante
- 7 - Sala de jantar
- 8 - Espaços intercomunicantes
(salas de estar, sala de bilhar, bar)
- 9 - Quartos
- 10 - Campo de cultivo
- 11 - Suite

*pedreira de material pré-moldado, através do qual pode ser alcançada a metamorfose do próprio edifício. Os fragmentos, as pedras e as partes do antigo mosteiro foram separadas, demolidas, continuadas, copiadas, deslocadas, algumas concretamente, todas as outras indiretamente."*⁷⁹ Assim, verifica-se uma continuidade de linguagem a nível do pavimento; ou seja, os novos pavimentos não se distinguem do antigo, "(...) o projeto previa pôr o antigo ao lado do novo, separado por uma junta. Mas, depois, fiz os novos iguais aos antigos e tornou-se mais vulgar, mais normal. Afinal de contas, ninguém vai verificar o que é antigo e o que é novo"⁸⁰, "alterei as dimensões das plantas de fundação do mosteiro e, para mostrar que os atuais não eram os níveis originais, concebi os pequenos degraus de ligação em mármore e não em pedra. Tinha vergonha de não dizer a verdade. Quando foi colocado o primeiro degrau era lindíssimo: uma placa de mármore vermelho. Mas pensei que com o terceiro e o quarto, ia ser um desastre e uma ideia demasiado excessiva, embora didática. Fiz os outros degraus em granito e, a partir daí, quase me esqueci do projeto."⁸¹ O projeto contou, também, com várias deslocações de paredes, portas, e, nalguns casos, de fundações "para conseguir uma espessura mínima de 30cm, rebaixei os arcos" assim como "mudei várias portas de sítio, porque haviam problemas estereotômicos: havia portas que não eram necessárias, outras de que precisava mesmo. Por exemplo entre o pátio e a cozinha. E mudei-as todas. Também mudei alguns arcos do rés-do-chão para o primeiro andar".⁸²

*Com isso pode-se concluir que o edifício já não era um elemento a restaurar mas sim um elemento livre para ser reinterpretado ou recolocado "O projeto tenta adaptar, ou melhor, servir-se das pedras disponíveis para construir um novo edifício. Trata-se de uma nova construção onde intervêm vários depoimentos e não da recuperação do edifício na sua forma original. Para o projeto as ruínas são mais importantes que o 'mosteiro', já que são material disponível, aberto, manipulável, tal como o edifício o foi durante a história."*⁸³

O edifício foi encontrado em ruínas e o arquiteto procurou sempre manter essa imagem que já era característica. Assim, as arcadas do claustro foram assumidas mais numa vertente escultórica do que estrutural, a cobertura deixou de ter telhado e passa a um plano vegetal procurando com isso dar continuidade a imagem de ruína que caracterizou o edifício nas últimas décadas, a nível das janelas deixa de existir os caixilhos com vidros aos quadrinhos e passam a ser de vidros com caixilhos ocultos atrás das molduras onde, com isso, o arquiteto procura dar continuidade a ideia de "buraco" transmitindo uma imagem de vazios.

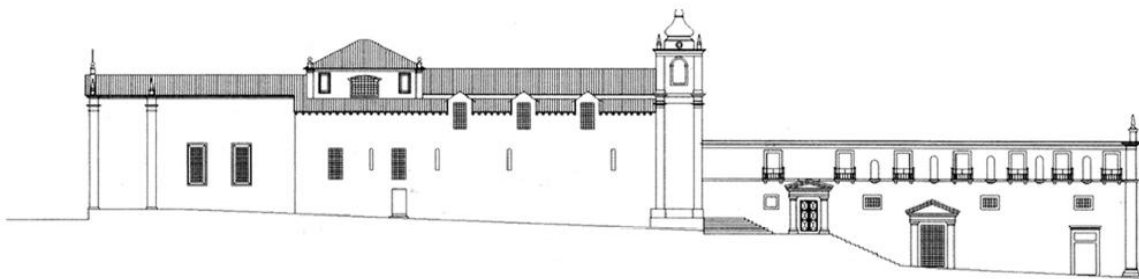
⁷⁹ Eduardo Souto de Moura, citado por Roberto Collová em "Santa Maria do Bouro, uma historia continua", *op. cit.*, pág.62

⁸⁰ Eduardo Souto de Moura, citado por Roberto Collová em "Santa Maria do Bouro, uma historia continua", *op. cit.*, pág. 50

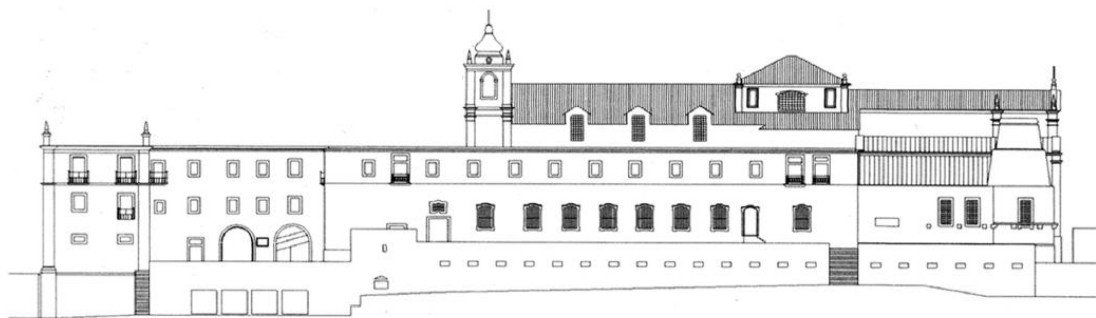
⁸¹ *Idem, ibidem*

⁸² *Idem*, pág. 53

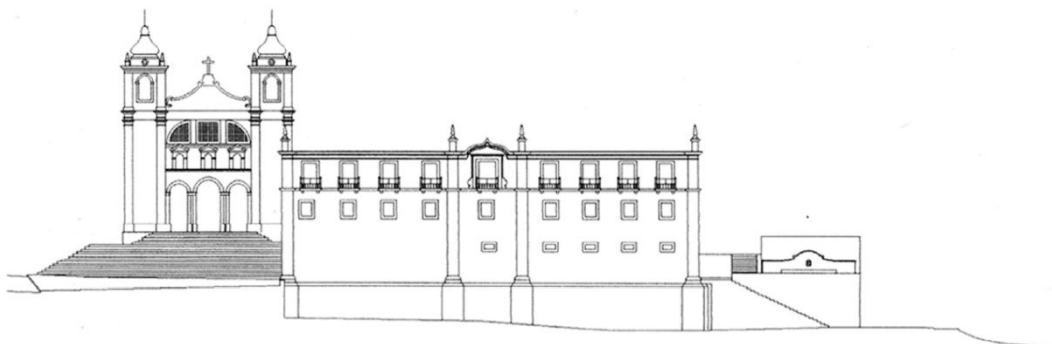
⁸³ Eduardo Souto de Moura, "Reconversão do mosteiro de Santa Maria do Bouro numa pousada", em Santa Maria do Bouro, *op. cit.*, pág. 5



Alçado Norte



Alçado Sul



Alçado Nascente



Alçado Poente

Figura 71: Alçados

A única ala que se pode considerar como totalmente nova projetada pelo arquiteto quase desapercibida, onde apenas existia um muro de pedra passa a existir um novo corpo dedicado aos serviços da pousada onde a fachada consiste numa longa parede de granito interrompida, pontualmente, por pequenas janelas.

Os jardins, em colaboração com o arquiteto responsável, tiveram um toque da arquiteta paisagística Maria João Dias da Costa que teve como objetivo enquadrar o edifício no vasto terreno pertencente ao mosteiro. Embora a agricultura sempre acompanhou a evolução do mosteiro, não houve intenção de a reintroduzir. Assim o espaço fica ordenado em três zonas distintas: a zona da piscina, zona dos prados e o laranjal. O laranjal é o elemento que, de certa forma, volta a trazer as memórias agrícolas do mosteiro onde, para além de criar efeitos visual agradável, aromático e económico, relembra a tradição da laranja do Bouro.

A água que foi um elemento fundamental para a evolução do mosteiro volta a assumir um papel importante nesta intervenção. O antigo sistema hidráulico ainda era visível e verificou-se que *“A água da serra chega por três caminhos: um atravessa o mosteiro, outro vai dar à piscina e outro ao moinho”*⁸⁴ embora, no projeto, a sua utilização foi apenas instrumental; *“a fonte estava noutro sítio, perto do terraço, e eu pu-la onde agora está”*.⁸⁵

Com o decorrer do projeto, o desenho procurou um equilíbrio entre a forma e o programa e, diante das duas hipóteses, o arquiteto recusou a consolidação da ruína para uso contemplativo, inserindo novos materiais, usos formas e funções. *“A ruína arquitetónica deixa de ser arquitectura e passa a ser natureza (...) numa dimensão combinatória que corta a relação naturalista entre ruína e lugar. O grau de artifício que ela introduz na suposta orgânica da decadência, presente no pré-existente, só encontra paralelo na manipulação que a consciência moderna faz da paisagem natural, na sensibilidade já definida por Chateaubriand como natureza corrigida”*.⁸⁶

O mosteiro levou profundas modificações para se adaptar ao programa proposto, os novos usos. As peças em cantaria são reordenadas, mantem-se alguns elementos construtivos mas outros não, unidades funcionais mudam de sítio... tudo foi corrigido para se adequar ao programa.

A recuperação do claustro mostra o “abandono” de usos e funções originais, os pilares deixam de ter uma função de suporte para se transformar num elemento mais estético, a sua *“natureza desarticulada, o carácter de fragmento que renuncia á sua unidade original”*⁸⁷. Estes confronto repete-se ao longo do edifício ao ponto de mostrar um certo abandono da interpretação histórica; temos como exemplo o tipo de imagem utilizado para resolver os problemas de diferenças de

⁸⁴ Eduardo Souto de Moura, citado por Roberto Collová em “Santa Maria do Bouro, uma historia continua”, *op. cit.*, pág. 53

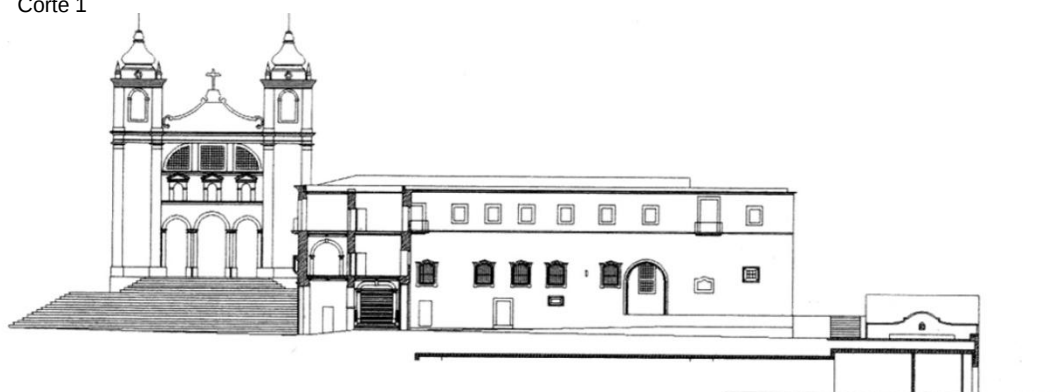
⁸⁵ Idem, *Ibidem*

⁸⁶ Hernandez Leon, Juan Miguel, “Porque perguntar é a devoção do pensamento”, em Santa Maria do Bouro, pág.18

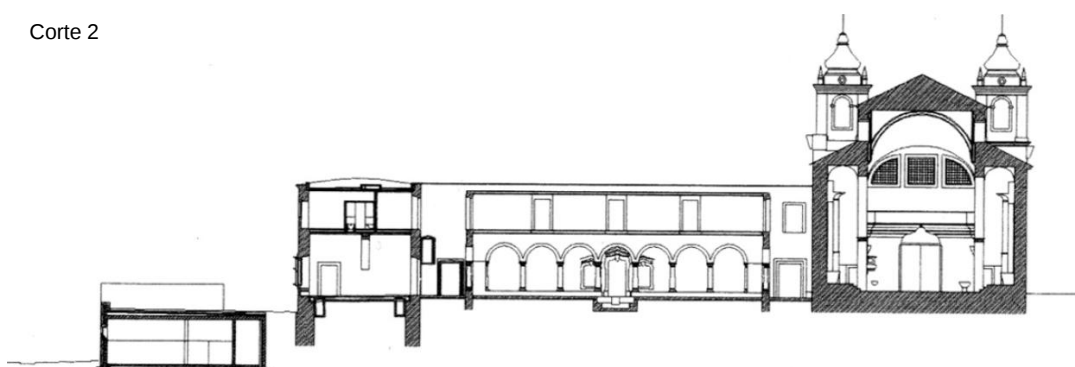
⁸⁷ Hernandez Leon, Juan Miguel, “porque perguntar é a devoção do pensamento”, em Santa Maria do Bouro, *op. cit.*, pág. 18



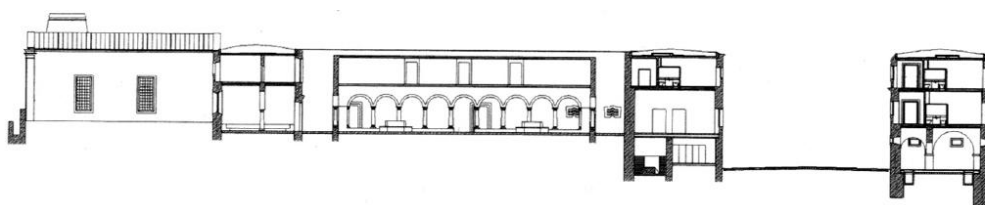
Corte 1



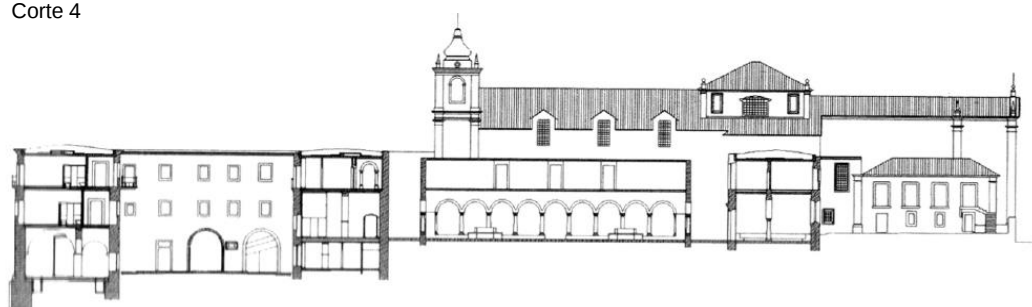
Corte 2



Corte 3



Corte 4



Corte 5

altura onde os degraus são realizados em blocos monolíticos de granito. A persistência construtiva do projeto original entra em conflito com a diversidade dos materiais modernos procurando, para isso, uma escolha de materiais, e forma arquitetônica, que ira criar uma maior proximidade entre o elemento antigo e moderno. O arquiteto opta, para isso, um caracter híbrido dos materiais com que vai trabalhar, interrompendo a continuidade da matéria utilizada mas de uma forma disfarçada onde não assume claramente onde começa e onde acaba essa rutura.

O arquiteto procurou manter a imagem que o edifício tivera nos últimos anos mantendo a memória do lugar, as janelas em vidro sem caixilharia aparente, o claustro sem vidros de proteção e a cobertura verde reforçam a ideia de vazio, de algo parado no tempo. No interior o arquiteto procurou manter, sempre que possível, a estrutura das dependências, utilizando uma decoração muito sóbria e simples. Foram retiradas portas⁸⁸ de algumas salas, dispostas sucessivamente, e forma a criar um espaço continuo ficando apenas o respetivo vão. Manteve-se a grande chaminé de granito do antigo refeitório funcionando o restaurante no espaço da antiga cozinha. Uma particularidade interessante esta relacionada com a agua onde, o antigo sistema hidráulico montado pelos monges foi preservado, podendo ser possível observar e ouvir a agua em vários pontos do mosteiro.

Com a investigação histórica mandada realizada sobre o mosteiro, onde se verificaram várias alterações ao longo da sua existência, fez com que o arquiteto perdesse os complexos e *"esquecer-se do projeto"*, *"isso fez-me sentir melhor (...) Afinal de contas, não estou a restaurar um mosteiro, estou a construir uma pousada com as pedras de um mosteiro. Fiz um edifício moderno, como queria e com as pedras que estavam disponíveis. Dizem que quero fazer uma ruína romântica, mas não é verdade. Se, nas casas que desenho, não faço um telhado convencional e sim um terraço, também neste caso não vou fazer um telhado convencional. Pelas mesmas razões, não vou usar janelas com quadrados pequenos"*⁸⁹. Assim o arquiteto assume realizar uma reabilitação a sua imagem, com o seu traço, em vez de manter a verdadeira identidade arquitetónica do edifício e mosteiro, *"Antes do período românico, os acrescentos eram feitos com materiais de demolição, tudo era construído ao acaso (...) durante as escavações foram encontrados vestígios de três pavimentos e pedaços de estuque vermelho e verde. Até o telhado era verde-alface (...) fiquei a pensar: no nosso século não posso construir um mosteiro vermelho e verde! (...) Mas tinha de escolher uma imagem para o mosteiro. Românico? Impossível, não restava nada! Cobrir a pedra com estuque? (...) e o telhado? (...) era de telha de canudo, que já não se faz. Só há telhas romanas o que pode ficar realmente horrível. Pensei: se usar estuque branco, se usar janelas com quadrados pequenos e fazer telhado com telhas romanas, o meu objetivo será reconstruir a imagem do mosteiro no início do século XX.*

⁸⁸ Algumas dessas portas foram aproveitadas como painéis decorativos colocados nas paredes.

⁸⁹ Eduardo Souto Moura, citado por Roberto Collová, *op. cit.*, pág. 46.



Figura 73: Vista traseira do convento



Figura 74: Pátio



Figura 75: Claustro



Figura 76: Piscina

*Será o mais correto? Quando se identifica o edifício com um século específico, a restauração deverá ser feita tendo em vista essa poderosa identidade. Caso contrário, quando se escolhe um século: para mim a única possibilidade será o século XX (...) e não faz sentido construí-lo seiscentos anos mais velho (...) As paredes do edifício estavam fora de prumo (...) granito maciço, não era possível porque custava muito caro. (...) Fui à sacristia da igreja para ver os caixotões do teto em madeira. Fiz relevos e transformei a madeira em ferro. (...) Utilizo o ferro, porque estou a construir um edifício moderno. (...) Até os arcos... Ah, isso foi um problema! Mudei várias portas de sítio, porque havia problemas estereotômicos (...) e mudei-as todas. Também mudei alguns arcos do rés-do-chão para o primeiro andar (...) Távora arranjava sempre maneira de saltar de uma coisa para a outra. Agora, acho que as coisas deveriam ser muito mais naturais. Quer dizer: é preciso alguma confusão. Depois de se aprender uma lição é preciso fazer asneiras! (...) não se pode fazer uma coisa só porque ela corresponde à verdade: "O rosto que diz uma mentira está a dizer a verdade" (...) Penso que, para ter uma certa atmosfera natural, tudo tem de ser artificial."*⁹⁰

Portanto, o arquiteto esqueceu o caráter do edifício enquanto mosteiro e propôs assumir a sua imagem (a de ruína) procurando apagar qualquer vestígio que não se enquadrassem nesse contexto. Logo, o telhado não poderia ser construído propositadamente e as novas funções deveriam manter as iniciais, ou então funções semelhantes, que já detinham no passado, "Concebi a ideia de adaptação em dois dias porque é muito simples: cozinha-cozinha, biblioteca-auditório, refeitório-restaurante, claustro-claustro, celas-quartos".⁹¹ Assim, "Só depois de "estabilizada" a ruína, (e não a antiga construção) é que o edifício se adapta ao novo programa, privilegiando o usufruto da ruína enquanto prazer estético, numa intervenção que se dilui em absoluta expressão minimalista".⁹²

Toda a estrutura do edifício é reconstruída e consolidada em betão, a antiga estrutura de alvenaria é desmantelada e os blocos de pedra foram laminados e colocados a revestir a nova estrutura de betão armado. Com a remoção da cobertura de duas águas o edifício todo o edifício parece mais aligeirado, imagem essa que aparece reforçada pelos vãos onde a inexistência de caixilho e o reflexo do céu no vidro transmite uma ilusão de vazio. Também o claustro é tratado como elemento teatral uma vez que se encontra solto do edifício, os antigos arcos que suportavam o segundo piso, constituindo a parede exterior, é assumida como plano decorativo.

A adequação do programa levou a fazer adaptações de várias partes do edifício tais como a largura dos corredores e a modelação das celas tem de ser redimensionadas. No quarto, a necessidade de instalações sanitárias é trabalhada em conjunto como mobiliário criando um volume central solto no espaço do quarto tentando "não destruir a escala do espaço original".⁹³ Da

⁹⁰ Eduardo Souto Moura, citado por Roberto Collová, *op. cit.*, pág. 45-54

⁹¹ *Ibidem*, pág. 46

⁹² f. Costa, Alexandre Alves, "A arte de construir a transformação", *op. cit.*, pág. 137

⁹³ Eduardo Souto Moura, citado por Roberto Collová, *op. cit.*, pág. 50



Figura 77: Escada em "bloco monolítico" de granito

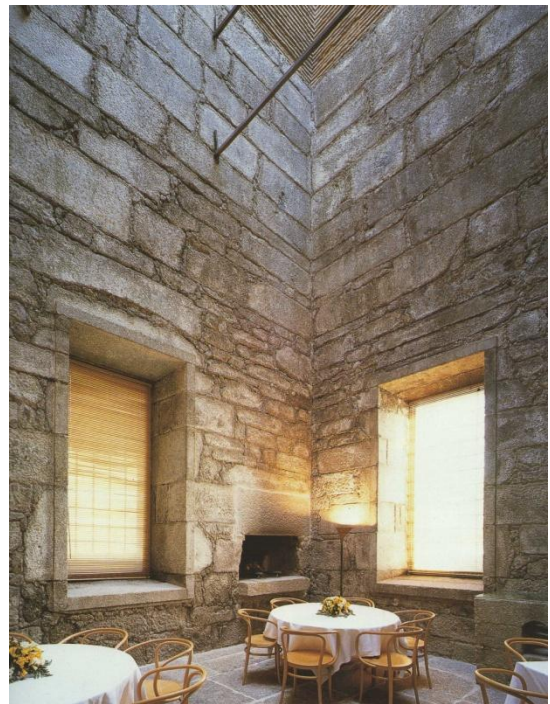


Figura 78: Restaurante



Figura 79: Escada em "bloco monolítico" de granito vermelho

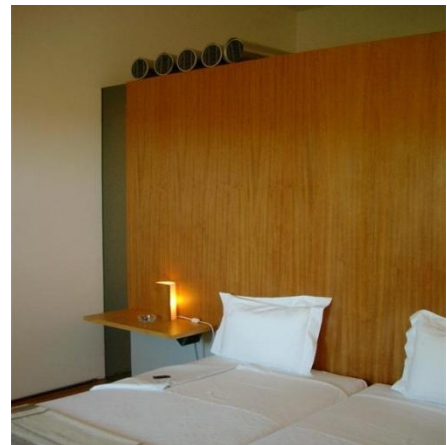


Figura 80: "móvel" da casa de banho dos quartos



Figura 81: Sala de Jantar

tipologia inicial do convento apenas o refeitório mantém as suas características originais (passando a desempenhar a função de restaurante), ainda que tenha sido ampliada a sala de jantar para o espaço da antiga cozinha que, agora, se encontra ligada com os espaços de serviços, transferidos para uma nova ala semienterrada que fora introduzida de forma a não alterar a percepção do conjunto. No interior a decoração é marcada pela "nudez" inspirada pela austeridade e simplicidade dos conventos cisterciense.

Assim, no piso de cave encontram-se as dependências de serviço da pousada e áreas do pessoal. o acesso ao piso térreo é realizado uma rampa que une os dois volumes.

A entrada Principal é feita no piso térreo, depois do pátio das laranjeiras, conduz a receção onde, do lado esquerdo encontra-se um pequeno auditório e espaço de exposição e a direita encontramos a escada de acesso ao primeiro piso.

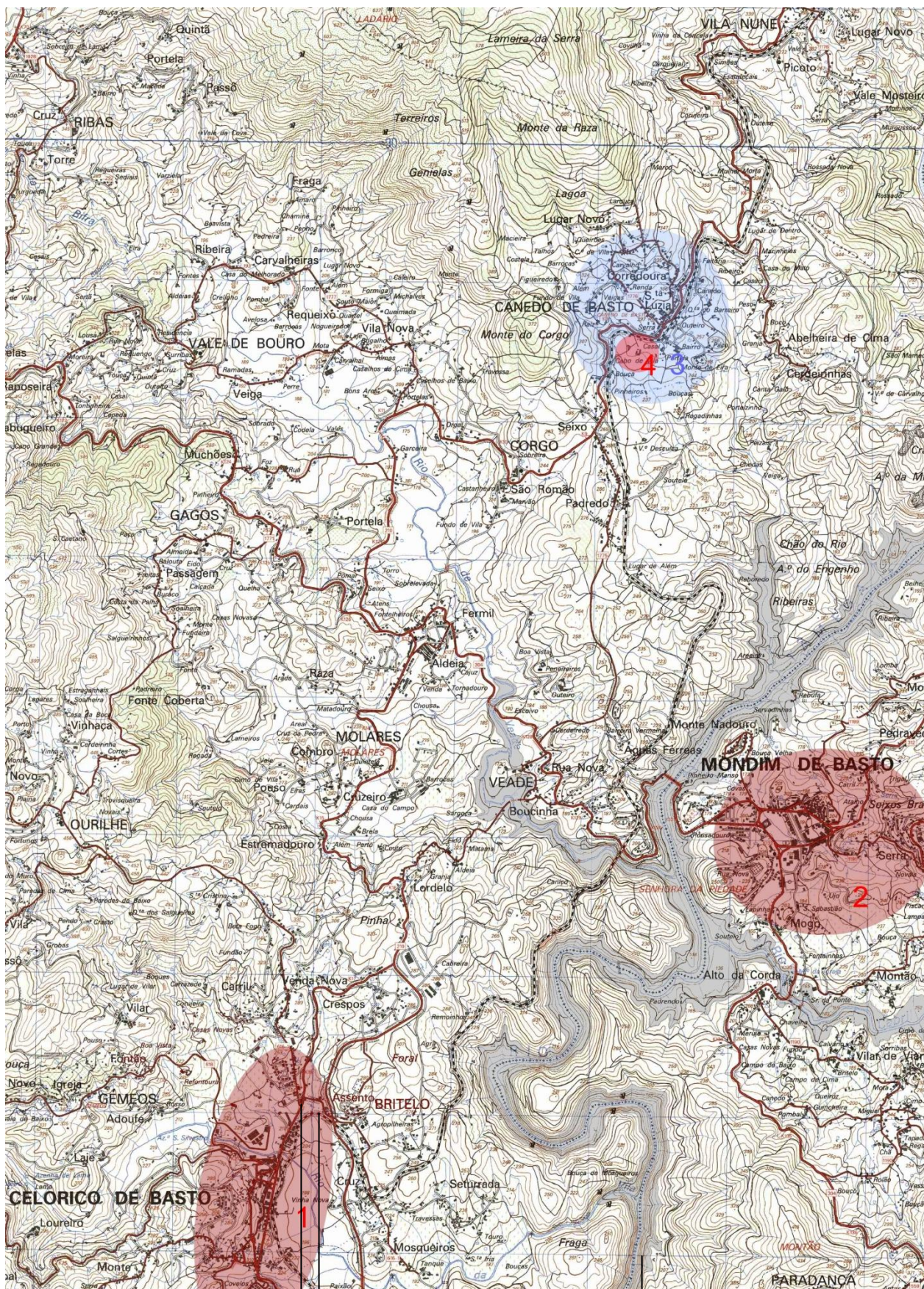
No primeiro piso encontram-se as áreas comuns, varias salas de estar, bar e restaurante, ou, na ala norte, os quartos. As áreas comuns desenvolvem-se no seguimento do espaço de receção, numa continuação de espaços intercomunicantes (salas de estar , sala de bilhar, bar) que acabam por direcionar o hospede ate a zona de refeições. O refeitório e a cozinha a original já que o restaurante, atualmente, encontra-se na velha cozinha onde o espaço"(...) *com paredes em granito, encontra-se dividido em três, através de arcos abatidos de diferentes dimensões, sendo que o ultimo é coberto pela grande chaminé.*"

Na ala Norte encontram-se os quartos que se caracteriza por ser *"uma grande ala repleta de luz, antecedita por uma pequenas escadas de acesso. A luz, juntamente com os materiais escolhidos - pavimentos em madeira, paredes estucadas e o teto revestido a caixotões em aço-corten oxidado proporciona, nos corredores de acesso aos quartos, um ambiente, que apesar de despojado, se torna aconchegante."*

Nos pisos superiores, situavam-se as antigas celas dos monges que foram modificados em quartos, de acordo com a estratégia de intervenção do arquiteto Souto de Moura relativamente á adequação dos espaços aos espaços similares.

Capítulo V

Casa de Cabo de Vila



Estrada
Nacional

Ecopista

Amarante - Cabeceiras de Basto

Rio
após construção da
barragem de Fridão

Figura 82: Planta de Localização,
sem escala

Legenda:

Sede de Concelho: 1 - Celorico de Basto 2 - Mondim de Basto

Localização do caso de Estudo: 3 - Freguesia de Canedo de Basto 4 - Edifício em estudo

Capítulo V

Casa de Cabo de Vila

5 Introdução

O presente capítulo apresente os critérios de seleção do caso de estudo de forma a fundamentar a escolha para desenvolver um programa proposto para uma possível reabilitação para pousada tendo como base o projeto de referência a reabilitação do convento de Santa Maria do Bouro do arquiteto Eduardo Souto Moura. Seguidamente, iremos abordar a história do edifício e a sua evolução ao longo dos anos seguindo-se a análise e caracterização do lugar. Concluindo com uma análise morfológica do edifício.

5.1 Localização

A casa de Cabo de Vila encontra-se Localizada num ponto central do concelho de Celorico de Basto. A distância dos principais núcleos populacionais, vila de Celorico de Basto, Vila de Fermil e vila de S. Clemente, nunca superior a dez quilómetros estando ainda muito perto do Concelho de Cabeceiras de Basto. O edifício encontra-se a poucos metros dos serviços disponíveis da vila, Igreja, junta de freguesia, CTT e escola primária, tendo, também, a particularidade de ter como um dos possíveis acessos a ecopista que liga a cidade de Amarante a Cabeceiras de Basto (figura 82).

O edifício encontra-se inserido num meio rural afastado das restantes edificações circundado pelos campos e floresta da propriedade.

O seu acesso é feito a partir da via principal por dois caminhos em terra batida, que se encontram em muito mau estado de conservação, que delimitam os limites da propriedade

A extensa área arbórea de grande porte existente à sua volta acaba, de certa forma, por esconder o edifício uma vez que só é perceptível da via rodoviária e ecopista nos tempos em que as árvores não têm folhas.

5.2 Área envolvente

O concelho de Celorico de Basto caracteriza-se pelo seu relevo muito acidentado, paisagem granítica e abundância de água. A adaptação do homem ao declive do solo⁹⁴ irá "reformular" essa paisagem uma vez que existiu uma necessidade de a adaptar para a prática de agricultura. Assim, os terrenos passam a ser constituídos por talhões ou, como são designadas na terra, leiras⁹⁵ de pequenas dimensões sendo elas rematadas por vinhas de enforcado. Os senhores da terra, dito Nobres, como detinham mais poder económicos conseguiam criar campos de maiores dimensões

⁹⁴ As áreas com declive superior a 25% cobrem cerca de metade da superfície total do concelho, cerca de 57%, enquanto que as áreas com declive inferior a 10% atingem pouco menos de um decimo da área total do terreno.

⁹⁵ As leiras são campos de dimensões reduzidas e, geralmente, alongadas.

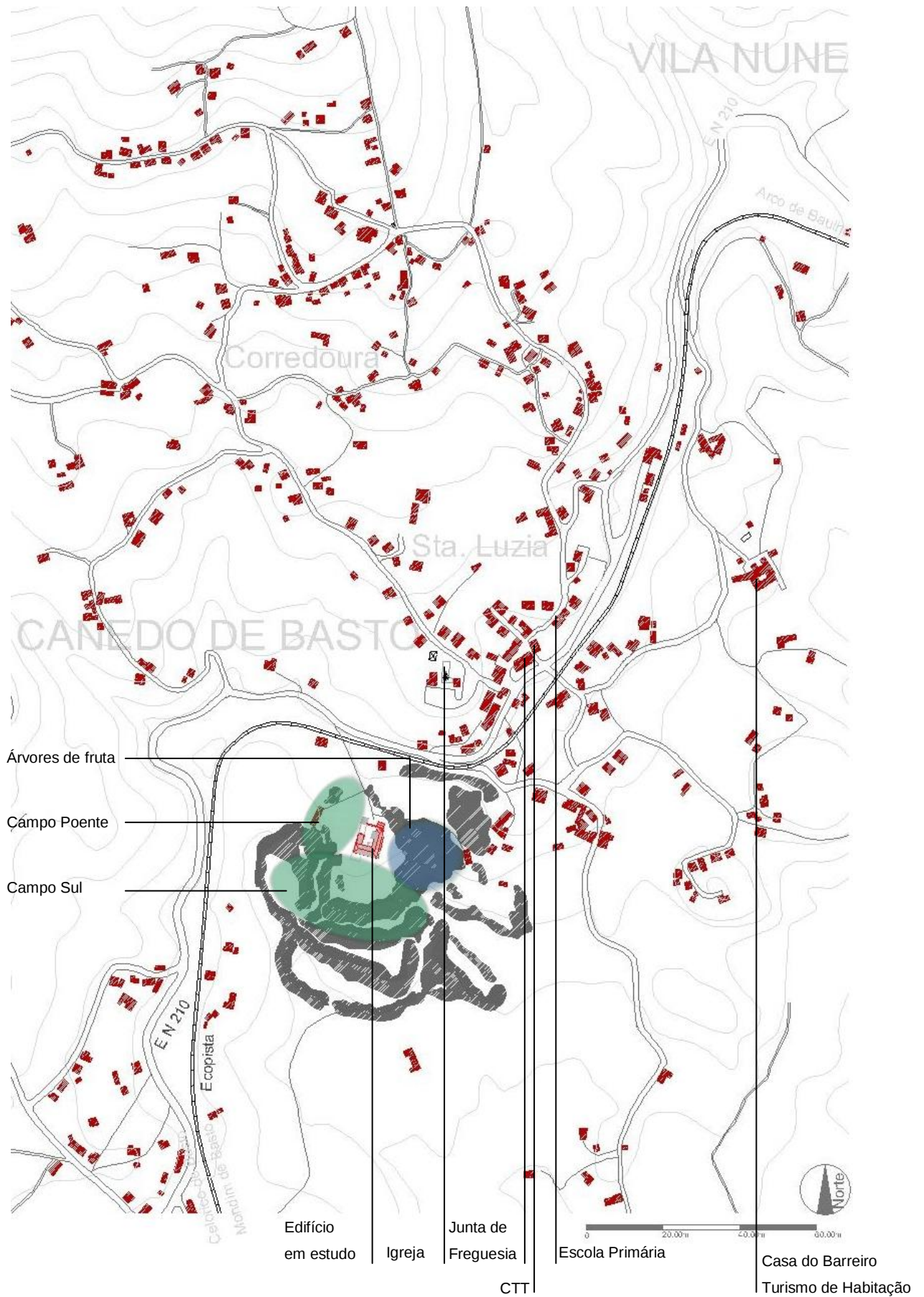


Figura 83: Planta de implantação

onde, no centro do terreno, se localizava a casa Nobre. A casa de Cabo de Vila insere-se nessas características, pertence uma grande área envolvente onde existem duas grandes áreas de cultivo planos, campos, a sul e poente, sendo o restante leiras de menores dimensões, e uma extensa área florestal também localizada a sul. A nascente temos uma vasta área com árvores de fruta (figura 83).

5.3 Intenções

A freguesia de Codessos apresenta uma grande carência de espaços socioculturais que, com a requalificação de um edifício que, de certa forma, marcou um período áureo da zona, poderia ser minimizado.

Vários foram as soluções dadas pelos residentes desta freguesia para a requalificação do edifício de Cabo de Vila. Sendo que, dado a sua localização privilegiada e proximidade de vários núcleos populacionais, transformar o edifício num espaço de cultura e lazer, que também serviria de pousada, seria, talvez, a resposta mais adequada dada a carência destas infraestruturas e, ao mesmo tempo, a reabilitação que este solar merece.

5.5 Análise e caracterização

5.5.1 Características do edifício

A arquitetura nobre nortenha ficou muito apegada as suas tradições medievais onde a torre era um elemento essencial e a decoração era sempre muito sóbria até a chegada da época barroca.

Contudo, a mudança de mentalidades e espírito levou a que se desenvolvesse mais os conceitos de habitação e conforto procurando um aumento, regularização e simetria das plantas tentando, de certa forma, sair da tradição medieval procurando criar plantas mais ambiciosas e complexas.

O uso da torre que, agora, deixa de ter a sua função defensiva e passa a ser meramente decorativa e símbolo de poder que, aliada a escadaria e ao brasão de cantaria na fachada ou no portão, dão ao edifício um ar de dignidade que os diferencia em relação as casas camponesas.

No século XVII, época em que país se encontrava numa crise política, social e cultural devido a sua independência de Espanha, surge um novo estilo arquitetónico que se caracteriza por ser uma arquitetura "empobrecida" de ornamentação. É uma época de transição entre o renascimento e o barroco.

Este estilo não foi muito explorado no Norte do país uma vez que se preferiu restaurar e ampliar as torres de menagem existentes do que construir edifícios novos dando-se assim um salto, quase direto, da época medieval para o barroco.



Plantas de rés-do-chão



Plantas de 1º piso

- Século XX
- Século XVII
- Finais do Século XVII

Figura 84: evolução das plantas da Casa de Cabo de Vila

O caso de estudo, a casa de Cabo de Vila, é construído, precisamente, na fase final dessa época, *"A casa de Cabo de Vila é referenciada pela primeira vez em 1684, data em que o seu proprietário, António Alvares, estabelece o vínculo a favor da capela que mandou construir ao lado da residência"*⁹⁶, embora possa ser mais antiga uma vez que a capela fez parte de uma segunda fase de construção (como se pode ver nas plantas de análise histórica). Inserindo-se, assim, nessa época.

A casa de Cabo de Vila surgiu como um único volume, de planta corrida seguindo a regularidade adquirida na época renascentista. Chegando à época barroca a casa sofreu várias modificações nomeadamente na sua planta que, como era característico no barroco, forma um U (figura 85) fechando o pátio com um portão brasonado.

Embora o barroco se tenha implantado com força no Norte do país este solar não apresenta o movimento e ornamentação barroca. O seu portão brasonado (figura 87), verificando a importância que era dada à entrada nobre, onde a pedra de armas aparece na parte superior é, com a capela, os únicos vestígios de aproximação ao barroco.

Seguindo as características que a casa nobre tem vindo a adquirir ao longo dos tempos; o primeiro andar, andar nobre, destina-se à residência familiar, onde, não existindo escadas interiores, a comunicação fez-se por escadarias exteriores (figura 86). Há também a existência de varanda, característica que surgiu no renascimento, dando para as traseiras do edifício e que formava, por baixo desta, uma espécie de alpendre. Os seus três corpos esboçam um pátio onde o porto surge como elemento que o vai encerrar.

Verifica-se que o edifício sofreu vários acrescentos quanto ao plano primitivo, fruto das várias construções ou reconstruções ao longo do tempo (figura 84).

Quanto à sua decoração verificamos que alguns elementos aparecem como muito sóbrios, no edifício habitacional; as fachadas são muito simples onde as janelas de sacada, a escada principal e os cunhais apilastrados conseguem conferir algum "ritmo" às fachadas principais. Na fachada Nascente destaca-se a varanda enquanto que na fachada Sul o que mais chama a atenção é o celeiro embutido no edifício.

Outra particularidade é o acesso da habitação para a capela, realizado por uma ponte em pedra granítica apoiada em cachorrões que vai ligar o salão nobre ao coro. No interior a abóbada de berço situada na adega, em granito, é o que mais chama a atenção, sendo um elemento muito raro no norte do país. A decoração, através do uso de talha dourada, baixos relevos e pinturas também são perceptíveis no edifício embora muito deteriorados existindo, também, referências a um teto em masseira no seu interior mas que, com o tempo, foi deteriorando-se acabando por já não se verificar nos dias atuais.

⁹⁶ Anne de Stoop, "Palácios e casas senhoriais do Minho", 1993, pág. 163.



Figura 85: Pátio de Entrada



Figura 86: Escada "Nobre"



Figura 87: Portão Brasonado

Embora a capela e a torre sejam os elementos mais significativos da linguagem da casa nobre e do estilo barroco; sendo a capela o elemento que vai ocupar sempre o lugar de destaque enquanto que a torre é a estrutura que caracteriza a casa nobre, uma vez que a acompanha desde o seu início, na casa de cabo de Vila não há indícios da existência de torre medieval.

Uma vez que a capela não é apenas pertence dos donos da casa, sendo um elemento semipúblico, tem de possuir uma acesso que abre para a rua. Dada essa exigência do carácter semipúblico, por parte dos poderes eclesiásticos, veio a configurar a localização da capela em relação ao conjunto. Assim, no caso de estudo, é situada num plano mais avançado da casa relacionando-se com o muro e o portão formando um ângulo entre os dois elementos (capela e portão) perpendicular (figura 90).

5.5.2 Descrição

O edifício que chega aos dias de hoje sofreu várias alterações ao longo da sua história. Através de uma análise ao edificado foram detetadas três fases evolutivas. Na primeira, o edifício original, apresentava uma planta corrida, janelas de sacada encimadas por um motivo em concha estilizada e uma entrada que dava acesso ao salão nobre.

A segunda fase, intervenção na ala sul, apresenta-se com uma planta em L onde foram criadas as áreas de serviços, no rés-do-chão, quartos e cozinha no piso superior.

Atualmente edifício é constituído por três corpos dispostos em U, correspondente a zona residencial e dependências de serviços, no rés-do-chão. O conjunto encontra-se parcialmente fechado pelo muro do portal a Norte. No lado exterior ao pátio existe uma pequena capela existindo um pequeno anexo em frente a esta, correspondendo a uns arrumos e casa do forno.

O edifício principal caracteriza-se por três volumes articulados entre si e justapostos, com uma disposição horizontal e coberturas em telha, de aba e canudo, de quatro águas. As fachadas são em alvenaria de granito de dois paramentos sem ligação, em alvenaria de pedra seca onde, nas juntas de maior dimensão, se recorre a colocação de pedras de menor dimensão (partidas no momento), encerradas por cunhais apilastrados. Os alçados principais, localizadas no pátio interior, são formadas pelos dois corpos mais antigos e por um terceiro, a Poente, que aparenta ser de uma construção mais recente sendo este de dimensões mais reduzidas. Não existe qualquer diferenciação entre o corpo residencial e as dependências agrícolas do rés-do-chão. O rés-do-chão é rasgado por doze portas em madeira, divididas pelos três volumes, que permitiam o acesso às cortes e dependências agrícolas existindo também janelas gradeadas nas adegas. havendo também um acesso que permite o atravessamento do pátio para a zona sul em arcos de pedra granítica. Uma das suas particularidades é a adega situada na ala sul onde encontramos um cobertura em abóbada de berço em granito (figura 91).



Figura 88: Celeiro



Figura 89: Capela



Figura 90: Passagem da habitação para a capela

No piso nobre encontramos três janelas de sacada, encimadas por um motivo em concha estilizada, sem balcão protegido, nove janelas e duas portas de acesso, sendo uma principal e

outra de serviço. O acesso ao piso nobre realizado através de duas escadarias de pedra granítica, uma imponente que se desdobra para três lados o que torna desnecessário o uso de guardas mas de concepção muito deficiente; sendo uma escada demasiado maciça, em relação à fachada. A segunda escada, de serviço, é mais estreita, reta e bastante íngreme. Sendo cada uma delas representativas das duas primeiras fases de evolução do edifício. A sul também existe uma escada assemelhe à escada de serviço existente, também ela de má concepção e estreita mas tendo a particularidade de ter sido utilizado o betão para a sua concepção. Os vãos do volume nascente são rematados por um motivo renascentista sob a forma de uma concha estilizada enquanto que no volume Poente não apresentam qualquer tipo de ornamentação.

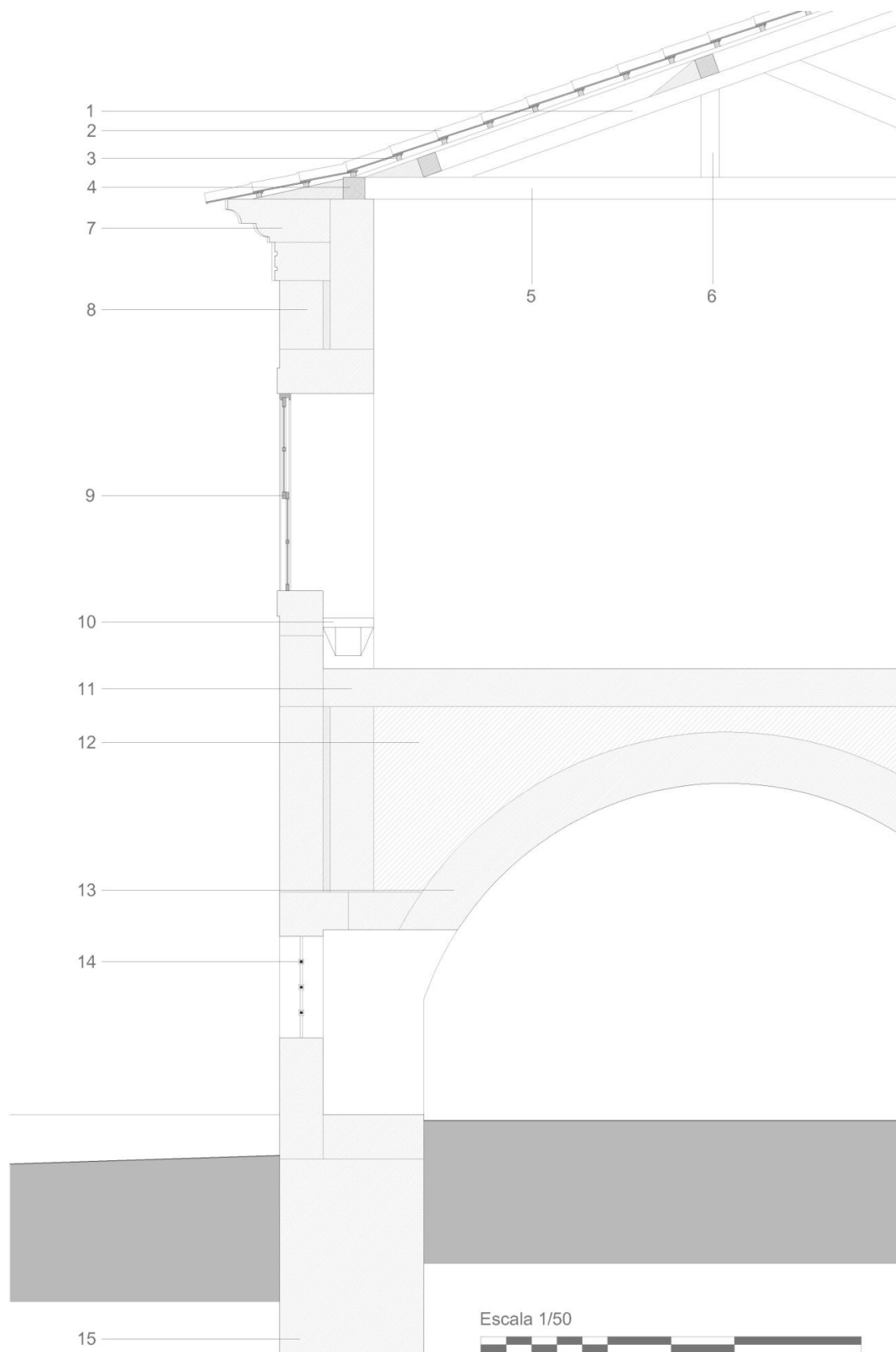
Na fachada Nascente encontra-se uma varanda, de cantaria, onde a robustez dos pilares que sustentam o parapeito contrasta com a elegância das proporções das colunas do piso nobre que estava ligada ao salão nobre e corredor. Existindo também uma janela de sacada rematada com um motivo em forma de concha estilizada que está relacionada com o salão nobre e duas janelas. No rés-do-chão encontram-se os lagares, adega e cortes para animais onde existem apenas duas portas de ligação para o exterior situadas nas duas extremidades da fachada e uma janela gradeada na adega.

No alçado sul o que nos chama logo a atenção é o celeiro que, ao contrário do que era realizado noutros edifícios do mesmo tipo, se encontra inserido no próprio edifício. Pelo tipo de construção e materiais utilizados reparamos que é uma construção mais recente sendo uma das alterações que o edifício sofreu com o passar dos anos. No piso nobre encontramos seis janelas de verga reta. No rés-do-chão encontramos uma adega coberta por uma abóbada de granito em berço que, no Minho, é muito raro. Duas janelas gradeadas marcam o alçado e um portão de acesso ao pátio de verga reta. Em frente situa-se uma grande eira e um espigueiro.

Na fachada Poente existem cinco janelas, duas portas que estavam relacionadas com a cozinha **nova e com o acesso ao piso superior do celeiro. O acesso ao primeiro piso é realizado por uma** escada construída recentemente em betão.

No exterior do pátio situa-se a capela. A sua fachada apresenta uma grande sobriedade, a sua decoração limita-se a sinais simples: cruz, frontão e campanários com remates piramidais. Uma porta de verga reta com frontão interrompido e duas janelas gradeadas marcam a sua fachada principal. O seu interior encontra-se muito deteriorado. Como a capela não era ligada à habitação foi construída uma passagem a fim de facilitar o acesso a partir do andar nobre. É uma ponte formada por lajes em pedra sem parapeito apoiada em cachorros.

O portão de entrada para o pátio trata-se de uma parede em alvenaria de granito rasgado por uma abertura. É delimitada por pilastras e rematada por molduras em relevo onde as suas curvas ascendentes permitem associar as linhas horizontais do topo do muro às verticais da porta e pedra



Legenda:

1	Empena	6	Escora	11	Laje em Pedra Granítica
2	Telha	7	Cornija em Pedra	12	Preenchimento com Cascalhos
3	Ripa	8	Parede Dupla em granito	13	Abobada em Pedra Granítica
4	Frechal	9	Janela de Guilhotina em Madeira	14	Grade em Ferro
5	Linha	10	Namoradeira	15	Sapata Rasa

Figura 91: Pormenor da Abobada em Granito e cozinha

armoriada. A pedra armoriada, ou o brasão de família, foi picado, sobrando apenas o timbre representado por um guerreiro (Pormenor no Anexo II).

O edificado encontra-se em péssimas condições tendo o interior muito degradado tornando muito difícil ter uma ideia de qual seria a sua organização inicial. Os soalhos, assim como os tetos, seriam em madeira de castanho apoiados em cachorros de pedra granítica e paredes, em tabique, que embora algumas estejam revestidas com papel, ainda existem vestígios de pinturas de fresco.

Os tetos do andar nobre que, estando em muito mau estado de conservação, são em madeira, tabuado liso, embora nos quartos do segundo volume se apresentam em fosso de gamela, ou masseira. Ainda são perceptíveis vestígios de um teto em masseira no salão nobre. citando Anne de Stoop: *"ainda se distinguem vestígios de pintura , encontrando-se presentemente todos esburacados. Particularmente elegante era, no entanto, o grande salão com o seu teto em masseira decorado com florões esculpidos. Que destroço!"*⁹⁷

As asnas são vulgares exceto nas divisões que tenham tetos em masseira, aí recorre-se a asna sem linha.

⁹⁷ Anne de Stoop, "Palácios e casas senhoriais do Minho", 1993, op.cit., pág.164

Capítulo VI



Legenda:

- | | | | | | |
|---|---------------------------------|----|----------------------------|----|---------------------------------------|
| 1 | Cavalariças, Cortes dos animais | 6 | Campo de Jogos | 11 | Pomar e Laranja |
| 2 | Picadeiro | 7 | Jardim | 12 | Piscina |
| 3 | Estacionamento Público | 8 | Zona de Quartos e Serviços | 13 | Edifício Nobre |
| 4 | Estacionamento Privado | 9 | Bar | 14 | Espaço Verde: Vinhas e Área Florestal |
| 5 | Provas de Produtos da Região | 10 | Esplanada | 15 | Hortas |

Figura 92: Planta de Localização

Capítulo VI

Programa de reabilitação para turismo de habitação

6 Introdução

Neste capítulo apresentamos o programa desejado para a reabilitação da casa de Cabo de Vila para casa de Turismo Rural.

Seguindo-se a proposta onde se aborda as varias intervenções necessárias para adaptar o edifício para turismo assim como a sua envolvente. Para isso, tendo como base o capítulo anterior e o projeto de referencia, faremos uma analise dos materiais existentes no edifício e a sua função na nova proposta, seguindo-se a adequação do programa onde se justifica o porquê desta intervenção, passando para os seus acessos acabando na proposta de reformulação do edifício.

Na reabilitação da Casa de Cabo de Vila iremos procurar manter, sempre que possível, o sistema construtivo, salvaguardando os antigos revestimento e acabamentos, assim como os materiais tradicionais. A reabilitação ira procurar ser o mais fiel as técnicas tradicionais recorrendo a soluções construtivas adequadas, de forma a não se perder a identidade do edifício.

6.1 Programa

O programa que se segue apresenta o que se propõe para a reabilitação da casa de Cabo de Vila. Prevendo os seguintes equipamentos

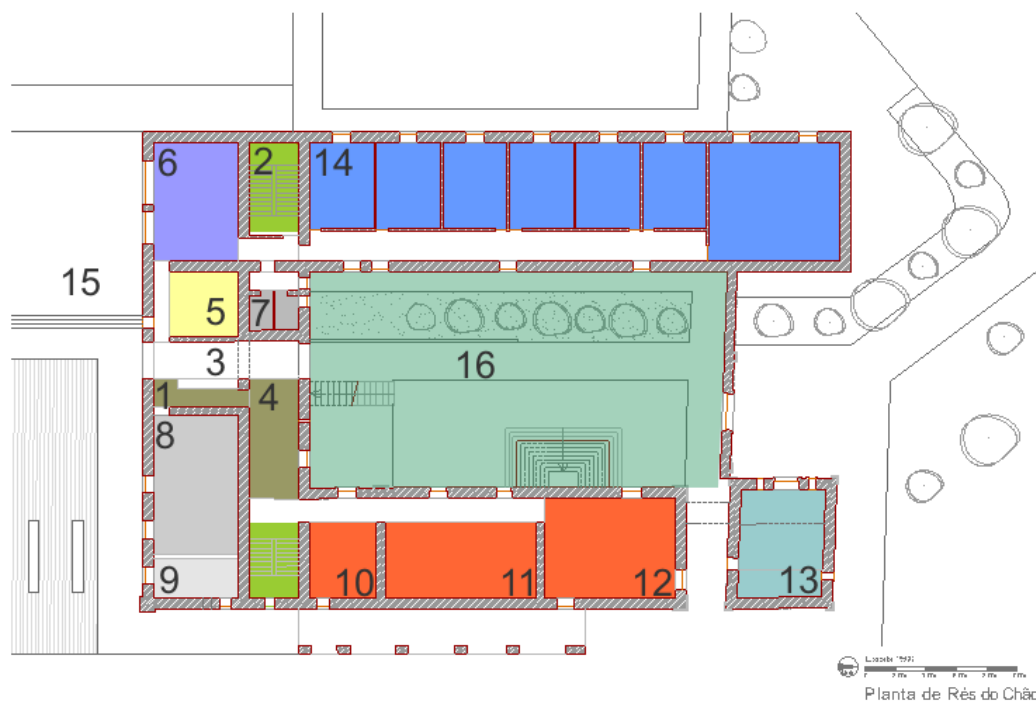
Áreas publicas:

Estacionamento para 10 automóveis com cerca de 500m²; um átrio de entrada com receção, sanitários, zonas e salas de estar e salas, zona de apoio a horta (nomeadamente lagar, adega e espigueiro exterior) sala de jantar para 10 a 15 pessoas, uma sala de provas de produtos típicos da região interligado com um pequeno bar, e esplanada, com 20 lugares interiores e 20 exteriores, a circulação vertical é feita por uma escada interior e duas exteriores, Quartos/ suites num total de 9 variando entre os 20 e 25m²

Na área exterior propõe-se piscina exterior, campo de jogos, e cavalariças para alem de pequenas hortas e vinha assim como a capela

Áreas privadas:

Estacionamento para 5 automóveis ligeiros e um de mercadorias, espaço de armazenamento com área de 10m², circulação vertical por uma escada interior, cozinha, instalação sanitárias, vestuário e pequena sala do pessoal, lavandaria com área de 10 m² e arrumos.



Legenda:

1	Recepção	8	Adega	15	Esplanada
2	Acessos Verticais	9	Lagares	16	Pátio de Entrada
3	Átrio	10	Sala de Televisão	17	Sala de Jantar
4	Sala de Espera	11	Sala de Jogos	18	Cozinha
5	Provas de Produtos da Região	12	Salão	19	Sala de Pequenos Almoços
6	Bar	13	Capela	20	Sala de Estar
7	Instalação Sanitária	14	Serviços	21	Quarto
				22	Salão Nobre

Figura 93: Plantas de Pisos

6.2 Proposta

5.2.1 Análise dos materiais

A presente proposta visa a requalificação e adaptação de um edifício devoluto em pousada tentando, para isso, preservar a sua identidade arquitetónica e cultura salvaguardando o seu valor cultural.

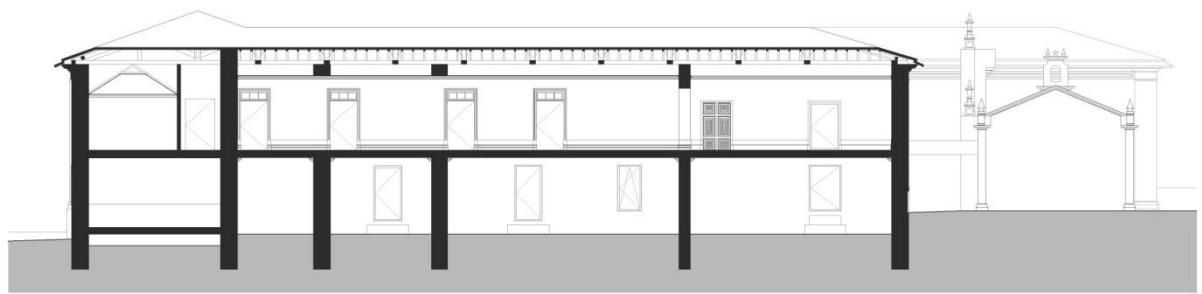
Desta forma pretende-se com esta intervenção respeitar as características tipológicas e morfológicas que marcam a arquitetura da quinta mas, com o desenquadrar do volume situado a poente, vai procurar-se uma reformulação de modo a enquadrá-lo com o restante edifício. Assim, a recuperação será efetuada de duas maneiras; uma será agir de acordo com os métodos de construção estruturais das antigas alvenarias, de forma a não de observar descontinuidades garantindo a preservação do carácter histórico do edifício e outra será, uma vez que o volume não se relaciona em nada com o restante, reconstruir procurando utilizar as mesmas técnicas.

Existem algumas anomalias em elementos primários (estruturais) em parte devido aos sucessivos aumentos que o edifício foi sofrendo verificando-se fissuras nas juntas entre eles. Grandes anomalias nos elementos secundários, uma vez que grande parte já não existe ou encontram-se em muito mau estado de conservação, onde as paredes interiores, em tabique, encontram-se parcialmente destruídas sendo necessário substituí-las na totalidade, os tetos falsos estão em decomposição tendo mesmo, o teto em masseira, ruído. Os vãos das portas e janelas estão em muito mau estado, devendo ser substituídos. As escadas apresentam graves erros de concessão necessitando de uma grande reparação ou reconstrução assim com o a varandas que carecem de gradeamento.

O elevado estado de degradação dos elementos leva a uma intervenção mais profunda o que leva a uma reconstrução excecional com reconstrução de vários elementos e remodelação de outros.

6.2.2 Adequação do programa

O edifício tem vindo a sofrer muitas modificações de forma a poder adaptar-se aos diversos usos que teve ao longo da sua existência. Durante toda a sua história foi saltando de família para família acabando por cair no esquecimento dos proprietários atuais, *"António Alvares, estabelece o vínculo a favor da capela que mandou construir ao lado da residência. Em 1726, o neto de António Alvares, João da Cunha Peixoto de Moura Coutinho, senhor da Casa de Cabo de Vila, (...) em 1758, casam a sua filha, D. Serafina Engrácia da Cunha Osório e Cardoso, com o Dr. Francisco José de Araújo de Vasconcelos e Alvim Rebelo, da casa de Lamas. (...) No ano seguinte, porém, dá-se um duplo drama. O jovem marido é assassinado pelo seu cunhado Manuel da Cunha, por questões de herança. O Culpado, condenado ao exílio nas Índias, será morto a chegada a Goa. Viúva D. Serafina ver-se-á obrigada a vender a casa para pagar as dívidas. O comprador é o padre Francisco Mesquita. Depois disso, esta casa mudou por diversas vezes de*



Corte A



Corte B



Corte C

0 2.00m 4.00m 6.00m 8.00m 10.00m

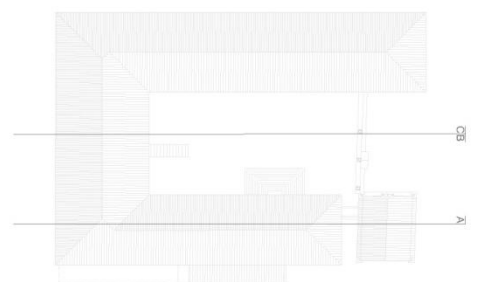


Figura 94: Cortes

dono. Adquirida em 1912 por D. Bernardina Leite Pereira, a Casa de Cabo de Vila pertence atualmente aos seus sobrinhos-netos Francisco e Albino Teixeira Fernandes Pereira."⁹⁸

As sucessivas mudanças de proprietários e, com isso, a falta de manutenção foram fatais para o edifício que se foi degradando tendo-se optado por acrescentar um volume do que recuperar o existente.

Assim, a implantação deste projeto vem permitir a recuperação, e reabilitação, de um edifício devoluto transformando-o e abrindo-o a comunidade.

O ideia de turismo de habitação tem por base o aumento do numero de turistas que o concelho de Celorico de Basto tem vindo a ganhar, graças a divulgação dos seus valores patrimonial natural, arqueológico, arquitetónicas e turísticos do concelho, mas onde a oferta para alojamento se apresenta em défice estando os turistas obrigados a recorrer a outros concelhos.

A vivencia do lugar é muito calma sendo apenas quebrada pela população residentes, os agricultores e os utilizadores da ecopista durante o dia.

Logo, para requalificar o edifício de forma a adapta-lo a casa de turismo de habitação, sendo um dos requisitos a qualidade ambiental que estes proporcionam, é imprescindível dota-lo de uma nova condição de funcionalidade assim como de habitabilidade e conforto.

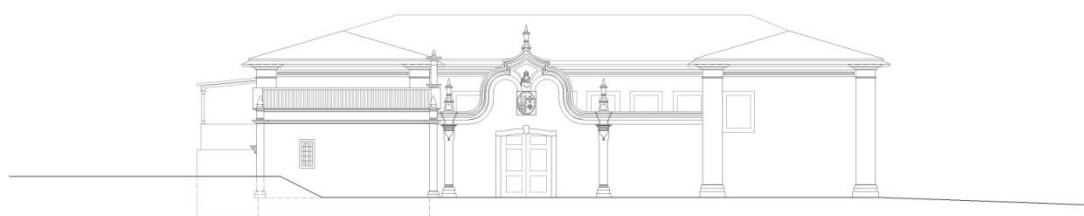
Para isso é necessário realizar diversas ações a nível exterior, os caminhos de acesso terão de sofrer grandes obras de requalificação e adaptação uma vez que se encontram em terra batida e em muito mau estado de conservação, nas áreas envolventes serão criadas condições para se desenvolver hortas, vinha e pomares assim como criação de percursos exteriores, que percorrem a quinta.

6.2.3 Acessos para Casa de Turismo

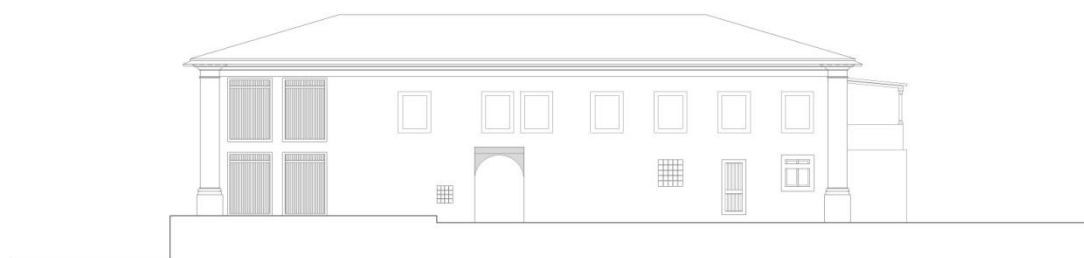
A funcionalidade pretendida para uma casa de turismo rural assenta na que existia na casa de Cabo de Vila, ou seja na conservação de todas as memorias existentes do lugar e espaço. Para isso é necessário a recuperação dos seus acessos e percursos existentes, reparação, nivelamento e empedramento dos acessos. Mantendo, desta forma, os principais caminhos de acesso assim como o secundários.

Tem de ser recriados jardins, procurando sempre uma aproximação aos jardins de Basto, assim como a recriação das antigas hortas, pomares e vinha, que ficarão localizadas a volta do edifício, visam dar uma experiencia agrícola aos utentes.

⁹⁸ Anne de Stoop, " Palácios e casas senhoriais do Minho ", 1993,op. cit., pág. 163.



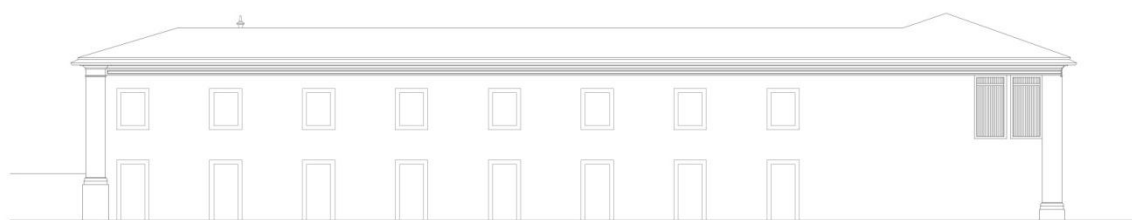
Alçado Norte



Alçado Sul



Alçado Nascente



Alçado Poente

0 2.00m 4.00m 6.00m 8.00m 10.00m

Figura 95: Alçados

A entrada principal, voltada para Norte e protegida pelo portão nobre, localiza-se o pátio de entrada. Os utentes terão de se deslocar a pé, através do pátio, até alcançarem a receção, a partir da qual, podem aceder a todos os espaços, públicos, do edifício.

O acesso, privado, Poente, destina-se aos funcionários tendo um percurso paralelo ao dos visitantes, entrando diretamente para a sala do pessoal, não tendo necessidade de passar pela receção. Existindo também, tal como a Nascente e Sul, percursos pedonais dedicado aos utentes que ira ligar as hortas aos pomares.

6.2.4 Reformulação da casa de Cabo de Vila para turismo de habitação

A flexibilidade é um dispositivo possível e desejável na redefinição do espaço interior da Casa de Cabo de Vila para casa de turismo rural, visto que, tanto o seu interior como exterior precisam de obras de requalificação e restauro urgentemente. Sobre uma superfície modular fixa, plantas existentes, criaram-se diferentes organizações espaciais através de varias movimentações estratégicas dos espaços de serviços concebidos como peças de equipamento e infraestruturas.

O edifício passou por varias épocas tendo, cada uma, inserido uma característica simbólica de cada uma. Sendo que a parte mais moderna apresenta varias falhas construtivas e descaracteriza-se do restante complexo decidiu-se dividir o edifício em duas parte; a parte mais antiga irá procurar manter a seu traço e função original, sendo também a residência dos donos, enquanto que a parte mais recente será requalificada, mexendo na volumetria e fachada de forma a criar uma linha homogénea com o restante edificado.

Assim, o rés-do-chão passa a ser o elemento de receção logo, necessitava de alguma mudanças de forma a poder inserir novas funções. Sendo a receção o primeiro elemento a entrar em contacto com o visitante situa-se no eixo central do edifício sendo, a entrada, marcada pelo vão com arco em pedra granítica (alçado....).

Optou-se por manter uma adega, os lagares e espigueiro (exterior) de forma a poderem ser uma mais valia onde os hospedes podem ser participantes ativos nas vindimas. Para isso são recriados hortas , localizadas perto do edificado, tendo os utentes contacto com atividades agrícola

Para a adega abobadada e espigueiro, estando perto da receção e sendo o um espaço que recria um ambiente "cave de vinho" por isso seria interessante manter essa característica transformando-o em zona de provas de vinho e degustação de produtos típicos. A partir do espigueiro conseguimos visualizamos todas as hortas, a Sul, zonas de descontração, piscina e campo de jogos, a poente, sendo, também, um espaço com muita luz natural, que esta ligado a uma grande eira, é um espaço adequado para criar um pequeno bar, aproveitando a eira para uma esplanada.

No volume a poente , sendo um elemento que não se integra no restante complexo, opta-se pela sua requalificação total. Para isso cria-se um volume mais comprido que ira rematar o murro do portão nobre procurando dar-lhe um seguimento da imagem dos restantes volumes.

Assim, no seu rés-do-chão serão criados todas as zonas de serviço, necessárias para um bom funcionamento do complexo turístico.

No primeiro piso verificamos que é o que necessita de mais obras de restauro uma vez que o seu interior esta muito deteriorado. A maior modificação proposta é deslocação do corredor interior de Nascente para Poente de modo a que os quartos possam ter luz natural de Poente. Aproveitando para criar uma zona de acessos verticais na zona limite entre o publico e privado.

No volume Sul a cozinha, sala de jantar e optou-se por manter com as suas características originais de forma a criar um ambiente mais rustico e característico da casa nobre.

No volume poente é destinado a zona de quartos.

No espaço exterior procurou-se requalificar de forma a introduzir o conceito de "quinta" rural onde os campos e a criação de animais voltam a dar significado ao que já fora a casa de Cabo de Vila sendo que os hospedes podem ser participantes ativos nas atividades das hortas. Num ponto mais afastado, propõe-se uma cavalaria de forma a tornar a ecopista uma mais valia para a pousada.

Existem espaços de lazer, de apoio publico em geral e hospedes da pousada, localizados na parte posterior da pousada de forma a dar mais privacidade.

Capítulo VII

Capítulo VII

Conclusão

7 Conclusão

As casas nobres sempre tiveram um papel importante nas sociedades onde se inseriam, são legados deixados por varias famílias que marcaram a historia de um lugar e/ou do pais. Como afirmava Camilo Castelo Branco: *"(...)com os brasoes e apelidos das famílias heráldicas de entre Vizela e Tâmega recomponha-se a historia lendária de Portugal"*. Esses edificios levam-nos ao encontro do passado pois permitem uma experiência de vivencias com a simplicidade e tradição.

A sociedade atual é maioritariamente urbana onde o stress e as correrias do dia a dia incentivam a um procura, cada vez mais acentuada, de refúgios que tenham um contacto direto com a natureza, a agricultura e com as tradições locais. Com isso nasce, na década de oitentas, um novo conceito de turismo; o turismo rural. A casa nobre volta a ficar muito em voga uma vez que junta dois fatores, historia/tradição com o turismo/lazer, de muita procura. Esse é um bom ponto de partida para o reaproveitamento desses edificios simbólicos que, com o passar dos anos, se foram degradando e acabam caindo no abandono. A "pousada rural" permite, não só, dar um novo impulso a recuperação do património assim como também permite dá-lo a conhecer, e tirar proveito económico dele.

Desde os primórdios que a reabilitação é uma preocupação do homem, uma vez que permite adaptar a pré-existência as novas necessidades culturais o que levou a analise dos conceitos de reabilitação e de turismo a nível nacional, e internacional, o que permitiu compreender a sua evolução ate aos nossos dias.

Assim, encontro do passado com o presente foi o ponto de partida para a realização deste estudo.

Nos meios rurais a desertificação tem-se vindo a notar cada vez mais, a falta de emprego e a crise económica que se faz sentir nos nossos dias são grandes impulsionadores para o crescente emigração da população para as cidades. esta forma de turismo é sempre uma mais valia para dar a conhecer o lugar e reavivar o seu desenvolvimento.

Logo, a solução passaria por criar uma união entre a cultura, natureza e tradição. A recuperação de casas nobres e solares pode vir a ser uma dessas soluções, pois podem oferecer um leque mais abrangente de novos serviços possíveis, que podem ser requalificados em museus, pousadas ou algo polivalente.

Com a analise da casa de Cabo de Vila verificaram-se varias anomalias construtivas, em parte devido aos sucessivos aumentos que foi sofrendo, assim como o seu mau estado de conservação

o que nos remete pergunta de partida **Como se pode intervir, atualmente, em edifícios históricos, património ou simplesmente cultural? assim como quais as estratégias de abordagem projetiva para a sua reabilitação?**

Através da análise do projeto de referência é possível demonstrar como se pode reabilitar e adaptar um edifício, ruínas procurando manter a imagem característica. Assim *“A ruína arquitetónica deixa de ser arquitectura e passa a ser natureza (...) numa dimensão combinatória que corta a relação naturalista entre ruína e lugar. O grau de artifício que ela introduz na suposta orgânica da decadência, presente no pré-existente, só encontra paralelo na manipulação que a consciência moderna faz da paisagem natural, na sensibilidade já definida por Chateaubriand como natureza corrigida”*.⁹⁹ O mosteiro sofre profundas alterações para se adaptar ao novo programa proposto com novas funções ou reaproveitando as algumas das anteriores de forma a criar um equipamento novo com um programa totalmente diferente ao que tinha sido projetado no seu início assim como novos métodos construtivos que se adequam a imagem de ruína do edifício.

O arquiteto procurou manter a imagem que o edifício tivera nos últimos anos mantendo a memória do lugar, as janelas em vidro sem caixilharia aparente, o claustro sem vidros de proteção e a cobertura verde reforçam a ideia de vazio, de algo parado no tempo. No interior o arquiteto procurou manter, sempre que possível, a estrutura das dependências, utilizando uma decoração muito sóbria e simples. Foram retiradas portas de algumas salas, dispostas sucessivamente, e forma a criar um espaço contínuo ficando apenas o respetivo vão.

Assim o projeto de reabilitação passaria por uma organização interior, a semelhança de Santa Maria do Bouro, invisível onde a adaptação dos espaços passaria pelo mesmo conceito; cozinha-cozinha, salão-salas de estar, quartos-quartos, lojas-espaços de estar.

Na sua reabilitação procurou-se uma estratégia que passou pela preservação da identidade do edifício e pela sua recuperação da área envolvente, através da recuperação de antigas hortas e jardins, de forma a poder permitir várias atividades relacionadas com a natureza. Para isso introduziram-se novos conceitos e novas funções dando, assim, uma nova vida ao edifício, e espaço envolvente, procurando sempre preservar a imagem e memória do lugar.

⁹⁹ Hernandez Leon, Juan Miguel, "Porque perguntar é a devoção do pensamento", em Santa Maria do Bouro, pág.18

Bibliografia

Livros

AGUIAR, José. 2002. Cor e cidade Histórica: Estudos cromáticos e conservação do património. Porto: FAUP publicações

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. 1998. Património: O seu entendimento e a sua gestão. Edição Etnos.

ANDRADE, José Vicente, 1992. Turismo: fundamentos e dimensões. Editora Ática

APPLETON, João. 1998. Reabilitação de edifícios Antigos, patologias e tecnologias de intervenção. Edições Oríon.

AZEVEDO, Carlos. 1998. Solares portugueses: Introdução ao estudo da casa nobre. Livros Horizonte, 2ª edição.

BARRATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno. 2003. Nova historia militar de Portugal. Volume 1. Circulo de Leitores, 1ª edição.

BARROCA, Mário Jorge. 1998. Torre, casas-torre ou casa fortes: A conceção do espaço de habitação na pequena e media nobreza na baixa idade media (séc. XII - XV). volume 19. Revista da Historia das ideias.

BINNEY, Marcus. 1969, Casa Nobre de Portugal. Lisboa, Livros Horizonte.

BOITO, Camilo. 2000. Conserver ou restaurer. Les dilemmes du patrimoine. Besançon: Les Éditions de l'imprimeur

BRANDI, Cesare, 2006, Teoria do Restauro, Edições Oríon

CARVALHO, António Alves de. 1989. Celorico de Basto-Monografia. Edição da Camara Municipal de Celorico de Basto.

CCRN - Seminário- Pensar as Terras de Basto. 1992. Pensar as Terras de Basto. Edição da Camara Municipal de Celorico de Basto.

CHOAY, Françoise, 1999, L'allegorie du Patrimoine". La couleur des Idées

COGEPRO. 1993. Plano diretor municipal. Edição da Camara Municipal de Celorico de Basto.

COIAS, Victor. 2006, Inspeções e ensaios na reabilitação de edifícios.1ST PRESS

- IGNARRA, Luiz Renato. 2003. Fundamentos do Turismo. Thomson Learning. 2ª edição
- INSTITUTO Português do Património Arqueológico. 2002. Critérios de classificação de bens imóveis: IPPAR.
- KUBLER, George. 2005. A arquitetura chã: Entre as Especiarias e o futuro (1521-1706). Nova Vega, Limitada, 2ª edição.
- LEMON, João Marinho. 1998. Celorico de Basto, entre o Passado e o Futuro. Edição da Camara Municipal de Celorico de Basto.
- LEON, Juan Hernandez, COLLOVA, Roberto. FONTES, Luís. 2001. Santa Maria do Bouro - Construir uma Pousada com as pedras de um mosteiro. Selected Works - White and blue.
- LOPES, Flávio, CORREIA, Miguel Brito. 2004. Património Arquitetónico e Arqueológico: Cartas, recomendações e convecções internacionais. Livros Horizonte.
- LUSO, Eduarda, LOURENCO, B. Paulo, Almeida, Manuela. 2004. Breve Historia da Teoria da Conservação e do restauro. Universidade do Minho, departamento de Engenharia civil.
- NETO, Maria João Baptista. 2001. Memoria, Propagada e Poder - Restauro dos monumentos Nacionais (1929-1960) FAUP publicações.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando. 1994. Arquitetura Tradicional Portuguesa. Publicações Dom Quixote, 2ª Edição.
- PEREIRA, José Fernandes. 1986. Arquitetura Barroca em Portugal por José Fernandes Pereira. Biblioteca Breve, 1ª edição.
- SARAIVA, José Hermano. 1993. Historia de Portugal. Publicações Europa América.
- SERRÃO, João, 1990. Historia de Portugal: Estado, Pátria e Nação (1080-1415). Edição Verbo, 4ª edição.
- SERRÃO, Vítor. 2002. Historia da arte em Portugal - o Renascimento e o Maneirismo (1500-1620). Editorial Presença, 1ª edição.
- STOOP, Anne de. 1993. Palácios e casas senhoriais do Minho. Editora Civilização.
- TOMÉ, Miguel. 2002. Património e restauro em Portugal (1920-1995). FAUP publicações.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugene-Emmanuel. 1977. Entretiens sur l'architecture. Pierre Mardaga Editeur.

WAHAB, Salah-Eldin Abdel. Introdução á administração do turismo. São Paulo, Pioneira, 3ª edição

Periódicos:

“Arquitectura Ibérica”. Lisboa. 2006, nº12.

“Guia das Pousadas e Hotéis de Sonho”. Lisboa. 2001, vol. 1.

“Monumentos”. Lisboa. 2001, nº14.

2G, Revista Internacional de Arquitetura. Eduardo Souto de Moura, Obra Recente. 1998. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

ANDRADE, Sérgio , A arquitectura invisível de Souto Moura. Jornal Público. Porto. 1998

El Croquis. Eduardo Souto de Moura 1995-2005, La naturalidade de las cosas. 2005. Madrid: El Croquis Editorial

Provas Académicas:

MARTINS, David Mendes, Estrutura geral de custos em obras de reabilitação de edifícios em alvenaria de pedra existentes. ESTGV, 2011. Dissertação de Mestrado

VAZ, Raquel Maria, Património: Intervir ou interferir?, Santa Marinha da Costa e Sta. Maria do Bouro, FCTUC, departamento de Arquitetura, 2009. Dissertação de Mestrado.

Sites na internet:

<http://www.almadan.publ.pt>

<http://www.infopédia.pt>.

<http://www.monumentos.pt>.

<http://www.pousadas.pt>.

<http://www.skyscrapercity.com>

<http://www.vitruvius.com.br>

<http://icomos.fa.utl.pt>

Fonte de Figuras:

Figura 1: Fotografia do autor

Figura 2: http://www.igeo.pt/museuVirtual/pdf/Cartas_Gab%20Mendes/0061.jpg

Figura 3: <http://acer-pt.org>

Figura 4: <http://www.cm-melgaco.pt>

Figura 5: <http://www.docesportugueses>.

Figura 6: Fotografia do autor

Figura 7: <http://www.commonswikimedia.com>

Figura 8: <http://www.wikipedia.org>

Figura 9 até 13: www.concursosoasrn.com

Figura 14: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 15: <http://www.flickr.com>

Figura 16: <http://castelosportugal.blogspot.com>

Figura 17: http://pduques.culturanoorte.pt/pt-PT/Paco_Duques/ContentDetail.aspx

Figura 18: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 19: <http://www.historiaebrasoes.com>

Figura 20: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 21: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 22: <http://onossocasamento.pt/directoriocateringmalotojo>

Figura 23: Carlos de Azevedo pag. 49

Figura 24: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 25: Carlos de Azevedo pag59

Figura 26: <http://www.panoramio.com>

Figura 27: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 28: <http://loais.porto24.pt/restaurantes/restaurante-do-palacio-do-freixo/>

Figura 29: <http://upload.wikimedia.org>

Figura 30: Carlos Azevedo, pag. 73

Figura 31: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 32: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 33: <http://commons.wikimedia.org>

Figura 34 a52: Autor

Figura 53 e 54: <http://www.monumentos.pt>

Figura 55: LEON, Juan Hernandez, COLLOVA, Roberto. FONTES, Luís. 2001. Santa Maria do Bouro - Construir uma Pousada com as pedras de um mosteiro. Selected Works - White and blue.

Figura 56 até 62: <http://www.monumentos.pt>

Figura 63: LEON, Juan Hernandez, COLLOVA, Roberto. FONTES, Luís. 2001. Santa Maria do Bouro - Construir uma Pousada com as pedras de um mosteiro. Selected Works - White and blue.

Figura 64 e 65: <http://www.monumentos.pt>

Figura 66 até 81: LEON, Juan Hernandez, COLLOVA, Roberto. FONTES, Luís. 2001. Santa Maria do Bouro - Construir uma Pousada com as pedras de um mosteiro. Selected Works - White and blue.

Figura 82 e 83: Camara municipal de Celorico de Basto

Figura 84 até 95: Autor

Anexo I

Levantamento do edificado

Levantamento dimensional

O levantamento dimensional consiste no registo em desenho das diferentes dimensões do edifício. Nos desenhos seguintes podemos ver como é elaborado e quais são os meus objetivos.

Levantamento do estado de conservação

O levantamento do estado de conservação consiste no registo e levantamento da qualidade do edificado, assim é feito um levantamento do estado de conservação dos materiais tendo como finalidade avaliar o seu aproveitamento, ou não, no projeto de reabilitação.

